

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

GABRIELA DO COUTO BARONI

O CARÁTER MULTIFUNCIONAL DE VERBOS VOLITIVOS DO  
PORTUGUÊS DO BRASIL EM GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Vitória  
2011

GABRIELA DO COUTO BARONI

O CARÁTER MULTIFUNCIONAL DE VERBOS VOLITIVOS DO  
PORTUGUÊS DO BRASIL EM GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos do Departamento de Línguas e Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos, na área de concentração Estudos Analítico-descritivos.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha.

Vitória  
2011

GABRIELA DO COUTO BARONI

## O CARÁTER MULTIFUNCIONAL DE VERBOS VOLITIVOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL EM GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos do Departamento de Línguas e Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos, na área de concentração Estudos Analítico-descritivos.

Aprovada em 31 de março de 2011.

### COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha – Orientadora  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Profa. Dra. Aucione das Dores Smarsaro  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Profa. Dra. Maria da Penha Pereira Lins  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Profa. Dra. Maria Maura Cezario  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

À minha mãe, com carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que me sustentou durante este caminho e me propiciou chegar até aqui.

À minha família, em especial à minha mãe, pelo apoio, incentivo e compreensão.

À minha orientadora, Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha, que sempre me motivou a pesquisar e acreditou nas minhas possibilidades. Agradeço, em especial, pelo comprometimento, seriedade e paciência.

À Profa. Dra. Maria da Penha Pereira Lins, pelas importantes observações e leitura atenta do trabalho.

À Profa. Dra. Maria Maura Cezario, pela atenção, pelo acolhimento e pelas valiosas sugestões.

Ao Prof. Dr. Mário Eduardo Martelotta, pela gentileza de sempre, pela atenção e pelas preciosas contribuições.

À Profa. Dra. Carmelita Minelio da Silva Amorim, pelo apoio e material bibliográfico.

À Gesieny Laurett Neves, amiga que ganhei no mestrado, agradeço pelas “conversas lingüísticas”, pela experiência de vida compartilhada, pelos conselhos preciosos e pela paciência.

À Juliene do Nascimento Dantas, pelas caronas, pelas palavras de motivação e pelo auxílio nas dúvidas com a Sintaxe.

À Mayelli Caldas de Castro e ao Vicente José Regattieri da Cunha, pela importante ajuda com o inglês.

“As línguas não mudam; as pessoas é que mudam as línguas”.

Croft

## RESUMO

O funcionalismo contemporâneo é uma corrente de estudos lingüísticos que concebe a língua como um instrumento de interação social. Para os funcionalistas, a língua deve ser estudada a partir de situações comunicativas reais, orais ou escritas, tendo por base o seu uso pelos falantes. Fundamentada nessa teoria, esta dissertação destina-se à análise dos usos dos verbos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* em dois gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico: o artigo de opinião e a entrevista, ambos da revista *Veja*. Entre os princípios centrais do funcionalismo, o da gramaticalização é o que norteia este trabalho. Concernente a esse princípio, está a proposta de Heine (1993) de que há diferentes estágios que caracterizam a trajetória de verbo pleno a marcador de **T**empo, **A**specto e **M**odo (contínuo *Verb-to-TAM*) nas línguas. Esses estágios – ao todo sete – foram chamados pelo autor de Estágio A, Estágio B, e assim sucessivamente, até o Estágio G. Cada um deles possui diferentes características que podem apontar como o verbo tem sido usado pelos falantes. No início do contínuo, ou nos Estágios A e B, estão os verbos plenos. No final, ou nos Estágios F e G, estão o afixo ou a flexão. O auxiliar, por ser uma categoria intermediária, apresenta características de estágios intermediários entre o verbo pleno e a flexão. Assim, de acordo com essa proposta, analisamos os usos dos verbos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* e os classificamos em um dos sete estágios. A análise permite observar que um mesmo verbo pode apresentar usos distintos e, por essa razão, ser classificado em estágios distintos. É possível observar, ainda, que verbos de um mesmo grupo semântico (volitivo) estão em estágios diferentes do contínuo e, por esse motivo, exibem características diferentes de uso pelos falantes.

Palavras-chave: Funcionalismo lingüístico. Gramaticalização de verbos. Verbos volitivos.

## ABSTRACT

Functionalism is a chain of contemporary linguistic studies that conceives language as a tool for social interaction. For functionalists, language must be studied from real communicative situations, oral or written, always been considered through the use by speakers. Based on this theory, this dissertation aims to analyze the usage of volitive verbs *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* and *exigir* in two textual genres of the journalistic discursive domain: the opinion article and the interview, both from *Veja* magazine. Among the main principles of functionalism, we highlighted grammaticalization as the principle that guides this work. According to this principle, we find the proposal of Heine (1993) who defends that there are different stages that characterize the trajectory from full verb to Time marker, Aspect and Mode (*Verb-to-TAM* chain) on languages. These stages – totalizing seven – were called by the author Stage A, Stage B, and so on, until the Stage G. Each one of them have different characteristics that could show how the verb has been used by speakers. The full verbs are in the beginning of the continuum, that is to say, in Stages A and B. By the end, or in the Stages F and G, we find the affix or the inflection. The auxiliary presents characteristics of intermediate stages between the full verb and the inflection. Thus, within this proposal, we analyzed the usage of volitive verbs *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* and *exigir* and we classified them according to the seven stages cited above. The analysis allows us to observe that the same verb may have different uses and, for this reason, be classified in different stages. It may also be observed that verbs from the same semantic group (volitive) are in different stages of the continuum and, by doing so, they present different characteristics among users.

Key-words: Linguistic Functionalism. Grammaticalization of verbs. Volitive verbs.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média de uso dos verbos a cada 10.000 palavras (com base no total geral de entrevistas).....	87
Tabela 2 – Média de uso dos verbos a cada 10.000 palavras (com base no total geral de artigos de opinião).....	87
Tabela 3 – Média de uso dos verbos a cada 10.000 palavras nas entrevistas (por ano).....	88
Tabela 4 – Média de uso dos verbos a cada 10.000 palavras nos artigos de opinião (por ano).....	88
Tabela 5 – Classificação geral dos verbos por média de uso nas entrevistas (2007, 2008 e 2009).....	88
Tabela 6 – Classificação geral dos verbos por média de uso nos artigos de opinião (2007, 2008 e 2009).....	88
Tabela 7 – Resultado da classificação do verbo <i>querer</i> no contínuo <i>Verb-to-TAM</i> .....	98
Tabela 8 – Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para o verbo <i>querer</i> .....	102
Tabela 9 – Porcentagens dos sentidos atribuídos ao verbo <i>mandar</i> nos artigos de opinião e nas entrevistas.....	112
Tabela 10 – Resultado da classificação do verbo <i>mandar</i> no contínuo <i>Verb-to-TAM</i> .....	113
Tabela 11 – Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para o verbo <i>mandar</i> .....	116
Tabela 12 – Sentidos do verbo <i>deixar</i> nos artigos de opinião e nas entrevistas.....	125

Tabela 13 – Resultado da classificação do verbo <i>deixar</i> no contínuo <i>Verb-to-TAM</i> .....	129
Tabela 14 – Distribuição dos dados com o verbo <i>deixar</i> nos estágios A+B e C+D.....	130
Tabela 15 – Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para o verbo <i>deixar</i> .....	131
Tabela 16 – Resultado da classificação do verbo <i>desejar</i> no contínuo <i>Verb-to-TAM</i> .....	138
Tabela 17 – Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para o verbo <i>desejar</i> .....	139
Tabela 18 – Resultado da classificação do verbo <i>pedir</i> no contínuo <i>Verb-to-TAM</i> .....	149
Tabela 19 – Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para o verbo <i>pedir</i> .....	151
Tabela 20 – Resultado da classificação do verbo <i>exigir</i> no contínuo <i>Verb-to-TAM</i> .....	160
Tabela 21 – Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para o verbo <i>exigir</i> .....	162
Tabela 22 – Estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para os verbos volitivos – <i>corpus</i> artigo de opinião.....	164
Tabela 23 – Características dos verbos volitivos no contínuo <i>Verb-to-TAM</i> – <i>corpus</i> artigo de opinião.....	168
Tabela 24 – Estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para os verbos volitivos – <i>corpus</i> entrevista.....	169
Tabela 25 – Características dos verbos volitivos no contínuo <i>Verb-to-TAM</i> – <i>corpus</i> entrevista.....	173

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pontuação atribuída às subcategorias pertencentes à categoria “Graus de integração de cláusulas”.....	38
Quadro 2 – Algumas propriedades do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> .....	65
Quadro 3 – Perfil do leitor de Veja.....	79
Quadro 4 – Atribuição de pontuação para cada um dos estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> .....	83
Quadro 5 – Características dos estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> e pontuação atribuída a cada um deles.....	85

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para o verbo <i>querer</i> .....	99
Gráfico 2 – Estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para o verbo <i>mandar</i> .....	114
Gráfico 3 – Estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para o verbo <i>deixar</i> .....	129
Gráfico 4 – Estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para o verbo <i>desejar</i> .....	138
Gráfico 5 – Estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para o verbo <i>pedir</i> .....	149
Gráfico 6 – Estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para o verbo <i>exigir</i> .....	160
Gráfico 7 – Estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para os verbos volitivos nos artigos de opinião.....	164
Gráfico 8 – Estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> para os verbos volitivos nas entrevistas...	169

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Graus de redução semântica de verbos.....	25
Figura 2 – Direção da integração de cláusulas.....	38
Figura 3 – Relação entre gênero textual, tipo textual e domínio discursivo.....	73
Figura 4 – Equivalência entre pontuação e estágios do contínuo <i>Verb-to-TAM</i> .....	84
Figura 5 – Cruzamento dos resultados dos artigos de opinião e das entrevistas.....	174

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>18</b>
2.1 GRAMÁTICAS DE ORIENTAÇÃO TRADICIONAL.....	18
2.2 TRABALHOS DE ORIENTAÇÃO LINGÜÍSTICA.....	24
2.2.1 TRABALHO DE BASE TEÓRICA FORMALISTA.....	24
2.2.2 TRABALHO DE BASE TEÓRICA FUNCIONALISTA.....	34
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>46</b>
3.1 PRESSUPOSTOS FUNCIONALISTAS.....	46
3.1.1 A TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO: UMA VISÃO GERAL.....	49
3.1.1.1 CONTÍNUO <i>VERB-TO-TAM</i> : A PROPOSTA DE HEINE (1993).....	57
<b>4 DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i> E METODOLOGIA .....</b>	<b>66</b>
4.1 O <i>CORPUS</i> .....	66
4.1.2 GÊNERO TEXTUAL, TIPO TEXTUAL E DOMÍNIO DISCURSIVO.....	67
4.1.3 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO.....	73
4.1.4 O GÊNERO ENTREVISTA.....	77
4.2 A METODOLOGIA.....	82
<b>5 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>87</b>
5.1 USOS DOS VERBOS VOLITIVOS.....	87
5.1.1 O VERBO <i>QUERER</i> .....	90
5.1.2 O VERBO <i>MANDAR</i> .....	105
5.1.3 O VERBO <i>DEIXAR</i> .....	119
5.1.4 O VERBO <i>DESEJAR</i> .....	134
5.1.5 O VERBO <i>PEDIR</i> .....	143
5.1.6 O VERBO <i>EXIGIR</i> .....	153
5.2 OS VERBOS VOLITIVOS E O <i>CONTÍNUO VERB-TO-TAM</i> .....	164
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>175</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>183</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, de base lingüística funcionalista, consiste na análise dos usos dos verbos volitivos *querer, mandar, deixar, desejar, pedir e exigir* em dois gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico: o artigo de opinião e a entrevista.

Os verbos volitivos, segundo Cezario (2001, p. 155), são aqueles que expressam a vontade do referente-sujeito. Essa vontade, conforme a autora, diz respeito a uma ordem sobre outro ser (como em *querer, mandar, deixar e exigir*), a um desejo do referente-sujeito de que algo aconteça ou se dê para ele mesmo (como em *querer e desejar*), a uma permissão (como em *deixar*) ou, ainda, a um pedido (como em *querer e pedir*). São exemplos de volitivos no português brasileiro os verbos *querer, mandar, deixar, desejar, pedir, exigir, preferir, esperar, pretender, gostar e almejar*.

Cezario (2001), em sua tese de doutorado intitulada “Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos”, elegeu para pesquisa os volitivos *querer, mandar e deixar* por terem sido esses os mais freqüentes em uma amostra do *Corpus Discurso e Gramática (D&G)* da cidade do Rio de Janeiro, material que serviu de piloto para a tese.

Em seu trabalho, a autora obteve escalas que a permitiram estabelecer graus de integração de cláusulas e identificar os diferentes estágios de gramaticalização em que se encontravam um mesmo item lexical e itens lexicais distintos. Conforme afirma, também foi possível observar quais usos desses verbos indicavam um estágio inicial do processo de gramaticalização (verbos ainda plenos) e quais apontavam estágios mais avançados desse processo (verbos com várias características de auxiliar).

Embora o trabalho de Cezario (2001) se diferencie do nosso em vários aspectos, ambos têm como um dos objetivos verificar os possíveis estágios de gramaticalização em que se encontram alguns itens verbais do português brasileiro. Por essa razão, a fim de que pudéssemos, ao final da pesquisa, constatar os resultados sob outra perspectiva de análise e a partir de outro *corpus*, optamos por manter os mesmos verbos volitivos estudados pela autora.

Além de *querer, mandar e deixar*, estudados por Cezario (2001), selecionamos para este trabalho, entre os vários volitivos da língua portuguesa, os verbos *desejar, pedir e exigir*. Essa escolha, aleatória e sem uma razão específica, destina-se apenas a ampliar os estudos sobre os verbos volitivos por meio da investigação do seu uso no português brasileiro.

O aporte teórico principal é o da lingüística funcionalista de orientação norte-americana, que adota a concepção de uma lingüística centrada no uso e propõe que as funções externas ao sistema lingüístico é que definem as categorias gramaticais. Entre os principais representantes desse modelo de análise estão Talmy Givón, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Paul Hopper e Elizabeth Closs Traugott. Além desses, Bernd Heine e Tania Kuteva, da Alemanha, seguem o mesmo modelo de estudo. No Brasil, a concepção de uma lingüística centrada no uso está presente nos trabalhos de Mário Eduardo Martelotta, Sebastião Josué Votre, Maria Maura Cezario, Maria Angélica Furtado da Cunha e Mariângela Rios de Oliveira, para citar alguns.

Entre os princípios centrais do funcionalismo, a gramaticalização, de um modo geral, será de fundamental importância para os nossos estudos. Concernente a esse princípio, o contínuo *Verb-to-TAM*, proposto por Heine (1993), nos auxiliará a identificar possíveis estágios de gramaticalização para os verbos volitivos *querer, mandar, deixar, desejar, pedir* e *exigir*. Ao contrário do que sugerem as abordagens tradicionais, que tratam as categorias como discretas, Heine (1993) afirma haver uma gradação e, portanto, diferentes estágios que caracterizam a trajetória de **verbo** pleno a marcador de **Tempo, Aspecto e Modo** (*Verb-to-TAM*). Esses estágios – sete ao todo – foram designados pelo autor de Estágio A, Estágio B, e assim por diante, até o Estágio G.

Com base nessa proposta, os verbos volitivos *querer, mandar, deixar, desejar, pedir* e *exigir*, ou os usos desses verbos, que em nosso *corpus* se classificarem nos *Estágios A* ou *B* serão considerados como plenos e não serão tratados como casos de gramaticalização. Por outro lado, os que porventura forem classificados em algum dos estágios seguintes – de *C* a *E* – serão tratados como itens em processo de gramaticalização. Por hipótese, os estágios *F* e *G*, nos quais o item verbal já se tornou um afixo ou flexão, não serão contemplados em nossas análises.

O *corpus* utilizado constitui-se de 47 (quarenta e sete) artigos de opinião e de 47 (quarenta e sete) entrevistas publicados pela revista *Veja*, de circulação nacional, entre os anos de 2007 e 2009. Todo o material foi coletado diretamente do sítio eletrônico da *Veja* (<http://veja.abril.com.br/arquivo.shtml>), que disponibilizou, por comemoração dos seus quarenta anos, todas as edições da revista publicadas a partir do ano de 1968.



O objetivo geral é observar os diferentes usos dos verbos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* em gêneros jornalísticos e, então, classificá-los nos diferentes estágios do contínuo *Verb-to-TAM* proposto por Heine (1993).

Além desse, os outros objetivos são:

- (a) observar possíveis estágios de gramaticalização, de acordo com Heine (1993), para cada verbo estudado;
- (b) comparar o emprego dos verbos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* em dois diferentes gêneros textuais de um mesmo domínio discursivo: artigo de opinião e entrevista;
- (c) verificar se os possíveis traços de auxiliaridade de um verbo são também diferentes em função do gênero em que ele é usado.

Por hipótese, admitimos para esta pesquisa que:

- (a) verbos de um mesmo grupo semântico (volitivo) devem estar em estágios diferentes no contínuo *Verb-to-TAM* proposto por Heine (1993);
- (b) o mesmo verbo pode ser classificado em estágios diferentes no contínuo *Verb-to-TAM* dependendo dos seus diferentes usos nos gêneros textuais analisados;
- (c) os possíveis traços de auxiliaridade de um verbo são também diferentes em função do gênero em que ele é usado.

Para cumprir os nossos objetivos, estruturamos este trabalho da seguinte maneira: além desta introdução, no capítulo dois, apresentamos uma revisão da literatura, com destaque especial para o tratamento que tem sido dado ao estudo dos verbos auxiliares.

No capítulo três, discorreremos sobre o referencial teórico que orienta a nossa análise. Além dos pressupostos gerais da lingüística funcionalista, apresentamos uma visão geral da teoria da gramaticalização e tratamos do contínuo *Verb-to-TAM* proposto por Heine (1993).

No capítulo quatro, apresentamos uma descrição geral do *corpus*, as definições de gênero textual, tipo textual e domínio discursivo que estamos adotando e os aspectos gerais dos gêneros *artigo de opinião* e *entrevista*. Nesse capítulo é também descrita a metodologia adotada para a análise.

No capítulo cinco, tratamos dos dados investigados, dos resultados obtidos e dos usos observados de cada verbo.

O capítulo seis apresenta as considerações gerais e as possíveis conclusões resultantes desta pesquisa.

Por fim, no capítulo sete, arrolamos as obras consultadas e citadas neste trabalho.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo destina-se a apresentar o tratamento que tem sido dado aos verbos, sobretudo aos auxiliares, nas gramáticas de orientação tradicional e em trabalhos de orientação lingüística.

No que diz respeito às gramáticas tradicionais, selecionamos alguns autores e nos propusemos a estabelecer uma relação entre os pontos comuns e entre os pontos divergentes encontrados nas conceituações dos verbos auxiliares.

No que se refere às análises de base lingüística, selecionamos dois trabalhos realizados sob diferentes perspectivas: uma formalista e outra funcionalista. O primeiro é de Lúcia Lobato (1975); o segundo é de Maria Maura Cezario (2001). Ambos resultam das pesquisas de doutorado das autoras.

### 2.1 GRAMÁTICAS DE ORIENTAÇÃO TRADICIONAL

O *verbo* é definido por Said Ali (1966) como a palavra que denota ação ou estado e que apresenta terminações variáveis, por meio das quais é possível distinguir a pessoa do discurso (primeira, segunda ou terceira), o número (relacionado à pessoa – singular ou plural), o tempo (presente, passado ou futuro) e o modo da ação ou do estado (real, possível, de ordem, pedido, súplica ou convite).

Como essa conceituação é, em geral, admitida sem contestação pela grande maioria dos gramáticos, não iremos retomá-la a cada autor pesquisado. Deteremo-nos, assim, a observar como e quais são os verbos que têm sido classificados pelas gramáticas tradicionais como sendo *auxiliares*, uma vez que essa classificação é que nos parece divergente e pouco explicada entre os diferentes autores.

Desse modo, os *auxiliares*, para Said Ali (1966, p. 58), são aqueles que se combinam com as formas não-finitas de outros verbos a fim de constituir conjugação composta. Segundo o autor, os “auxiliares mais comuns” são os verbos *ser*, *estar*, *ter* e *haver*, todos de conjugação irregular. O auxiliar é, ainda, chamado de *relacional* e deve combinar-se com alguma forma não-finita do verbo *nocional*, também denominado *principal*.

Na *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo (1970), a definição de *auxiliar* está presente na seção que trata das “espécies de verbo”. Para o autor, os verbos classificam-se em três espécies: os *regulares*, os *irregulares* e os *auxiliares*, sendo esses últimos aqueles que formam os tempos compostos, como também definiu Said Ali (1966). Entretanto, para Melo (1970, p. 142) a lista de auxiliares restringe-se a dois verbos: *ter* e *haver*, que acompanham o verbo principal no particípio passado. *Ser* é apenas um “verbo de ligação por excelência” e *estar* é tratado somente como verbo irregular.

O conceito de auxiliares assumido por Melo (1970, p. 166) pareceria simples, não fosse o fato de que o autor, em uma seção posterior, define o que ele chama de *locução verbal*: “assim se chamam as combinações de verbos, inseparáveis, as expressões verbais, compostas de **um auxiliar** e de um verbo principal, que figurará no infinitivo ou no gerúndio: *pode ser, deve andar, há de sair, vai ficar, está a ler, anda a pensar (...)* etc.” (grifos nossos). Melo (1970), como se observa, utiliza novamente o termo *auxiliar*, agora, porém, para tratar da formação das locuções verbais.

O autor adverte que deve ser feita uma distinção entre *tempo composto* e *locução verbal*: o *tempo composto* é a combinação dos verbos *ter* e *haver* com as formas do particípio passado. Os *tempos compostos*, como acrescenta, participam da “conjugação normal” e possuem cada qual o seu nome dentro da conjugação (como, por exemplo, “pretérito perfeito composto”, “pretérito perfeito do subjuntivo”). As *locuções verbais*, por sua vez, caracterizam-se pela junção de um verbo auxiliar com uma forma no gerúndio ou no infinitivo (ficando excluído o particípio). Para Melo (1970, p. 167), “as locuções verbais constituem cada uma sua conjugação inteira e nascem das necessidades de expressão mais complexa, em que se busca traduzir o ‘aspecto’ verbal”. Como se percebe, ao referir-se aos tempos compostos, Melo (1970) afirma haver no português dois auxiliares: *ter* e *haver*, porém, quando se refere às locuções verbais, o autor amplia essa lista, sem, no entanto, definir quantos e quais são os verbos que participam dessas locuções como auxiliares.

Kury (1973), assim como Melo (1970), faz uma distinção, embora sem muitos detalhes, entre *tempo composto* e *locução verbal*. Segundo Kury (1973, p. 151), os tempos compostos são “formados de mais de um verbo, aquele que se conjuga, ou *principal*, e outro que ajuda na conjugação, ou *auxiliar*” (grifos do autor). Os auxiliares que formam os tempos compostos são, conforme o gramático, *ter* (o mais comum) e *haver* (menos usado), ambos seguidos de particípio.

A definição de *locução verbal* mostrada por Kury (1973, p. 151) é bastante resumida. O autor limita-se a dizer que essa locução resulta da combinação de um auxiliar com um verbo principal. Na lista de “auxiliares muito comuns” figuram (exemplos do autor):

- (i) *ter* e *haver*, que se unem a um infinitivo por meio da preposição *de*: *Tenho de estudar* (traduz obrigação), *Hei de estudar* (traduz intenção).
- (ii) *ser* + particípio, formadores da voz passiva: *Fomos recebidos* pelo diretor.
- (iii) *estar*, *andar*, *ir* e *vir* que, seguidos de gerúndio, exprimem continuidade: *Estou estudando*, *Que andas fazendo?*, *A tarde ia morrendo*, *O sol vem despontando*.
- (iv) *ir* que, unido a um verbo no infinitivo, expressa tempo futuro: *Que vais fazer à noite?* – *Vou ler* este livro.

Ainda sobre o tratamento dado aos auxiliares, é em Bechara (1976) que encontramos maiores explicações. O gramático não distingue entre *locução verbal* e *tempo composto*. Os tempos compostos, aliás, são tratados dentro da seção sobre locução verbal e aparecem como uma das várias aplicações dos verbos auxiliares em português. A locução verbal, por sua vez, é definida como a combinação de um auxiliar com um verbo principal, devendo este último ser usado em uma das formas nominais (infinitivo, gerúndio ou particípio).

Conforme Bechara (1976, p. 111-112), os verbos auxiliares podem ser aplicados de diversas maneiras na língua portuguesa (exemplos do autor):

- (i) *ter* e *haver* (raramente) e *ser* (mais raramente), unidos ao particípio do verbo principal, formam os *tempos compostos*.
- (ii) *ser*, *estar* e *ficar*, combinados com o particípio do verbo principal, constituem a voz passiva (de ação, de estado e de mudança de estado): *é amado*, *está prejudicada*, *ficaram rodeados*.
- (iii) os auxiliares *acurativos*, combinados com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal, servem para definir mais claramente os aspectos do momento da ação verbal que não podem ser depreendidos com base apenas na divisão geral dos tempos presente, passado e futuro. Nesse sentido, alguns verbos denotam:
  - (a) o início da ação: *começar a escrever*, *pôr-se a escrever*, etc.
  - (b) a iminência da ação: *estar para (por) escrever*, etc.
  - (c) a duração e o desenvolvimento gradual da ação: *estar a escrever*, *andar escrevendo*, *vir escrevendo*, *ir escrevendo*, etc.

- (d) a repetição da ação: *tornar a escrever, costumar escrever* (repetição habitual), etc.
  - (e) o término da ação: *acabar de escrever, cessar de escrever, deixar de escrever, parar de escrever, vir de escrever*, etc.
- (iv) os auxiliares *modais*, combinados com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal, determinam mais rigorosamente o modo como se realiza (ou se deixa de realizar) a ação verbal. Nesse sentido, os *modais* denotam:
- (a) obrigação, necessidade ou dever: *haver de escrever, ter de escrever, dever escrever, precisar (de) escrever*, etc.
  - (b) capacidade ou possibilidade: *poder escrever*, etc.
  - (c) desejo ou vontade: *querer escrever, desejar escrever, odiar escrever, abominar escrever*, etc.
  - (d) esforço ou tentativa: *buscar escrever, pretender escrever, tentar escrever, ousar escrever, atrever-se a escrever*, etc.
  - (e) consecução: *conseguir escrever, lograr escrever*, etc.
  - (f) dúvida, aparência: *parecer escrever*, etc.
  - (g) movimento para realizar um intento futuro: *ir escrever*, etc.
  - (h) resultado: *vir a escrever, chegar a escrever*, etc.

Em nota, com base em uma citação de Oiticica (sem indicação de data), Bechara (1976) esclarece que a aproximação de dois ou mais verbos nem sempre configura locução verbal. O que determina a existência ou não da locução verbal, como assevera, é a intenção da pessoa que fala ou escreve. Desse modo, conforme explica Oiticica em seu exemplo citado por Bechara – *queríamos colher rosas* –, os verbos *queríamos colher* constituem locução verbal se os falantes pretendem dizer que queriam colher *rosas* e não outra flor, funcionando *rosas* como objeto da declaração. No entanto, se o que os falantes pretendem dizer é que queriam *colher rosas*, e não fazer outra coisa, o objeto da declaração passa a ser *colher rosas* e a declaração principal é *queríamos*.

De acordo com Bechara (1976), existem, ainda, os *auxiliares causativos* (*deixar, mandar, fazer* e sinônimos) e os *auxiliares sensitivos* (*ver, ouvir, olhar, sentir* e sinônimos), que, junto ao infinitivo ou gerúndio, não formam locuções verbais, embora, em alguns casos, se comportem sintaticamente como se formassem.

Em sua *Gramática Resumida*, Luft (1987, p. 95) não oferece distinções entre tempos compostos e locuções verbais, como fizeram Melo (1970) e Kury (1973). O gramático, ao contrário, trata os termos como similares e afirma que o auxiliar “é o verbo que, na conjugação dos tempos compostos, se antepõe a outro verbo, dito *principal*. De significação apenas gramatical (modal, aspectual), forma com este um todo semântico, chamado *locução verbal* ou *perifrástica*” (grifos do autor). A locução verbal, em outra seção, fica definida como a combinação de um verbo auxiliar com um principal, o primeiro na forma finita e o segundo em uma das formas não-finitas (infinitivo, gerúndio e particípio). Luft (1987) apresenta uma listagem aberta de auxiliares, entre os quais se encontram os verbos *ir*, *ter*, *estar*, *começar*, *pôr*, *poder*, *dever*, *viver* e *andar*.

Em obra posterior, Luft (2002) acrescenta algumas informações acerca das locuções verbais e assevera que elas servem para exprimir o modo ou os aspectos do processo verbal, tais como anterioridade, continuidade, posterioridade, início, progressão, repetição, conclusão, etc.

Do mesmo modo que Said Ali (1966), Rocha Lima (1998, p. 134), ao tratar dos verbos auxiliares, não faz referência ao termo *locução verbal*. O autor afirma apenas que alguns verbos, para expressar alguns aspectos especiais não traduzíveis pelas formas simples, apresentam-se como *tempos compostos*. Esses *tempos compostos* constituem-se da união de uma forma nominal (infinitivo, gerúndio ou particípio) a outro verbo, chamado *auxiliar*. Para Rocha Lima (1998), são “numerosos” os auxiliares em língua portuguesa. Dessa listagem aberta, o autor destaca: *querer* (estudado nesta dissertação), *estar*, *ficar* e *ir*, além daqueles que ele denomina “auxiliares fundamentais”, responsáveis pela formação de tempos compostos (*ter* e *haver*) e da voz passiva (*ser*).

Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Cunha e Cintra (2007, p. 401) asseguram que, quanto à função que exerce, o verbo pode ser classificado como *principal* ou *auxiliar*. Para esses gramáticos, o auxiliar é o verbo que, “desprovido total ou parcialmente da acepção própria, se junta a formas nominais de um verbo principal, constituindo com elas locuções que apresentam matizes significativos especiais”, como acontece em “*Tenho estudado português*”; “*Há de haver uma solução para o caso*” e “*Um livro foi comprado por mim*”.

Ainda conforme Cunha e Cintra (2007, p. 409), o verbo auxiliar, unido a um principal, forma a chamada *locução verbal*. Os autores citam como “os auxiliares de uso mais freqüente” os

verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar*, no entanto, admitem que outros verbos podem também ser usados como auxiliares, como é o caso de *ir*, *vir*, *andar*, *ficar* e *acabar*.

Em nota, Cunha e Cintra (2007) afirmam que, em decorrência da inexistência de critérios lingüísticos uniformes para a determinação da auxiliaridade, a lista dos verbos auxiliares varia de gramática para gramática.

De fato, entre as gramáticas pesquisadas, não encontramos autores que esclarecessem por que determinados verbos são adotados ou não como auxiliares e quais são os traços que definem esses verbos. Os gramáticos limitam-se, em geral, a conceituar o auxiliar como um formador de locuções verbais, de tempos compostos e da voz passiva (no caso dos verbos *ser*, *estar* e *ficar*). Das abordagens aqui consignadas, o único ponto que parece convergente é a consideração de *ter* e *haver* como verbos auxiliares. Os demais verbos podem ou não pertencer a essa classe, dependendo do autor que se está pesquisando.

As gramáticas de orientação tradicional, como se observa, tratam o fenômeno da auxiliaridade verbal de forma categórica e não como um *continuum*, como propõe a teoria da gramaticalização. Talvez, por essa razão, haja uma dificuldade, por parte dos gramáticos, em definir quais verbos são ou não auxiliares, já que um mesmo item verbal pode apresentar características de verbo pleno em determinado uso e características de verbo auxiliar em outro.

A proposta apresentada por Heine (1993), como veremos no capítulo 3 desta dissertação, parece dar conta da limitação encontrada pelas gramáticas tradicionais no estudo dos verbos auxiliares. De acordo com o autor, o *verbo pleno* e o *verbo auxiliar* não constituem categorias discretas. O auxiliar, conforme admite Heine (1993, p.70), “é um item lingüístico que congrega uma gama de usos ao longo do contínuo *Verb-to-TAM*” (verbo > flexão). Nesse sentido, o verbo pleno estaria situado no início do contínuo, sendo a flexão ou o afixo o estágio final da trajetória de gramaticalização. Já o auxiliar, por ser uma categoria intermediária, apresenta, segundo essa concepção, características de estágios intermediários entre o verbo pleno e a flexão.

Diferentemente das abordagens tradicionais, e com base em Heine (1993), a auxiliaridade verbal é tratada neste trabalho a partir da noção de estágios e de não de categorias discretas. Assim, por se tratar de uma gradação, e não de uma transição direta de *pleno* para *auxiliar*, os



verbos analisados (*querer, mandar, deixar, desejar, pedir e exigir*) podem apresentar ora comportamento de verbo pleno, ora traços de auxiliaridade, o que aponta para o aspecto multifuncional e dinâmico dos diversos elementos da língua e nos faz repensar a rigidez taxonômica que, muitas vezes, imprimimos a esses elementos.

## 2.2 TRABALHOS DE ORIENTAÇÃO LINGÜÍSTICA

Nesta seção, apresentaremos dois trabalhos de orientação lingüística acerca de verbos e de auxiliaridade verbal: um com encaminhamento formalista e outro com encaminhamento funcionalista.

Em vez de revisitarmos um número maior de trabalhos, optamos por nos limitar a apenas dois, de modo que pudéssemos explaná-los de forma um pouco mais detalhada. O objetivo é demonstrar, além dos resultados obtidos pelas autoras, como, em linhas gerais, o assunto é diferentemente tratado em cada uma das perspectivas teóricas: a formalista e a funcionalista.

### 2.2.1 TRABALHO DE BASE TEÓRICA FORMALISTA

Sob uma perspectiva formalista de estudo da língua, Lobato (1975) <sup>1</sup> apresenta, em *Os verbos auxiliares em português contemporâneo: critérios de auxiliaridade*, parte da análise empreendida em sua tese de doutorado. O objetivo de seu trabalho, como atesta, é propor uma hierarquia para os critérios que definem os verbos auxiliares em português.

Segundo a autora, a expressão *verbo auxiliar* é utilizada de forma divergente pelas gramáticas escolares e pelas pesquisas lingüísticas: em alguns casos, essa expressão faz referência a um número limitado – mas nunca coincidente – de itens; em outros, é empregada para classificar uma listagem aberta, com um número ilimitado de elementos. Há casos, ainda, conforme acrescenta, em que a classe *verbo auxiliar* é simplesmente eliminada da análise e todos os verbos são tratados como principais.

---

<sup>1</sup> Todos os exemplos utilizados nesta subseção foram extraídos do texto de Lobato (1975).

Lobato (1975), entretanto, propõe duas possibilidades de classificação para os auxiliares do português: na primeira, a noção de auxiliar é tomada em seu sentido estrito; na segunda, em seu sentido amplo. Para esse segundo sentido, como explica, é mais conveniente falar de *auxiliante* e não de auxiliar. O termo *auxiliar* ficaria, portanto, limitado a um número de elementos aos quais se poderiam aplicar todos os critérios de auxiliaridade. A distinção terminológica entre *auxiliar* e *auxiliante* é, então, adotada no trabalho da autora.

Revisitando os critérios adotados pelas gramáticas para a definição dos auxiliares, Lobato (1975) afirma que eles são, quase sempre, utilizados de maneira implícita. Esses critérios são, sobretudo, semânticos ou morfológicos.

O primeiro critério revisitado pela autora, o *critério semântico*, consiste na perda de conteúdo semântico – ou na perda *sêmica*, para usar um termo de Lobato (1975, p. 30) – que sofre o verbo auxiliar. Essa perda, segundo admite, acontece ao longo do processo de gramaticalização do verbo. Assim, quanto mais gramaticalizada for a forma, mais conteúdo semântico ela pode ter perdido. Como exemplo, a autora cita o caso do verbo *ir*, que perdeu seu sema<sup>2</sup> espacial em usos como “*eu vou ficar aqui*” – mais gramaticalizado, diferentemente do que ocorre em “*eu vou à Bahia*”.

No entanto, Lobato (1975, p.30) alerta para o fato de que há vários graus de perda semântica e que, além disso, nem todos os verbos que podem ser seguidos de infinitivo, gerúndio ou particípio sofrem, de fato, essa perda. Nesse sentido, conforme assegura, pode-se falar de uma escala que vai de uma perda quase total à preservação de todos os semas, passando por diferentes graus de enfraquecimento semântico. Essa afirmação é ilustrada por meio do seguinte esquema:

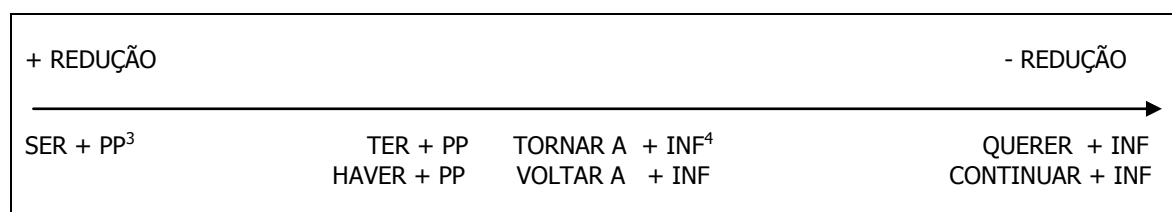


Figura 1: Graus de redução semântica de verbos.

Fonte: Lobato (1975, p. 30).

<sup>2</sup> De acordo com Lobato (1975, p. 84), *sema* é “a unidade mínima de significado” e *perda sêmica*, por sua vez, “corresponde à perda de um ou mais semas”.

<sup>3</sup> PP é *particípio passado*.

<sup>4</sup> INF é *infinitivo*.

Como explica Lobato (1975, p. 30), o verbo *ser* passou por uma gramaticalização completa e, por conseguinte, perdeu todo o seu significado lexical. O verbo *ter*, por sua vez, é usado com ambigüidade em muitos contextos, o que significa que parte de seu conteúdo lexical foi mantido. O mesmo acontece com os verbos *tornar*, *haver* e *voltar*. Dois exemplos são usados pela autora para esboçar a perda semântica:

- (a) *Tinha guardado* seu presente.
- (b) Naquela época eu *tinha nascido*.

Em (a) o verbo *ter* é ambíguo e pode ser tomado com, pelo menos, dois sentidos: 1) alguém recebeu um presente e esse presente foi guardado e 2) alguém tinha algo para presentear e esse algo estava guardado. Em (b), no entanto, essa ambigüidade é inexistente e o verbo *ter* preserva apenas seu sema *concluso*.

Há ainda outros verbos, como *querer* e *continuar*, que, de acordo com Lobato (1975, p. 30-31), mantêm toda sua carga sêmica, independentemente de serem seguidos de uma forma verbal ou nominal, como acontece em “*quero partir/quero doce de coco*” ou em “*continuou trabalhando/continuou seu trabalho/o trabalho continuou*”.

Outro critério para a classificação de auxiliares, também relacionado ao campo semântico, é o da *unidade significativa*. Esse critério prevê que o *auxiliar* e o *auxiliado* formam uma só unidade de sentido. Considera-se, nesse caso, que o auxiliar, desprovido de conteúdo, atua unicamente como elemento gramatical e que o verbo auxiliado, por sua vez, apresenta valor lexical.

Porém, segundo Lobato (1975, p.31), tanto o auxiliar tradicional como o verbo principal possuem valores lexicais e gramaticais. Caso contrário, como alega, não haveria explicação para o fato de que em “*Tenho estudado*” o verbo *estudar* deva estar obrigatoriamente no particípio – e não no gerúndio ou no infinitivo – e de que *tenho*, no presente, marca a iteratividade do ato. O que ocorre, de acordo com a autora, é que muitos autores fazem a distinção *auxiliar/gramatical* e *principal/lexical* e, ainda assim, tratam como “auxiliares” verbos do tipo *costumar* (*costuma ir*) e *querer* (*quer ir*), que apresentam claramente valor lexical.

Nesse sentido, como afirma Lobato (1975, p.31), pode-se eliminar a exigência de que o grupo verbal composto de um *verbo finito* seguido de um *verbo não flexionado* deva formar uma

unidade significativa. Entretanto, acrescenta, quando se refere a um verbo auxiliar seguido de um principal, deve-se reconhecer que os dois terão um só sujeito e, nesse caso, a identidade de sujeitos torna-se fundamental para a classificação dos verbos auxiliares. Admitido esse fato, para a autora, ficam excluídos da listagem de auxiliares *stricto sensu* os verbos como *mandar*, *fazer* e suas variantes, como em “*mandei fazer um terno para mim* = /*eu mandei*/ /*X fazer um terno para mim*/” em que há, evidentemente, sujeitos distintos.

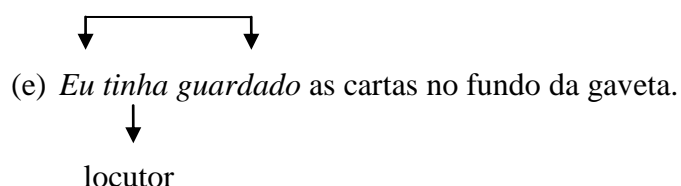
De acordo com Lobato (1975, p. 32), há, ainda, um terceiro critério semântico que, embora nunca tenha sido citado pelas gramáticas de língua portuguesa, é utilizado para a identificação de auxiliares no francês. Esse critério preconiza que todo verbo auxiliar está em *acepção egocêntrica*, ou seja, não apresenta relação semântica com o sujeito gramatical, mas relaciona-se com o locutor. Distingue-se, nesse caso, o sujeito gramatical do sujeito lógico. O verbo *ter*, conforme afirma, pode fornecer um exemplo dessa situação em português:

(c) Eu *tinha guardadas* as cartas no fundo da gaveta.

(d) Eu *tinha guardado* as cartas.

Em (c), como explica Lobato (1975), ainda que o pronome *eu* seja o sujeito de toda a frase, ele se relaciona diretamente com *tinha* e não com o verbo *guardar*. Isso porque quem *possuía* era *eu*, mas esse mesmo *eu* não é necessariamente o agente de *guardar*. No entanto, em (d), *eu* passa a ser o agente de *guardar* e *tinha*, por sua vez, expressa somente a anterioridade do fato, sem que esteja ligado ao sujeito *eu*. Porém, para a autora, essa anterioridade está relacionada com o locutor que, independentemente da pessoa gramatical, é sempre o agente da posse mental do passado.

Por fim, Lobato (1975, p. 32) esclarece que, de acordo com o critério de *acepção egocêntrica*, quando um verbo se torna auxiliar, ocorre um “desligamento semântico” entre esse verbo e o sujeito gramatical da frase. O verbo auxiliar passa, assim, a ligar-se ao locutor e não ao sujeito:



Referindo-se, ainda, aos critérios adotados pelas gramáticas para a definição dos auxiliares, Lobato (1975) critica o fato de que elas, na grande maioria das vezes, afirmam que o sintagma verbal numa relação de auxiliação é formado por um verbo flexionado seguido de uma forma não-finita (*auxiliar + infinitivo/ auxiliar + gerúndio/ auxiliar + particípio*). Segundo a autora, esse critério, por si só, é ineficiente, já que nem sempre as formas verbais seguidas de infinitivo, gerúndio ou particípio estão em uma relação de auxiliação.

Conforme Lobato (1975, p. 34), alguns gramáticos, como Said Ali (1965), postulam que os auxiliares perdem a capacidade de ser conjugados no particípio passado e no imperativo. Entretanto, na concepção da autora, a impossibilidade de conjugação no imperativo não se restringe aos auxiliares e se estende a uma classe que ela denomina de *verbos de estado*. Nessa classe, além de *ser*, *estar*, *ter* e *haver*, estão inseridos os verbos *possuir*, *necessitar*, *precisar*, *carecer*, *conhecer* e *conter* (na acepção verificada em “*Esse vaso só contém flores*”). Assim, para Lobato (1975), embora a impossibilidade de conjugação imperativa ajude a definir os auxiliares, essa não é uma característica *exclusiva* deles.

Tomando por base esse critério, a autora afirma que alguns verbos – como *mandar* e *deixar*, estudados nesta dissertação – estariam excluídos da listagem dos auxiliares, uma vez que eles admitem o modo imperativo (p. 34):

(f) Mande-o embora já!

(g) Deixe-me escrever!

Lobato (1975, p. 35) contesta, também, o critério de ordenação linear *auxiliar + verbo principal* para a identificação dos auxiliares. A razão, como assevera, é que em construções arcaicas ou estereotipadas essa ordem pode ser claramente invertida:

(h) *Bendito seja* Deus e seu Santíssimo Nome!

(i) *Louvado seja* Nosso Senhor Jesus Cristo!

O último critério revisitado e questionado pela autora é o da *separabilidade*. De acordo com esse critério, um grupo verbal que representa uma unidade semântica e que forma um todo funcional é indissociável. Porém, como demonstra em seus exemplos, isso de fato não acontece (p. 35):

(j) Estava *eu* dormindo, quando bateram à porta.

(k) Ele continua, *contudo*, a trabalhar.

Após apresentar alguns dos critérios empreendidos pelas gramáticas para a classificação dos verbos auxiliares, Lobato (1975, p. 36) analisa o que ela considera como “algumas outras possibilidades de identificação” desses verbos, agora sob um ponto de vista lingüístico.

Assim, uma primeira forma de restringir os auxiliares a um grupo limitado é, segundo a autora, determinar como critério a impossibilidade de construções completivas com esses verbos. Nesse caso, ficariam “eliminados” da listagem de auxiliares os que Lobato (1975, p. 37) denomina de verbos *sensitivos*, *causativos* (como *mandar*, estudado nesta dissertação), *dicendi*, de *suposição* e de *aparência*. A justificativa é a de que esses verbos não formam, ao lado de outros, um sintagma unificado e, conseqüentemente, uma só oração:

(l) *Mandou // que eu fizesse isso.*

(m) *Disse // que eu não deveria fazer isso.*

O critério *prosódico* é, de acordo com Lobato (1975, p. 37-38), outro instrumento utilizado por alguns autores para distinguir entre um verbo “autônomo” e um auxiliar. Conforme esse critério, o conjunto *auxiliar* + *auxiliado* constitui um único *grupo fonético* ou *grupo acentual*, em que o auxiliar é sempre uma forma átona e proclítica, como ocorre em *deve estar* [devIš tah]. Entretanto, para a autora, o teste prosódico não é sempre pertinente, já que, em certos enunciados, pode-se ter a inserção de um elemento não-verbal entre dois verbos, o que desfaz o *grupo acentual*:

(n) */estava **ele**/ /pegando no sono/ /quando ela/ /chegou/.*

Como critério, alguns estudiosos utilizam também a *freqüência de ocorrência* para identificar os auxiliares de uma língua. Consoante Lobato (1975), esse critério determina que só pode ser classificada como auxiliar a unidade verbal recorrentemente seguida de infinitivo, gerúndio ou particípio. A autora acrescenta que é necessário distinguir entre *freqüência no discurso* e *freqüência na língua*, sendo que esta última é que define os auxiliares. Porém, nenhuma explicação sobre a diferença entre esses tipos de freqüência é fornecida.

Para Lobato (1975), o critério da *freqüência* resulta da admissão, por parte de diversos autores, de que os elementos gramaticais, em certas línguas, se comparados aos elementos lexicais, apresentam uma média muito alta em determinados textos. Desse modo, como

afirma, esse critério só pode ser aplicado para estabelecer os auxiliares *stricto sensu*, pois a classe mais ampla de auxiliares – que a autora convencionou chamar de *auxiliantes* – comporta diversos elementos considerados por ela como “indubitavelmente lexicais”, entre os quais estão os verbos *dizer*, *proclamar*, *querer*, etc.

Após uma breve explanação acerca desses três critérios – o da impossibilidade de construções completivas, o prosódico e o de frequência –, Lobato (1975) passa a apresentar uma série de critérios, também lingüísticos, que envolvem testes para a identificação do auxiliar. O objetivo desses testes, formulados e aplicados também por outros autores, é verificar em que casos os complexos verbais formam um único constituinte (o sintagma verbal) e se há diferentes graus de ligação entre esses complexos.

O primeiro teste aplicado pela autora é o da *incidência de um circunstante de tempo*, que serve para determinar o grau de ligação entre o auxiliante e o auxiliado. Por meio da incidência temporal, como assegura, é possível verificar:


- (i) os complexos mais ligados – aqueles em que o circunstante temporal incide sobre o grupo verbal como um todo, independentemente de sua posição na frase;
- (ii) os complexos menos ligados – aqueles em que a incidência do circunstante temporal varia dependendo da posição que ele ocupa na frase.

Aplicado o teste, Lobato (1975, p. 40) encontrou, entre outros exemplos, o seguinte caso em que o circunstante temporal incide sobre toda a estrutura verbal, caracterizando um complexo ligado:


- (o<sub>1</sub>) Desde 1942 essa foto *era conhecida* pelas autoridades.
- (o<sub>2</sub>) Essa foto *era conhecida* pelas autoridades desde 1942.
- (o<sub>3</sub>) Essa foto *era*, desde 1942, *conhecida* pelas autoridades.

Como exemplo de complexos menos ligados, com incidência do circunstante temporal sobre apenas um dos verbos, pode-se verificar (p. 43):

(p<sub>1</sub>) *Ontem*, ela me disse ter estado doente.



(p<sub>2</sub>) Ela me disse *ter estado doente ontem*.



A autora ressalva que a condição prevista no teste da *incidência de um circunstante de tempo* não é *suficiente* para a classificação de um auxiliar, porém, ela é uma condição *necessária*.

Outro critério testado por Lobato (1975, p. 50) é o da *apassivação*, sobre o qual ela afirma que, “se há na língua uma classe de auxiliares, esses devem pertencer ao grupo dos verbos suscetíveis de coocorrer com um verbo apassivável, havendo relação de paráfrase entre as formas ativa e passiva”, o que se exemplifica por meio de:

(q<sub>1</sub>) João tinha *lido* o livro.

(q<sub>2</sub>) O livro tinha *sido lido* por João.

O mesmo não acontece no exemplo abaixo, em que não há equivalência semântica entre os enunciados de voz passiva e de voz ativa (p. 48):

(r<sub>1</sub>) Você quer ser contratado por eles.

(r<sub>2</sub>) Eles querem contratar você.

Na seqüência de testes, a autora apresenta o da *extensão de campo de aplicação de morfema*, por meio do qual só são considerados auxiliares os verbos que não oferecem restrição quanto ao sujeito ou quanto ao verbo auxiliado. Entre os verbos que apresentam restrição de sujeito, Lobato (1975, p. 53) lista *querer*, *deliberar* e *dizer* que, segundo ela, só se relacionam com sujeitos [*animados*], [*potentes*] e [*humanos*]:

(s<sub>1</sub>) \* Esta mesa quer fazer isso.

(s<sub>2</sub>) \* Esta cadeira deliberou fazer isso.

(s<sub>3</sub>) \* A porta disse que ia fazer isso.

Como o trabalho de Lobato foi realizado há mais de trinta anos, construções como “A TV não quer ligar”, em que o verbo *querer* admite um sujeito com os traços [– *animado*], [– *potente*] e [– *humano*] poderiam, de fato, ser consideradas agramaticais, o que é questionável hoje, quando uma oração como essa parece não causar estranheza.

Com relação à restrição combinatória referente ao auxiliado, a autora cita, entre outros, os verbos *ir* e *vir*, que parecem, em alguns casos, não aceitar o gerúndio (p. 53):

(t) \*Ele vai/vem aniversariando.



Lobato (1975, p. 54), no entanto, alerta para o fato de que o critério da *extensão de campo de aplicação de morfema* não é suficiente para a identificação dos auxiliares, pois ele permitiria incluir nessa classe verbos como *existir* e *pertencer* que, embora não restrinjam o sujeito, podem apresentar limites de combinações com seu outro elemento nominal:

(u) \*A cadeira pertence à mesa.

Um critério bastante produtivo para a identificação de auxiliares é, segundo a autora (p. 55), o da *negativização*, que prevê que “uma seqüência verbal em auxiliação não pode ser separada por uma negação”.

Aplicados os testes pertinentes a esse critério, ficam excluídos da possível listagem de auxiliares verbos como *querer* e *saber* (p. 56):

(v<sub>1</sub>) Maria quer vir.

(v<sub>2</sub>) Maria não quer vir.

(v<sub>3</sub>) Maria quer não vir.

(v<sub>4</sub>) Maria não quer não vir.

(x<sub>1</sub>) Ele sabe ouvir os outros.

(x<sub>2</sub>) Ele não sabe ouvir os outros.

(x<sub>3</sub>) Ele sabe não ouvir os outros.

(x<sub>4</sub>) Ele não sabe não ouvir os outros.

Lobato (1975) explica que, nesses exemplos, se pode negar tanto o primeiro como o segundo verbo, seja simultaneamente ou independentemente, o que indica que há, em cada um deles, duas orações diferentes e, portanto, não ocorre auxiliaridade.

O mesmo não acontece nos exemplos abaixo, em que os verbos são indissociáveis pela negação e não aceitam a negação ou só deles mesmos ou só do verbo seguinte. Como afirma a autora (p. 58), nesse caso, a única possibilidade com relação à negação seria colocá-la antes de toda a seqüência, para que incida sobre todo o grupo verbal. Essa situação, como acrescenta, indica a forte relação de auxiliaridade verbal:

- (w<sub>1</sub>) Ele está dormindo.  
 (w<sub>2</sub>) Ele não está dormindo.  
 (w<sub>3</sub>) \*Ele está não dormindo.  
 (w<sub>4</sub>) \*Ele não está não dormindo.

O último critério analisado por Lobato (1975, p. 69) é o da *pronominalização*, por meio do qual se verifica se o verbo auxiliado pode ou não ser substituído por um pronome. Em caso positivo, os dois verbos são considerados principais. Em caso negativo, considera-se haver uma só oração, sendo o verbo flexionado um auxiliar. Alguns dos exemplos para os vários testes aplicáveis dentro desse critério são:

- (y<sub>1</sub>) Ele pensa ter razão. > Ele o pensa.  
 (y<sub>2</sub>) Ele disse ter razão. > Ele o disse.

Em (y<sub>1</sub>) e (y<sub>2</sub>), de acordo com o critério da pronominalização, têm-se duas orações e, portanto, não ocorre auxiliaridade verbal. Em (z), porém, a auxiliaridade é constatada, já que o verbo *poder* (em uma de suas acepções) não admite o pronome (p. 69-70):

- (z) João pode chegar a qualquer momento. > \* João o pode.

Após revisitar todos esses critérios e aplicar os vários testes relacionados a eles, Lobato (1975, p. 76) afirma que a classe dos *auxilantes* ou *auxiliares* “*lato sensu*”, em português, é composta pelos verbos que ela denomina *temporais* (*ter*, *haver* e algumas ocorrências de *ser*, como em “*Naquela época eu ainda não era nascido*”), *de desenvolvimento* (*começar a*, *continuar a*, etc.) e *modais* (*poder*, *dever*, *crer*, *querer*, etc.), além do verbo da passiva (*ser*). A classe dos *auxiliares* “*stricto sensu*”, por sua vez, ficou limitada a quatro verbos: *ser*, *estar*, *ter* e *haver* que, segundo a autora, são os que atendem à maioria dos critérios estudados.

Como notou Cezario (2001), o trabalho de Lobato (1975), apesar de formalista, antecipa algumas das idéias que seriam desenvolvidas nos trabalhos funcionalistas sobre verbos a partir de década de 1980. Algumas dessas idéias relacionam-se à gramaticalização e à afirmação, por parte de Lobato (1975), de que há vários *graus* de perda semântica quando um verbo é seguido de uma forma não-finita.

Além disso, conforme Cezario (2001), Lobato (1975) permeia outras questões também tratadas pelo funcionalismo: além de destacar a importância da frequência (cf. capítulo 3 desta

dissertação), a autora afirma haver “complexos mais ligados” e “complexos menos ligados”, referindo-se ao que Cezario (2001), em sua tese, denomina “graus de integração de cláusulas”.

No entanto, é importante observar que, embora mencione algumas noções que seriam posteriormente aprofundadas em trabalhos funcionalistas, Lobato (1975) não chega a aplicá-las em suas análises, que foram desenvolvidas com base unicamente em critérios formais.

## 2.2.2 TRABALHO DE BASE TEÓRICA FUNCIONALISTA

Cezario (2001), em sua tese de doutorado intitulada “Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos”, apresentou um estudo sobre os estágios de gramaticalização nos períodos compostos por construções com os verbos *achar*, *ver* e *saber* e *mandar*, *querer* e *deixar* com cláusulas completivas. Os verbos *achar*, *ver* e *saber* foram classificados pela autora como pertencentes ao grupo semântico dos *cognitivos*; os verbos *mandar*, *querer* e *deixar*, por sua vez, foram atribuídos ao grupo dos *volitivos*.

Em “Graus de integração de cláusulas com verbos volitivos”, Cezario (2004) trata especificamente dos verbos relativos a esse grupo semântico que foram estudados em sua tese: *mandar*, *querer* e *deixar*. Um dos seus objetivos, como esclarece, é observar a atuação do princípio da *iconicidade*, que postula que as funções comunicativas do discurso é que determinam a estrutura das línguas.

Como asseguramos no capítulo 1, a autora, em sua pesquisa, obteve escalas que a possibilitaram estabelecer graus de integração de cláusulas e averiguar os estágios de gramaticalização em que se encontravam um mesmo item lexical e itens lexicais diferentes. Segundo atesta, foi possível, ainda, constatar quais usos desses verbos apontavam um estágio inicial do processo de gramaticalização (verbos ainda plenos) e quais assinalavam estágios mais adiantados desse processo (verbos com várias características de auxiliar).

Os dados analisados por Cezario (2001; 2004) foram coletados, sobretudo, dos textos que compõem o *Corpus Discurso e Gramática: a língua falada e escrita no português do Brasil*, que é constituído por um banco de dados da comunidade estudantil de cinco cidades brasileiras: Rio de Janeiro (RJ), Niterói (RJ), Natal (RN), Juiz de Fora (MG) e Rio Grande

(RS). Os textos pertencentes a esse *corpus*, criado na década de 1990, distribuem-se em cinco tipologias: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de procedimento, descrição de local e relato de opinião. Os informantes foram convidados a produzir textos orais e, em seguida, a redigir o material escrito correspondente a cada um dos textos, o que possibilita, de acordo com Cezario (2001; 2004), a comparação de uso de verbos entre os canais oral e escrito da língua e entre as diferentes tipologias textuais. Além disso, a autora coletou também dados de cem editoriais do Jornal do Brasil e analisou amostras do português medieval extraídas das cem primeiras páginas do livro *O Orto do Esposo*.

A hipótese geral do trabalho de Cezario (2001; 2004, p. 51) é a de que o domínio da complementação verbal envolve graus distintos de integração entre a cláusula principal e a subordinada. A integração, conforme explica, é compreendida como “a incorporação ou fusão dos elementos morfossintáticos e semânticos de duas cláusulas”. Por força dessa integração, um dos verbos pode vir a se tornar, em certo estágio da língua, um afixo ou auxiliar do outro verbo.

O pressuposto admitido pela autora, e que também adotamos para esta dissertação, é o de que o verbo auxiliar, em um determinado estágio da língua, era um verbo pleno. Em outras palavras, esse verbo pleno, com o decorrer do tempo e em função de diversos fatores, perdeu o seu conteúdo concreto, referencial, e se gramaticalizou, tornando-se um auxiliar. Nesse sentido, Cezario (2004) assegura que o verbo auxiliar é uma categoria intermediária do contínuo que tem como extremos o verbo pleno e a flexão. Esse contínuo, como acrescenta, apresenta alguns estágios nos quais os verbos volitivos e cognitivos da língua portuguesa podem ser incluídos. Com base nisso, Cezario (2004, p. 52) toma como hipótese o fato de que “há diferentes graus de integração sintático-semântico-pragmática entre um verbo e o seu complemento”. Essa hipótese subdivide-se em três partes, das quais a primeira não é tratada pela autora por referir-se, também, aos verbos cognitivos, que não são explorados no texto de 2004:

- (i) verbos de grupos semânticos diferentes, como é o caso dos cognitivos (*achar, ver e saber*) e dos volitivos (*mandar, querer e deixar*), devem estar em estágios distintos no contínuo de gramaticalização.
- (ii) verbos de um mesmo grupo semântico, como é o caso dos volitivos *mandar, querer e deixar*, devem estar também em estágios distintos no contínuo de gramaticalização.

- (iii) um item verbal, como é o caso, por exemplo, do verbo *deixar*, apresenta diferentes usos no português sincrônico. Cada um desses usos pode indicar um diferente estágio de gramaticalização.

Conforme apresentado no terceiro capítulo desta dissertação, Heine (1993) propõe haver nas línguas sete diferentes estágios de gramaticalização de itens verbais. Esses estágios foram designados pelo autor de Estágio A, Estágio B, e assim por diante, até o Estágio G. Subjacentes a eles, estão as quatro mudanças que acontecem nos níveis da semântica, da morfossintaxe, da morfofonologia e da fonética, respectivamente: a *dessemantização* (perda ou esvaziamento de conteúdo semântico); a *decatégorização* (mudança de classe gramatical ou perda de propriedades morfossintáticas características dessa classe); a *clitização* (integração do item ao verbo principal) e a *erosão* (perda de substância fonética).

Tendo por base a proposta de Heine (1993), Cezario (2001; 2004) constatou a existência de diferentes estágios de gramaticalização no uso de verbos cognitivos e volitivos do português, bem como nos usos de um mesmo item verbal pertencente a um desses grupos semânticos. No entanto, como ressalta, os usos constatados referem-se apenas às fases iniciais da trajetória de gramaticalização, o que não significa que os estágios finais irão de fato ocorrer.

A autora destaca que a *iconicidade* é o princípio mais importante para a sua pesquisa. Pertinente a esse princípio, o subprincípio da *proximidade* é utilizado para tratar da integração de cláusulas. Com base nele, verifica-se que quanto mais forte for a conexão semântica entre dois verbos, mais forte tende a ser a conexão sintática de duas proposições em uma única cláusula. Citando Givón (1990), Cezario (2001; 2004) afirma que há um contínuo na dimensão escalar no que diz respeito à ligação entre o verbo e a cláusula subordinada. Em outras palavras, existem graus de integração entre as cláusulas.

O princípio da *iconicidade*, em especial o subprincípio da *proximidade*, foi testado pela autora por meio de uma categoria chamada “Graus de integração de cláusulas”. Essa categoria maior é formada por nove subcategorias, para as quais foram atribuídas diferentes pontuações. A soma dessas pontuações totaliza um grau de integração que, por sua vez, codifica um possível estágio de gramaticalização.

As categorias utilizadas por Cezario (2001; 2004, p. 56-57) para analisar o grau de integração de cláusulas podem ser assim resumidas:

- (i) Categoria A – Modo da cláusula subordinada (análise sintática): observa-se se o verbo da cláusula subordinada está no modo indicativo, subjuntivo ou, ainda, em um modo não-finito (gerúndio ou infinitivo).
- (ii) Categoria B – Tempo do verbo da subordinada em relação ao tempo do verbo da principal: observa-se se há ou não simultaneidade entre o tempo do evento/estado expresso na cláusula subordinada e o evento/estado expresso na cláusula principal.
- (iii) Categoria C – Presença ou ausência de sujeito na subordinada: observa-se se o sujeito da cláusula subordinada está expresso, não-expresso (ou seja, sujeito oculto) ou é zero obrigatório.
- (iv) Categoria D – Sujeito animado ou inanimado na subordinada: observa-se se o sujeito da cláusula subordinada é animado ou inanimado. No caso de sujeito zero obrigatório, o sujeito da cláusula principal é observado.
- (v) Categoria E – Controle: observa-se se o referente-sujeito da cláusula subordinada é controlado, não-controlado ou parcialmente controlado pelo referente-sujeito da cláusula principal.
- (vi) Categoria F – Implicação/causatividade: observa-se se o evento/estado expresso na cláusula subordinada ocorre ou não em razão do que é pedido/ordenado/desejado na cláusula principal.
- (vii) Categoria G – Sujeito idêntico ou sujeito diferente: observa-se se a cláusula subordinada apresenta sujeito idêntico ou diferente ao da cláusula principal.
- (viii) Categoria H – Sujeito individuado ou não-individuado: observa-se se o sujeito da cláusula subordinada é individuado ou não-individuado. No primeiro caso, ele costuma ser também um referente velho ou inferível; no segundo caso, ele pode ser um referente novo, indefinido ou genérico.
- (ix) Categoria I – Inserção de material fônico: observa-se se há ou não inserção de elementos entre a cláusula principal e o sujeito da cláusula subordinada.

Como já afirmamos, para cada uma dessas subcategorias foram atribuídas diferentes pontuações. Segundo Cezario (2001; 2004), essas pontuações foram pensadas a partir do trabalho de diversos linguistas funcionalistas, em especial Givón (1990; 1995), Hopper e Traugott (1993), Heine (1993) e Votre (1992). Os pontos foram distribuídos pela autora do seguinte modo:

Categoria:	Fator observado:		Pontuação atribuída:
A	Modo da subordinada	Indicativo	0
		Subjuntivo	0,5
		Não-finito	1
B	Tempo	Não-simultâneo	0
		Simultâneo	1
C	Sujeito explícito na subordinada	Explícito	0
		Não-explícito	0,5
		Zero obrigatório	1
D	Sujeito animado/não-animado (cláusula subordinada)	Animado	0
		Não-animado	1
E	Controle do sujeito da principal sobre o da subordinada	Não controla	0
		Controla parcialmente	0,5
		Controla	1
F	Implicação (factividade)	Não implica	0
		Implica parcialmente	0,5
		Implica	1
G	Sujeito idêntico/sujeito diferente	Diferente	0
		Idêntico	2
H	Sujeito individuado/não-individuado na subordinada	Individuado	0
		Não-individuado	1
I	Inserção de material fônico entre a cláusula principal e a subordinada	Presença	0
		Ausência	1

Quadro 1: Pontuação atribuída às subcategorias pertencentes à categoria “Graus de integração de cláusulas”. Adaptado de Cezario (2001, p. 97-99; 2004, p. 58).

De acordo com autora, a soma mínima apresentada é 0 e a máxima é 9, totalizando 10 estágios e uma graduação de 0 a 9, dependendo da pontuação atribuída. Quanto maior a pontuação, maior é o grau de integração entre as cláusulas:

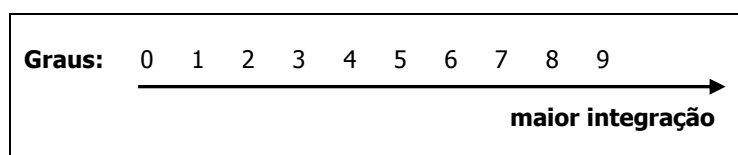


Figura 2: Direção da integração de cláusulas.  
Fonte: Cezario (2004, p. 59).

Para Cezario (2001; 2004, p. 59), há ainda quatro fatores lingüísticos que, embora não participem da categoria “Graus de integração de cláusulas”, são relevantes quando se objetiva detectar algum processo de gramaticalização:

- (i) *pessoa gramatical do sujeito da cláusula principal*: verifica-se se o referente-sujeito da cláusula principal é expresso na primeira, na segunda ou na terceira pessoa. Esse fator é importante para observar casos de gramaticalização que

ocorrem com uma determinada pessoa gramatical. Como exemplo, a autora cita os verbos *think* e *guess*, do inglês, que apresentam gramaticalização na primeira pessoa.

- (ii) *sentidos do verbo*: conforme Cezario (2001; 2004), alguns dos verbos estudados demonstram variação de sentido. Cada sentido desempenha funções diferentes e deve apresentar diferentes graus de integração com a cláusula subordinada.
- (iii) *canal*: é feita uma oposição entre canal oral e canal escrito. A hipótese é de que há diferenças de uso dos itens lexicais em cada um desses canais.
- (iv) *tipos de texto*: por meio desse fator, pode-se observar se certo uso de um verbo é mais freqüente em um tipo de texto do que em outro. A freqüência, segundo a autora, pode revelar um processo de gramaticalização e confirmar a hipótese de que esse processo, ao menos em sua fase inicial, pode não ser constatado em todas as possibilidades de uso da língua.

Além desses quatro fatores lingüísticos, Cezario (2001; 2004) controlou também o fator extralingüístico *escolaridade*, a fim de comparar os usos dos verbos entre falantes de escolaridades distintas, a saber: da classe de alfabetização ao terceiro grau incompleto.

Os resultados obtidos pela autora apontam que, entre os volitivos estudados, o verbo *mandar* é o menos integrado, seguido, respectivamente, pelos verbos *querer* e *deixar*. Nesse sentido, em uma escala de gramaticalização, teríamos, do menos para o mais gramaticalizado, a seguinte ordem: *mandar*, *querer* e *deixar*.

Cezario (2004) esclarece que o verbo *mandar* não apresentou variação de sentido nos *corpora* analisados. O sentido básico expresso por esse verbo foi o de “ordenar”. Ele é também o menos freqüente dos volitivos estudados, comportando-se, por essa razão, como um verbo pleno. A baixa freqüência, como acrescenta a autora, pode ser explicada pelo fato de que o sentido do verbo *mandar* relaciona-se a contextos especiais – em que um ser animado dá ordens a outro ser animado –, o que não acontece com verbos mais gramaticalizados, que têm seu contexto de uso ampliado.

No que se refere à categoria “Graus de integração de cláusulas”, o verbo *mandar* apresentou maior freqüência no ponto 4: dos 93 (noventa e três) dados analisados, 33 (trinta e três) somaram essa pontuação, o que equivale a 35% (trinta e cinco por cento) do total. Foram também registradas, em menor escala, freqüências nos pontos 1, 2, 3, 5 e 6. No entanto, o



ponto 0, que representa a menor integração, e os pontos 7, 8 e 9, que representam uma maior integração, não registraram ocorrências. De acordo com a autora, o resultado obtido sugere que o verbo *mandar* esteja em uma posição intermediária na escala de integração.

Observando o fator *tipo de texto*, Cezario (2004) constatou que, das cinco tipologias analisadas, o verbo *mandar* ocorre tipicamente nas narrativas: 67 (sessenta e sete) dados, de um total de 93 (noventa e três), estavam distribuídos entre a narrativa experiencial e a narrativa recontada. Uma das justificativas para essa ocorrência, segundo a autora, é que esse tipo textual apresenta situações que envolvem relações de poder entre diferentes personagens, o que favorece o uso de verbos como *mandar*.

Quanto ao fator extralingüístico *escolaridade*, verificou-se que os falantes menos escolarizados tendem a utilizar mais o verbo *mandar*. Em contrapartida, o número de dados com esse verbo diminui sensivelmente à medida que a escolaridade aumenta. Comparando as séries iniciais com o terceiro grau, os dois extremos da análise, Cezario (2004) observou que as crianças usam cinco vezes mais o verbo *mandar* do que os adultos pertencentes ao terceiro grau de ensino. O motivo, conforme explica, é que as crianças ainda não compreendem a idéia negativa associada a esse verbo e, por essa razão, não utilizam certas estratégias de polidez que as permitiriam substituir o verbo *mandar* por outro manipulativo.

O verbo *querer*, por sua vez, apresentou-se muito mais freqüente do que o verbo *mandar*: foram encontradas 551 (quinhentas e cinquenta e uma) ocorrências nos *corpora* investigados. Desse total, cerca de 90% (noventa por cento) refere-se ao uso de *querer* seguido de infinitivo e 10% (dez por cento) ao uso de *querer* seguido de cláusula desenvolvida introduzida pelo conectivo *que*.

Outro uso comum na fala cotidiana carioca, mas que não foi identificado nos *corpora*, é, de acordo com Cezario (2004, p. 63), aquele composto pelo verbo *estar* mais *querendo* com complemento no infinitivo:

- (a) A pedra *está querendo* cair.
- (b) *Estou querendo* ficar gripada.
- (c) O tempo *está querendo* melhorar.
- (d) *Está querendo* chover.

Nesses casos, como esclarece, não é o verbo *querer* que determina a seleção do sujeito. Desse modo, sujeitos inanimados podem também combinar-se com a expressão *estar + querendo + infinitivo* e até mesmo orações sem sujeito podem ser formadas, como acontece no exemplo (d).

A autora afirma, ainda, que, tendo em vista os inúmeros sentidos atribuídos ao verbo *querer*, alguns deles muito semelhantes, não foi possível distinguir claramente qual era o significado pretendido pelo falante em cada dado.

Com relação à categoria “Graus de integração de cláusulas”, 60% (sessenta por cento) dos dados com o verbo *querer* estão concentrados nos graus 7 e 8 e 13% (treze por cento) estão concentrados no grau 9, o último da escala. Isso significa, segundo Cezario (2004), que o verbo *querer* apresenta usos bastante gramaticalizados e, no contínuo de gramaticalização, ele pode ser considerado um item próximo do auxiliar.

O tipo de texto com maior incidência de usos desse verbo é o relato de opinião, que acumula 31% (trinta e um por cento) dos dados. Em seguida, estão a narrativa recontada (vinte e nove por cento), a narrativa experiencial (vinte e dois por cento), o relato de procedimento (onze por cento) e a descrição (seis por cento). A autora explica que a recorrência de dados no relato de opinião deve-se ao fato de que, nesses textos, os informantes, além de expressarem sua opinião, manifestam seu desejo de mudança com relação ao país, à escola, ao sistema penal etc., ou emitem sua opinião a respeito do que as autoridades objetivam (querem) fazer a partir de certas atitudes. Os relatos de procedimento e a descrição, por sua vez, por se tratarem de textos mais objetivos, não apresentam verbos com expressão de desejo.

Como consequência do seu processo de gramaticalização, o verbo *querer*, conforme Cezario (2004), é usado com determinada frequência e se distribui equilibradamente nas produções textuais de informantes dos sexos masculino e feminino com diferentes níveis de escolaridade.

O verbo *deixar* apresentou 249 (duzentas e quarenta e nove) ocorrências nos *corpora* investigados pela autora. Entre os sentidos atribuídos ao verbo foram identificados:

- (i) permitir/consentir (105 dados, equivalentes a 42% do total).
- (ii) aguardar/esperar (88 dados, equivalentes a 35% do total).
- (iii) parar/terminar (40 dados, equivalentes a 16% do total).

- (iv) causar/fazer (11 dados, equivalentes a 4% do total).
- (v) evitar (05 dados, equivalentes a 2% do total).

Desses sentidos, apenas os de *parar/terminar* e *evitar* não estão relacionados à idéia de manipulação de um ser. De acordo com Cezario (2004, p.71), o sentido de *parar/terminar* é sempre codificado pela estrutura *deixar de + infinitivo*, que ocorre com sujeito idêntico. Esse, como afirma, é o uso mais gramaticalizado do verbo *deixar* que, de núcleo da cláusula principal, passa a ser um marcador de aspecto terminativo. Nesse caso, o verbo assemelha-se a um auxiliar prototípico e aceita um sujeito inanimado, como mostra o exemplo da autora, retirado de um editorial do Jornal do Brasil:

- (e) A exploração política das favelas *deixou de* oferecer vantagens depois de demonstrada a incapacidade de deter a ocupação desordenada e predatória dos morros.

A estrutura *deixar de + infinitivo* é recorrente nos editoriais do Jornal do Brasil e, segundo Cezario (2004), esse é um indício de que essa gramaticalização está se manifestando também nos usos mais formais da língua, e não apenas na oralidade.

Na categoria “Graus de integração de cláusulas”, 33% (trinta e três por cento) dos dados com o verbo *deixar* – o equivalente a 80 (oitenta) ocorrências – estão concentrados no grau 6. Os graus 4 e 5, intermediários na escala, acumulam, respectivamente, 20% (vinte por cento) e 16% (dezesseis por cento) das ocorrências. O grau 8, que representa uma alta integração entre as cláusulas, concentra significativos 11% (onze por cento) dos dados.

O uso de *deixar* com o sentido de *parar/terminar*, codificado pela estrutura *deixar de + infinitivo*, é, consoante Cezario (2004), o mais integrado e, por conseguinte, o mais gramaticalizado. O uso com o sentido de *permitir* é o que apresenta menos integração.

No que diz respeito aos fatores *canal* (oral e escrito), *tipo de texto* e *escolaridade*, o verbo *deixar* demonstrou o seguinte comportamento:

- (i) o sentido de *permitir* é mais usado na oralidade; o de *parar/terminar* é mais freqüente na escrita, sobretudo nos textos mais formais, como é o caso dos editoriais.

- (ii) o sentido de *permitir* está presente em todas as tipologias textuais analisadas; o sentido de *aguardar* é característico dos relatos de procedimento; o sentido de *parar/terminar*, por sua vez, é mais comum nos relatos de opinião, especialmente nos textos mais formais.
- (iii) o sentido de *permitir* é mais usado pelos informantes da oitava série e do terceiro grau; o sentido de *aguardar* é preponderante nos dados da quarta série e do terceiro grau e equilibra-se entre as demais faixas; o sentido de *parar/terminar* é fortemente usado pelos informantes do terceiro grau e não apresentou ocorrência entre os falantes da quarta série.

Conforme Cezario (2004), a literatura sobre gramaticalização indica que esse processo ocorre, em geral, com itens mais freqüentes, que são comumente os mais informais. No entanto, nos dados analisados pela autora, observa-se que em *deixar* com o sentido de *parar/terminar* a gramaticalização está se dando em um sentido mais formal e, portanto, menos freqüente. A razão, segundo afirma, pode ser o fato de que a gramaticalização ainda esteja em uma fase inicial quanto à formação de um marcador de aspecto terminativo.

Por fim, algumas das constatações da autora podem ser assim resumidas:

- (i) o verbo *mandar* é o menos gramaticalizado entre os volitivos estudados. Seu ponto máximo está concentrado no grau 4 da escala e não há dados para esse verbo nos graus 7, 8 e 9 – os mais altos. Esse verbo é pouco integrado à cláusula subordinada, sobretudo porque o evento que a subordinada codifica pode ou não ocorrer em razão do que é ordenado, já que o seu referente-sujeito tem a opção de se recusar a obedecer à ordem.
- (ii) o verbo *querer* apresenta o maior número de ocorrências no grau 8 e está bastante integrado à subordinada. Além disso, 13% (treze por cento) dos dados com esse verbo estão no grau 9, o último da escala. Os principais fatores que explicam o alto grau de integração desse verbo são: a) os dados são comumente implicativos; b) o sujeito, na maioria das vezes, é idêntico; c) as cláusulas têm tempo simultâneo. Entretanto, o sentido básico do verbo é preservado.
- (iii) o verbo *deixar* tem a maior parte dos dados no grau 6. De acordo com Cezario (2004), isso poderia sugerir que o verbo *querer* é mais integrado à subordinada do que o verbo *deixar*. No entanto, como explica, o uso de *deixar* com o sentido de *parar/terminar* (expresso pela estrutura *deixar de + infinitivo*) é o mais

gramaticalizado da lista e tem uma frequência mais alta nos graus 8 e 9 do que o verbo *querer*.

O objetivo da pesquisa de Cezario (2004) foi a análise do que acontece entre a cláusula principal com os verbos volitivos *mandar*, *querer* e *deixar* e a cláusula completiva subordinada. Por meio da escala “Graus de integração de cláusulas”, a autora verificou que os verbos estudados estão em pontos distintos no contínuo de integração e que um mesmo item, como é o caso do verbo *deixar*, aponta para diferentes usos e, conseqüentemente, para diferentes estágios de gramaticalização no português atual.

Do mesmo modo que Cezario (2001; 2004), trabalharemos a partir de uma perspectiva funcionalista da língua e analisaremos, nesta dissertação, verbos pertencentes ao grupo semântico dos volitivos. Entretanto, além de *mandar*, *querer* e *deixar*, ampliaremos nossa análise para verbos *desejar*, *pedir* e *exigir*.

O nosso *corpus*, como será descrito no capítulo quatro deste trabalho, constitui-se de artigos de opinião e entrevistas publicados pela revista *Veja* nos anos de 2007 a 2009.

Cezario (2001; 2004) trabalhou com as noções de tipologia textual e considerou as diferenças de uso entre os canais oral e escrito. Nós, no entanto, pretendemos trabalhar não com a noção de tipo, mas de *gênero textual*. As tipologias subjacentes aos gêneros não serão levadas em conta, porém, consideraremos a possível relação existente entre gênero textual e uso dos verbos. Para isso, partimos do pressuposto de que os gêneros textuais e, de certa forma, o domínio discursivo jornalístico, podem interferir na escolha, na frequência e nos diferentes usos dos volitivos estudados o que, por conseguinte, indicaria a classificação desses verbos em diferentes estágios da trajetória de gramaticalização.

Quanto aos diferentes canais, oral e escrito, Cezario (2001, p. 72) assinala que o seu objetivo foi verificar se há diferenças entre um e outro no que se refere ao uso de verbos transitivos distintos (cognitivos e volitivos) e em relação aos usos de um mesmo verbo. Entretanto, para esta pesquisa, não nos parece viável distinguir rigidamente entre oralidade e escrita. A razão é que, apesar de o artigo de opinião ser um texto com características da língua escrita, a entrevista jornalística pode ser concedida oralmente e só depois ser transformada em um texto escrito. Assim, é provável que ela conserve alguns traços da oralidade, principalmente no que diz respeito a uma possível informalidade por parte do entrevistado. A nossa proposta, então,

no que tange às entrevistas, é não trabalhar com uma distinção entre fala e escrita, mas com um *contínuo fala-escrita*.

Para a análise dos verbos, iremo-nos valer, em especial, da proposta de Heine (1993), descrita no terceiro capítulo desta dissertação. Ao contrário das abordagens tradicionais, que tratam as categorias como discretas, o autor propõe haver uma gradação e, por conseguinte, diferentes estágios que caracterizam a trajetória de **verbo** pleno a marcador de **Tempo, Aspecto e Modo** (*Verb-to-TAM*). Esses estágios – sete ao todo – foram designados por Heine (1993) de Estágio A, Estágio B, e assim por diante, até o Estágio G. O trabalho de Heine (1993) insere-se nos estudos sobre gramaticalização, no sentido de que trata do processo de mudança que leva um verbo pleno a se tornar um afixo ou uma flexão, passando pelos estágios de auxiliaridade verbal (léxico > gramática).

Valendo-nos, portanto, da proposta de Heine (1993), os verbos volitivos *querer, mandar, deixar, desejar, pedir* e *exigir*, ou os usos desses verbos, que em nosso *corpus* se enquadrarem nos *Estágios A* ou *B* serão tratados como plenos e não serão considerados casos de gramaticalização. Aqueles que, por sua vez, forem classificados nos estágios seguintes – de *C* a *E* – serão tratados como itens em processo de gramaticalização. Por hipótese, os estágios *F* e *G*, nos quais o item verbal já se tornou um afixo ou flexão, não serão contemplados em nossas análises.

Esta dissertação visa a contribuir, assim, com os estudos acerca de estágios de gramaticalização de verbos volitivos, sobretudo no que se refere à transição gradual de verbo pleno para verbo auxiliar e às características pertinentes aos estágios de auxiliaridade. Embora o trabalho de Cezario (2001; 2004) já tenha oferecido contribuições nesse sentido, objetivamos somar os resultados por meio de um estudo que, decorrida uma década, contempla um novo número de itens verbais, um novo *corpus* e uma perspectiva de análise um pouco diferenciada, dentre as possibilidades oferecidas pelo funcionalismo lingüístico.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo destina-se a apresentar alguns pressupostos da corrente lingüística funcionalista, na qual se baseia este trabalho. Entre os princípios centrais do funcionalismo, a gramaticalização será de especial importância para os nossos estudos. Relativo a esse princípio, o contínuo *Verb-to-TAM*<sup>5</sup>, proposto por Heine (1993), nos propiciará identificar possíveis estágios de gramaticalização para os verbos volitivos *querer, mandar, deixar, desejar, pedir* e *exigir*, aqui estudados.

Comecemos, então, por uma breve explanação acerca da teoria funcionalista.

#### 3.1 PRESSUPOSTOS FUNCIONALISTAS

O funcionalismo contemporâneo é uma corrente de estudos lingüísticos que se opõe ao formalismo por conceber a língua como um instrumento de interação social. Para os funcionalistas, a língua deve ser observada e estudada a partir das diferentes situações comunicativas reais e não como um objeto autônomo e desvinculado do seu uso pelos falantes, como propõem os formalistas.

Conforme observado por Furtado da Cunha (2009, p. 158), em resumo, duas propostas básicas caracterizam o modelo funcionalista de análise lingüística: “a) a língua desempenha funções que são externas ao sistema lingüístico em si; b) as funções externas influenciam a organização interna do sistema lingüístico”. Porém, como ressalta a autora, embora essas possam ser apontadas como propostas gerais do funcionalismo, as análises dessa corrente teórica têm sido comumente distinguidas com base no grau em que o condicionamento do sistema lingüístico pelas funções externas é levado em conta. Nesse sentido, atesta, duas linhas de estudo podem ser firmemente observadas: a) uma européia, que assume uma postura moderada e admite haver uma interação entre forma e função, sem que essa última defina, necessariamente, as categorias gramaticais e b) uma norte-americana, que, de modo um pouco mais radical, propõe que as funções externas definem as categorias gramaticais. Este trabalho, como afirmamos anteriormente, insere-se nesse último modelo de análise, que tem como alguns de seus representantes Talmy Givón, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Paul Hopper e

---

<sup>5</sup> TAM é Tempo, Aspecto e Modo.

Elizabeth Closs Traugott. Além desses, Bernd Heine e Tania Kuteva, da Alemanha, seguem o mesmo modelo de estudo. No Brasil, a concepção de uma lingüística centrada no uso, como propõe a corrente norte-americana, pode ser vista nos trabalhos de Mário Eduardo Martelotta, Sebastião Josué Votre, Maria Maura Cezario, Maria Angélica Furtado da Cunha e Mariângela Rios de Oliveira, para citar alguns.

As análises lingüísticas explicitamente classificadas como funcionalistas começaram a difundir-se na literatura norte-americana na década de 1970. Como atestam Martelotta e Areas (2003) e Furtado da Cunha (2009), o texto *The Origins of Syntax in Discourse*, publicado em 1976 por Gillian Sankoff e Penelope Brown, é considerado pioneiro no desenvolvimento das idéias da corrente funcionalista norte-americana. Nesse trabalho, explicam os autores, Sankoff e Brown evidenciam as motivações discursivas que geram as estruturas sintáticas do *tok pisin*, língua de origem pidgin da ilha de Papua-Nova Guiné, localizada ao norte da Austrália. Em 1979, como acrescentam Martelotta e Areas (2003) e Furtado da Cunha (2009), Talmy Givón, influenciado pelas descobertas de Sankoff e Brown, publica o texto *From discourse to syntax: grammar as a processing strategy*. Nesse texto, declaradamente antigerativista, o autor afirma que a função desempenhada pela sintaxe é que determina a sua maneira de ser. A sintaxe é, portanto, considerada uma estrutura maleável e constantemente moldada pelo discurso.

Para os lingüistas de base funcional, o discurso é o lugar onde a gramática se constrói e é constantemente (re)modelada, constituindo-se, assim, em um mecanismo essencialmente dinâmico. Nesse sentido, para Givón (1995; 2001), o fato de os formalistas distinguirem rigidamente entre *langue* e *parole*, em termos estruturalistas, e entre *competência* e *performance*, em termos gerativistas, afasta-os substancialmente das propostas funcionalistas. O autor afirma que a distinção feita pelos gerativistas, em especial na figura de Chomsky, afronta a proposta de estudo funcionalista pela seguinte razão: é justamente durante a performance do falante que as pressões adaptativas funcionais que moldam a estrutura sincrônica da língua são exercidas. De acordo com Givón (1995; 2001), é por meio da performance que a língua é adquirida e a gramática emerge e sofre mudanças. É na performance efetiva que a forma se ajusta – criativa, espontaneamente e por força do contexto – a novas funções e significados ampliados. É nela também, acrescenta, que a variação e a indeterminação tornam-se fatores necessários do mecanismo efetivo que modela e remodela a competência.



Por essa razão, a investigação de cunho funcionalista extrapola os limites da estrutura gramatical e busca na situação comunicativa real – oral ou escrita – a compreensão para os fatos da língua. Os métodos descritivos que analisam a gramática a partir do estudo de cláusulas (sentenças) isoladas são considerados insuficientes pelo funcionalismo e, segundo Givón (2001), devem ser suplementados com o estudo da gramática em seu contexto comunicativo natural, que envolve os interlocutores e seus propósitos. Considerando, portanto, a importância do contexto de uso, o funcionalismo, como esclarece Furtado da Cunha (2009), trabalha fundamentalmente com dados reais de fala ou escrita extraídos de contextos efetivos de comunicação, evitando lidar, em suas análises, com frases criadas ou dissociadas de sua função no ato comunicativo.

Ainda segundo a autora, na concepção funcionalista, as gramáticas das línguas, de um modo geral, apresentam padrões morfossintáticos estáveis, já sistematizados pelo uso, ao lado de mecanismos de codificação emergentes, que se ajustam às necessidades comunicativas e cognitivas dos usuários da língua. Nesse sentido, conforme Martelotta (2006), os falantes tendem a criar novas formas para exprimir novas situações ou a utilizar um novo termo em lugar de outro já desgastado pelo uso, instaurando um processo de variação e mudança nas línguas.

Além de variação e mudança lingüística, o desgaste promovido pelo uso relaciona-se diretamente com um dos princípios centrais do funcionalismo: a iconicidade – ou relação motivada – entre uma forma e o seu significado. De acordo com esse princípio, há, nas línguas, uma relação natural entre os elementos lingüísticos e os sentidos que eles expressam. Entretanto, como nos alerta Givón (1995), a relação icônica entre o código lingüístico e aquilo que ele designa está sujeita a constantes pressões diacrônicas corrosivas. A razão, segundo o autor, é que o código está continuamente submetido ao desgaste fonológico e a mensagem é continuamente modificada pela elaboração criativa dos falantes. Assim, conforme observa Votre (1996), por força do uso, qualquer item ou expressão lingüística que em certo estágio da mudança é icônico e transparente tenderá a se tornar, gradativamente, opaco e aparentemente arbitrário.

Uma vez que o funcionalismo adota o pressuposto da iconicidade para o tratamento dos fenômenos lingüísticos, ele contesta, naturalmente, a *arbitrariedade* do signo lingüístico, considerada por Givón (1995; 2001), juntamente com as distinções entre *langue x parole* e entre *diacronia x sincronia*, um dos dogmas centrais do estruturalismo. No que se refere a

essa última dicotomia, Saussure, como notam Martelotta e Areas (2003) e Costa (2009), privilegia a análise sincrônica em detrimento da análise diacrônica. Para Saussure, como esclarecem Martelotta e Areas (2003), os princípios das análises sincrônica e diacrônica são incompatíveis e, portanto, cada uma delas deve se limitar a um campo específico de aplicação.

Ao contrário do que postula o estruturalismo, a tendência que se observa no funcionalismo de orientação norte-americana é, segundo Martelotta e Areas (2003), a adoção de uma concepção *pancrônica* de mudança da língua. Nesse sentido, explicam os autores, as análises funcionalistas se interessam não apenas pelas relações sincrônicas entre os elementos da língua ou pelas mudanças percebidas nesses elementos no decorrer do tempo, mas, sobretudo, pelas forças cognitivas e comunicativas que agem no indivíduo no momento efetivo da comunicação. Assim, em resumo, sincronia e diacronia não se anulam na análise funcionalista, mas constituem, juntamente com a pancronia, uma possibilidade metodológica.

Este trabalho insere-se na perspectiva funcionalista porque procura observar os verbos volitivos *querer, mandar, deixar, desejar, pedir e exigir* tendo como ponto de partida o seu emprego em textos do domínio discursivo jornalístico, a saber, o artigo de opinião e a entrevista. O contexto de uso é, deste modo, levado em conta. Como opção metodológica, a análise será realizada sob um viés sincrônico, como também prevê o funcionalismo.

### 3.1.1 A TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO: UMA VISÃO GERAL

A gramaticalização é um entre os vários processos de mudança existentes nas línguas e, tendo em vista as várias implicações que ela envolve, é também grande o número de definições que lhe são atribuídas, como nos alertam Hopper e Traugott (1993).

Para os nossos estudos, a concepção de gramaticalização adotada é aquela presente em Heine (1991; 2003), Hopper e Traugott (1993), Martelotta et alii (1996), Brinton e Traugott (2005), Martelotta (2006) e Furtado da Cunha (2009), que concordam entre si ao assumirem a gramaticalização como um processo em que “itens lexicais ou construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (FURTADO DA CUNHA, 2009, p. 173). Nessa concepção, o termo gramaticalização pode ser tomado em dois sentidos relacionados: a) a trajetória de elementos do léxico à gramática como, por exemplo, a

passagem de verbo pleno para verbo auxiliar; b) a trajetória de categorias menos gramaticais para categorias mais gramaticais como, por exemplo, a passagem de advérbio para conjunção: “Ele vai chegar *logo*” (advérbio); “Penso, *logo* existo” (conjunção) (cf. MARTELOTTA, 2003; 2006).

Um exemplo clássico para o primeiro caso é a forma de futuro em português. Como explica Votre (2004), o futuro, no latim clássico, era expresso por meio de desinência: *amabo*. Aos poucos, porém, passou a ser expresso por uma perífrase verbal, tendo o verbo *haver* como auxiliar: *amare habeo*. Essa construção, segundo o autor, percorreu o ciclo funcional e acabou integrando-se. Como consequência, o verbo *habere* reduziu seu corpo fonético a uma desinência de futuro: *amarei*. Finalmente, no português contemporâneo, o futuro vem sendo expresso, sobretudo na oralidade, por uma nova perífrase, agora com o verbo *ir* na função de auxiliar: *vou amar*.

De acordo com Votre (2004), isso sugere que, conquanto pareça apresentar idas e vindas, a história das construções lingüísticas apresenta somente idas, no sentido de que o uso contínuo de uma construção leva à aproximação de morfemas e, posteriormente, à integração e ao desgaste das formas.

Brinton e Traugott (2005) parecem compartilhar do mesmo entendimento. Utilizando exemplos do francês, as autoras afirmam, com base em Wischer (2000), Norde (2001) e Heine (2003), que praticamente não existem indícios de gramaticalização sendo revertida por um caminho idêntico ao do seu desenvolvimento inicial. Em outras palavras, atestam, não se espera encontrar, e não se encontra, uma forma como (*je*) *chanterai* revertendo sua trajetória histórica para *cantare habeo*, com todos os passos no meio. Citando Norde e Wischer, elas afirmam que isso seria logicamente impossível, tendo em vista os tipos de mudança fonológica e o apagamento de fronteira envolvidos no processo, além de ser semântica e pragmaticamente impossível recuperar significados apagados ou perdidos. Em vez disso, acrescentam, se espera, e constata, que um tipo de mudança antigo pode ser renovado, como no recrutamento de um verbo com significado generalizado e de um infinitivo para a construção do futuro perifrástico: *je vai chanter*. Nesse caso, conforme observam Brinton e Traugott (2005), a ordem das palavras é diferente, refletindo mudanças na ordem das palavras do latim para as línguas românicas, mas o tipo de mudança é semelhante.

Os exemplos de Votre (2004) e de Brinton e Traugott (2005) servem para ilustrarmos a afirmação de Martelotta (2010) de que não há reversão da gramaticalização, ou, em outras palavras, a gramaticalização é um processo unidirecional de mudança lingüística, como também propôs Heine (2003). Segundo Martelotta (2010), alguns autores, como Campbell, Janda e Newmeyer, entre outros, têm contestado a existência da unidirecionalidade como um princípio universal da gramaticalização. Entretanto, conforme explica, a gramaticalização é apenas um tipo de mudança lingüística, destinado a descrever o desenvolvimento das formas gramaticais nas línguas. Assim, acrescenta, ela convive com outros processos de mudança como, por exemplo, a lexicalização e a mudança fonética, que, por sua vez, são ativados por fatores distintos daqueles que originam a gramaticalização. Nesse sentido, a maioria dos supostos contra-exemplos para a unidirecionalidade são, na verdade, resultados da atuação de outros processos de mudança lingüística, e não uma reversão da gramaticalização. Esses casos, de acordo com Martelotta (2010), constituem-se em mecanismos não-graduais de mudança que, conseqüentemente, não apresentam os estágios intermediários previstos pelo processo de gramaticalização. Ainda conforme o autor (2010, p. 154-155), alguns desses mecanismos de mudança instantânea seriam: a) a *abreviação*, como em *fotografia* > *foto*; *motocicleta* > *moto*; b) a *conversão*, como em *Ele deu um não como resposta*, em que acontece a passagem de *não* de advérbio para substantivo; c) a *derivação* e a *composição*, como em *descontente* e *guarda-roupa*, respectivamente.

Heine (2003) afirma que a motivação principal para a gramaticalização é a comunicação bem-sucedida. Assim, para atingir seus objetivos comunicativos, o falante, segundo atesta, tem como estratégia possível a utilização de formas lingüísticas de sentido concreto, facilmente acessível e claramente delineado para expressar conceitos que são mais abstratos, mais dificilmente acessíveis e menos claramente delineados (léxico > função gramatical). Ainda para Heine (2003, p. 579), a gramaticalização de uma expressão lingüística, em termos técnicos, envolve quatro mecanismos inter-relacionados:

- (i) *dessemantização* (ou *bleaching*, redução semântica): perda de conteúdo semântico.
- (ii) *extensão* (ou generalização de contextos): uso da forma em novos contextos.
- (iii) *decategorização*: perda de propriedades morfosintáticas características da forma-fonte, incluindo a perda de *status* de palavra independente (clitização, afixação).

- (iv) *erosão* (ou redução fonética): perda de substância fonética.

De modo interessante, o autor observa que cada um desses itens diz respeito a um diferente aspecto da estrutura ou do uso da língua. Nesse sentido, como afirma, a *dessemantização* está relacionada à semântica; a *extensão* está relacionada à pragmática; a *decatégorização* refere-se à morfossintaxe e a *erosão*, por sua vez, está ligada à fonética.

Para Heine (2003), embora os itens lingüísticos em processo de gramaticalização percam propriedades semânticas, morfossintáticas e fonéticas em decorrência, respectivamente, dos mecanismos de *dessemantização*, *decatégorização* e *erosão*, eles também ganham propriedades características de seus usos em novos contextos (mecanismo de *extensão*). Porém, conforme adverte, nenhum desses mecanismos atua exclusivamente no processo de gramaticalização, mas, tendo em vista que todos eles, conjuntamente, são responsáveis pela gramaticalização, eles podem ser considerados como diferentes componentes de um mesmo processo geral.

Cada um dos mecanismos propostos por Heine (2003, p. 579) acarreta, segundo ele, uma evolução que pode ser descrita em termos de um *modelo em três estágios*, chamado *overlap model* (modelo de sobreposição), em que:

- (i) há uma expressão lingüística A que é recrutada para o processo de gramaticalização.
- (ii) essa expressão adquire um segundo padrão de uso, B, que apresenta ambigüidade em relação a A.
- (iii) por fim, A se perde, ou seja, resta somente B.

O autor explica que, de fato, nem todos os casos de gramaticalização avançam até o estágio (iii) e, muitas vezes, pode ocorrer que o processo detenha-se ao estágio (ii). Contudo, se o estágio (iii) for alcançado, a expressão B tende a ser convencionalizada e a se tornar uma (nova) categoria gramatical.

Retomando um dos quatro mecanismos propostos por Heine (2003), podemos inferir, com base nos exemplos apresentados por Martelotta (2006, p. 260-261), que a *erosão* ou *redução fonética* não se constitui em condição necessária para a ocorrência da gramaticalização e,

portanto, em alguns casos, pode haver gramaticalização sem que a *erosão* se manifeste, como se nota em:

- (a) “O que é *isso* na sua mão?”.
- (b) “O som estava completamente distorcido, *por isso* ninguém ouviu a música direito”.

Nesses exemplos, *isso* apresenta função de pronome demonstrativo em (a) e de conjunção conclusiva em (b), unido à preposição *por*. Assim, podemos falar de um processo de gramaticalização de *conjunção* a partir de *pronome* em que não houve *erosão* da forma. Martelotta (2006) explica que *isso*, em (a), expressa um valor espacial que denota que algo está perto da pessoa com quem se fala. Segundo o autor, a expressão de dados espaciais é mais básica e concreta do que a indicação de relações textuais, vista em (b). Portanto, em (b) *isso* assume valor mais gramatical do que em (a).

Os processos associados à gramaticalização, em especial os quatro mecanismos propostos por Heine (2003), apresentam, de acordo com o autor, uma série de implicações para as estruturas lingüísticas deles resultantes. Algumas dessas implicações são descritas por Hopper (1991, apud Heine, 2003) em termos de princípios de gramaticalização:

- (i) *estratificação (layering)*: de acordo com esse princípio, “camadas” antigas de uso da língua não são necessariamente descartadas quando novas “camadas” surgem. Em outras palavras, “camadas” novas e antigas podem coexistir. Como explicam Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007), essa diversidade deve-se ao fato de que as formas funcionais preexistentes não são imediatamente substituídas pelas novas formas emergentes. Essa substituição pode, inclusive, não vir a acontecer, acarretando, conseqüentemente, a interação e a coexistência de “camadas” novas e antigas em um mesmo domínio funcional.
- (ii) *divergência (divergence)*: esse princípio dita que a forma em processo de gramaticalização e a forma original continuam a ser usadas como elementos autônomos, coexistindo lado a lado. Conforme Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007), a forma que deu origem ao processo de gramaticalização conserva suas propriedades originais e, como item autônomo, está sujeita a todas as mudanças pertinentes à sua classe, podendo, inclusive, submeter-se a um novo

processo de gramaticalização. Os autores atestam que, embora pareçam semelhantes, os princípios de *estratificação* (camadas) e *divergência* incidem sobre campos distintos: a *estratificação* diz respeito às diferentes codificações de uma mesma função como, por exemplo, o uso de *nós* e *a gente* como formas pronominais correspondentes, enquanto a *divergência*, por sua vez, refere-se aos diferentes graus de gramaticalização de um mesmo item lexical e aplica-se aos casos em que esse item se torna gramaticalizado em certo contexto, mas não em outro. Esse princípio, acrescentam, justifica a existência de formas etimologicamente iguais, porém com funções distintas, como ocorre em *a gente* com valor pronominal e em *gente* substantivo.

- (iii) *especialização (specialization)*: a especialização se refere à redução do número de formas que são usadas para expressar uma determinada noção gramatical. Como explicam Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007), em decorrência do processo de gramaticalização, a variedade de formas utilizadas para expressar uma determinada função pode diminuir, já que a forma mais avançada nesse processo tende a assumir sentidos mais gerais (gramaticais) e, por consequência, a ser usada com mais frequência em relação às outras. Como exemplo de especialização, os autores citam o caso da expressão pronominal *a gente* que, em português, tem ocupado preferencialmente quase todas as posições sintáticas antes destinadas ao pronome correspondente *nós*.
- (iv) *persistência (persistence)*: alguns traços do sentido original da forma que está sob o processo de gramaticalização tendem a subsistir e podem se refletir na distribuição gramatical dessa forma, restringindo-a. Com relação a esse princípio, Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007) afirmam que a idéia de coletividade presente no substantivo *gente*, por exemplo, é mantida na forma gramaticalizada *a gente*, conferindo a ela uma referência indeterminadora. No que se refere às restrições sintáticas, os autores ressaltam que a forma inovadora – *a gente* – não admite modificações por especificadores, numerais ou quantificadores. Por outro lado, a forma conservadora – *nós* – não oferece restrições a esse tipo de modificação.
- (v) *decatégorização (decatégorialization)*: como anteriormente afirmado, a decatégorização implica perda de propriedades morfossintáticas características da

forma-fonte, incluindo a perda de *status* de palavra independente (clitização, afixação). Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007) explicam que a tendência da forma em processo de gramaticalização é perder ou neutralizar as marcas morfológicas e os privilégios sintáticos típicos das formas plenas (nomes e verbos) e, por conseguinte, adquirir características pertinentes às categorias mais gramaticalizadas, como advérbios, pronomes, preposições, conjunções, clíticos e afixos.

Se considerarmos, ainda, que um dos pressupostos básicos do funcionalismo é o de que a gramática de uma língua é constantemente modelada pelo uso, outro fator deve também ser levado em conta: a frequência com que a forma candidata à gramaticalização é utilizada. Conforme Furtado da Cunha, Oliveira e Votre (1999), a alta frequência de uso de um item em determinados contextos sugere que ele tenha se tornado previsível e, como consequência, aceito como uma forma gramatical pela comunidade lingüística. Em outras palavras, a alta frequência de uso é um indício de gramaticalização da forma.

Tratando também desse assunto, Bybee (2003; 2007) afirma que uma característica evidente do processo de gramaticalização é o considerável aumento da frequência de uso da forma. Esse aumento de frequência, segundo atesta, é resultado de um aumento no número e nos tipos de contextos em que o item ou a construção pode ocorrer. Entretanto, a frequência, como esclarece, não é exatamente um resultado da gramaticalização, mas é, antes de tudo, uma contribuição primária para o processo, uma força ativa nas mudanças que ocorrem por gramaticalização.

A autora advoga a favor de uma concepção de gramaticalização que reconheça o papel fundamental desempenhado pela frequência. Nesse sentido, assevera que a gramaticalização deve ser caracterizada como um processo pelo qual uma sequência de palavras ou morfema frequentemente usada torna-se automatizada como uma unidade de processamento único. A frequência, de acordo com Bybee (2003; 2007), atua de forma relevante nas seguintes mudanças que acontecem em gramaticalização:

- (i) a frequência de uso leva ao enfraquecimento semântico por *habitualidade* – o processo pelo qual um organismo deixa de responder com a mesma intensidade a estímulos repetidos.



- (ii) as mudanças fonológicas por redução e fusão em construções que estão sofrendo gramaticalização são condicionadas por sua alta frequência.
- (iii) o aumento da frequência proporciona uma maior autonomia para a construção como um todo, o que significa que os elementos individuais que a compõem são enfraquecidos.
- (iv) a perda de transparência semântica da construção em processo de gramaticalização faz com que ela possa ser utilizada em novos contextos, com novas associações pragmáticas, levando a uma mudança semântica.
- (v) a autonomia adquirida por uma expressão de uso frequente faz com que ela se torne mais firmemente estabelecida na língua.

Dois métodos de contagem da frequência são, segundo Bybee (2003; 2007), relevantes para os estudos linguísticos: o da “frequência de uso” (*token frequency*) e o da “frequência de tipo” (*type frequency*).

A “frequência de uso” diz respeito à frequência de uma unidade, usualmente uma palavra ou morfema, ao longo de um texto ou de um *corpus*, oral ou escrito. Nesse caso, contabiliza-se o número de ocorrências do item ou construção em análise.

A “frequência de tipo”, por sua vez, refere-se à frequência de dicionário de um padrão particular. Exemplificando a “frequência de tipo” com dados do inglês, a autora afirma que, nessa língua, o tempo passado é expresso de diferentes formas, mas a “frequência de tipo” mais alta é a do sufixo *-ed*, como em *damaged*, que ocorre em milhares de verbos. Em contrapartida, o padrão encontrado em *broke* (passado de *break*), por exemplo, apresenta uma “frequência de tipo” muito menor, ocorrendo apenas em um pequeno número de casos.

Em nossa pesquisa, a “frequência de uso”, ou *token frequency*, será importante para compararmos o número de vezes em que os diferentes verbos volitivos – *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* – foram usados em um mesmo texto. Tendo em vista que a frequência é um importante indício do processo de gramaticalização, esses dados deverão nos apontar quais entre os verbos estudados podem ter iniciado uma trajetória de gramaticalização – e, por essa razão, são usados com mais frequência – e quais não iniciaram essa trajetória – e, por essa razão, são usados com menos frequência.

### 3.1.1.1 CONTÍNUO *VERB-TO-TAM*: A PROPOSTA DE HEINE (1993)<sup>6</sup>

Entre as análises privilegiadas nos estudos sobre gramaticalização, interessa-nos, para este trabalho, aquela que diz respeito à trajetória de elementos do léxico à gramática, ou, mais especificamente, à passagem gradual de verbo pleno para verbo auxiliar.

Para isso, estamos admitindo, com base em Heine (1993, p. 70), que *verbo pleno* e *verbo auxiliar* não constituem categorias discretas. Segundo o autor, “um auxiliar é um item lingüístico que congrega uma gama de usos ao longo do contínuo *Verb-to-TAM*” (verbo > flexão). Nesse sentido, o verbo pleno estaria situado no início do contínuo, sendo a flexão ou o afixo o estágio final da trajetória de gramaticalização. Assim, de acordo com essa concepção, o auxiliar, por ser uma categoria intermediária, apresenta características de estágios intermediários entre o verbo pleno e a flexão. Algumas dessas características apresentadas por Heine (1993, p. 86-87) para os auxiliares são:

- (i) o auxiliar é parte de um grupo fechado de entidades usadas para expressar noções como tempo, aspecto e modo.
- (ii) embora sua função seja gramatical, o auxiliar apresenta morfossintaxe verbal em alguns contextos.
- (iii) o auxiliar apresenta, entre outras, as marcas de pessoa, número e negação, enquanto o verbo principal, historicamente complemento, é uma forma invariável.
- (iv) como resultado da decategorização, o auxiliar ocupa um lugar fixo na cláusula e apresenta um comportamento verbal reduzido, perdendo, por exemplo, a capacidade de ser apassivado ou de ser usado na forma imperativa.
- (v) em razão do seu *status* anterior de verbo principal, o auxiliar também exhibe características de ordem de colocação das palavras, na medida em que ocupa uma posição na cláusula que era normalmente atribuída ao verbo principal no momento em que começou o processo de gramaticalização.
- (vi) como resultado da erosão, o auxiliar pode ter sua forma fonologicamente reduzida, deixando de apresentar intensidade tônica.

---

<sup>6</sup> A tradução dos exemplos e das citações desta subseção é nossa.

O autor acrescenta que, em decorrência do *overlap model* ('modelo de sobreposição', cf. seção 3.1.1 desta dissertação), a forma verbal em processo de gramaticalização apresenta comportamento variável, o que significa que (p. 87):

- (i) ela apresenta, pelo menos, dois diferentes usos: um lexical e outro gramatical. No primeiro caso, a forma apresenta morfossintaxe verbal plena e é fonologicamente completa. No segundo caso, há perda de morfossintaxe verbal e redução fonológica.
- (ii) pode haver dois significados diferentes para uma mesma forma ou duas formas diferentes para expressar o mesmo significado.

Como dissemos anteriormente, as abordagens tradicionais tratam as categorias *verbo pleno* (principal) e *verbo auxiliar* como discretas. Heine (1993), porém, propõe haver sete estágios que caracterizam a trajetória de **verbo** pleno a marcador de **T**empo, **A**specto e **M**odo (*Verbo-to-TAM*). Esses estágios foram chamados pelo autor de A, B, C, D, E, F e G, aos quais estão subjacentes as quatro mudanças que acontecem nos níveis da semântica, da morfossintaxe, da morfofonologia e da fonética, respectivamente: a *dessemantização* (perda ou esvaziamento de conteúdo semântico); a *decatégorização* (mudança de classe gramatical ou perda de propriedades morfossintáticas características dessa classe); a *clitização* (integração do item ao verbo principal) e a *erosão* (perda de substância fonética). De acordo com Heine (1993, p. 58), a *dessemantização* precede todas as demais mudanças, já a *clitização* e a *erosão* comumente são os dois últimos processos a serem desencadeados.

O *Estágio A* é o dos esquemas de origem (objetos concretos, processos ou localizações). Nesse estágio, os verbos apresentam significado lexical completo e o seu complemento é geralmente um objeto concreto. Os exemplos seguintes, retirados de Heine (1993, p. 59), servem para ilustrar a forma como os verbos se comportam no Estágio A. Eles referem-se, respectivamente, a esquemas de localização, movimento, ação e volição:

- (a) Judy is at the station. (Judy está na estação)
- (b) The train came from Hamburg. (O trem veio de Hamburgo)
- (c) He took the train. (Ele pegou o trem)
- (d) My friend needs a ticket. (Meu amigo precisa de um ingresso)

O *Estágio B* é aquele em que começa a auxiliaridade. De acordo com Heine (1993, p. 59), o que difere este estágio do anterior é o fato de que em B o complemento refere-se preferencialmente a uma situação dinâmica e não a uma entidade similar a (ou com características de) um objeto, como acontece em A. Os itens do Estágio B, conforme acrescenta, ainda são classificados como verbos, embora apresentem traços de auxiliaridade. Os exemplos do autor são os seguintes:

- (e) He *avoided* getting caught. (Ele evitou ser capturado)
- (f) He *regretted* embarrassing me. (Ele arrependeu-se de ter me envergonhado)

Para Heine (1993), algumas características podem ser listadas como pertencentes ao Estágio B:

- (i) embora também aceitem complementos nominais, os itens verbais apresentam como complemento verbos não-finitos.
- (ii) sujeito idêntico, entre o verbo e o complemento, não é um requisito obrigatório.
- (iii) o complemento verbal pode apresentar-se de diferentes formas: no gerúndio, no particípio ou no infinitivo.
- (iv) o complemento pode também consistir de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita.

No *Estágio C*, o sujeito não se restringe mais a referentes humanos, ou seja, as restrições de seleção de sujeito são eliminadas, e o verbo começa a expressar apenas as noções de tempo, aspecto ou modo. Como efeito da mudança de *item lexical/verbal* para *função gramatical*, o verbo-complemento pode ter a mesma raiz do verbo gramaticalizado. Alguns exemplos do inglês são apresentados pelo autor (1993, p. 60):

- (g) Rachel *has to* have a new flat. (Rachel tem que ter um novo apartamento)
- (h) He *is to* be here by noon. (Ele deve estar aqui ao meio-dia)
- (i) Desmond *keeps keepind* dogs. (Desmond continua pegando os cães)

Segundo Heine (1993, p. 60), os itens do Estágio C são normalmente referidos como *quase-auxiliares*, *semi-auxiliares* ou *catenativos*. Os seguintes *semi-modais* do inglês, pelo menos em alguns dos seus usos, podem, de acordo com o autor, ser classificados como pertencentes

a esse estágio: *be able to* (estar apto a); *have (got) to* (ter que fazer) e *be going to* (usado para expressão de futuro).

Algumas das características atribuídas por Heine (1993, p. 61) ao Estágio C são:

- (i) o verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita. Ainda que o complemento seja um substantivo, é provável que ele se refira a uma atividade ou denote um evento, como acontece no exemplo fornecido pelo autor: “He *started* the concert” (Ele começou o show).
- (ii) sujeito idêntico, entre o verbo e o complemento, torna-se um requisito obrigatório na grande maioria dos contextos.
- (iii) o verbo e o seu complemento referem-se ao mesmo tempo.
- (iv) a capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo (“*TAM distinctions*”) é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica. Um exemplo em português para este caso é apresentado por Cezario (2001, p. 67): “Ele está *parando* de beber”, em que o verbo *parar* marca mais o aspecto progressivo do que um tempo ou modo.

O que diferencia o Estágio C do Estágio B, segundo o autor, é o fato de que no Estágio C o verbo e o complemento representam uma só unidade semântica. Citando Mathews (1978), Heine (1993, p. 61) afirma que o Estágio C pode ser chamado de “estágio nascente” (*budding stage*) em gramaticalização.

No *Estágio D*, a característica mais notável dos itens é o seu *status* decategorizado, o que, de acordo com Heine (1993, p. 61), sugere que:

- (i) a tendência do verbo é perder sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva.
- (ii) o verbo não apresenta mais um substantivo como complemento.
- (iii) enquanto os itens no Estágio C ainda aceitam como complemento diferentes formas verbais não-finitas, no Estágio D os itens são associados apenas a um tipo de forma verbal não-finita.

Os verbos que estão no Estágio D, conforme Heine (1993, p. 61-62), não raramente são referidos pelos gramáticos como “defectivos”. Para o autor, o verbo alemão *werden*, que deriva do esquema de mudança de estado (*x* tornou-se *y*), pode ser um exemplo de item que se encontra nesse estágio:

(j) Er wird stark.

“He is going to be strong”. (Ele ficará forte)

(k) Er wird kommen.

“He’ll come/he’s going to come”. (Ele virá).

Heine (1993, p. 62) explica que o que caracteriza (k) em relação a (j) é que em (k) estão ausentes algumas propriedades verbais: em (k), *werden* denota exclusivamente um conceito gramatical e não pode sofrer flexão de tempo, isto é, enquanto para (j) há uma forma correspondente no tempo passado (*l*<sub>1</sub>), em (k) não há uma forma correspondente para esse tempo (*l*<sub>2</sub>):

(*l*<sub>1</sub>) Er wurde stark.

“He became strong”. (Ele ficou forte).

(*l*<sub>2</sub>) \* Er wurde kommen.

Além disso, como demonstra o autor (p. 62), *werden* não pode ser nominalizado (*m*<sub>2</sub>), não forma imperativos (*n*<sub>2</sub>) e não pode ser antecedido por outros auxiliares (*o*<sub>2</sub>):

(*m*<sub>1</sub>) Um stark zu werden...

“In order to become strong...” (A fim de se tornar forte...)

(*m*<sub>2</sub>) \*Um kommen zu werden...

(*n*<sub>1</sub>) Werde stark!

“Become strong!” (Torne-se forte!)

(*n*<sub>2</sub>) \* Werde kommen!

(*o*<sub>1</sub>) Er will stark werden.

“He wants to become strong”. (Ele quer se tornar forte)

(*o*<sub>2</sub>) \* Er will kommen werden.

No *Estágio E*, os itens também são considerados decategorizados e, para Heine (1993, p. 62), tendem a ser percebidos pelos gramáticos como uma categoria distinta daquela dos verbos. Os itens nesse estágio perdem sua capacidade de ser separados por uma negação e de ocorrer em posições diferentes na cláusula. Uma vez que perdem algumas de suas propriedades e adquirem outras, os itens do Estágio E são considerados híbridos e combinam características tanto lexicais como gramaticais. Ainda para Heine (1993, p. 63), é normalmente nessa fase que processos como a *erosão* e a *clitização* começam a ser desencadeados e, como efeito, o verbo, além de perder substância fonológica, perde também seu *status* de palavra. No entanto, o autor adverte que a *erosão* pode ocorrer em estágios diferentes dependendo da língua que está sendo estudada e, como acrescenta, não há uma análise detalhada sobre a correlação exata entre a erosão e os demais parâmetros de gramaticalização. De acordo com Heine (1993, p. 63), os modais do inglês, como *can*, *may*, *should* e *would*, em alguns de seus usos, estão no Estágio E.

No *Estágio F*, o verbo perde praticamente todas as características verbais que ainda restavam e se firma, morfológica e sintaticamente, como um elemento da gramática. O seu complemento passa a ser interpretado como verbo principal. O *status* do item verbal muda de clítico para afixo e, como atesta Heine (1993, p. 64), não raramente os gramáticos tendem a discordar se ele deve ser descrito como um ou outro. Entretanto, conforme afirma, uma série de resíduos morfossintáticos subsistentes permitem recuperar a estrutura original da forma.

Segundo Heine (1993, p. 64), um exemplo para o Estágio F pode ser o prefixo verbal *-ta-*, da língua *swahili*. Esse prefixo, como esclarece, é um marcador de tempo futuro originado do verbo *-taka*, “want” (querer), via esquema de volição (*x quer y*). Ainda conforme o autor, *-ta-* perdeu a maior parte de suas propriedades verbais, mas alguns “resíduos” ainda dão pistas da sua origem verbal. Em (p), *taka* apresenta significado lexical completo. Em (q), *-ta-* é utilizado como uma flexão de tempo:

(p) a- taka kazi.

“He wants a job”. (Ele quer um emprego)

(q) a- ta- ku- ja.

“He’ll come”. (Ele virá)

Como observou Heine (1993, p. 65), enquanto o verbo *-taka*, “want” (querer), foi reduzido para *-ta* em decorrência do seu processo de gramaticalização como um marcador de tempo futuro, sua forma plena sobreviveu em um contexto restrito: o das cláusulas relativas, como se nota em (r):

- (r) a- taka- ye- ku- ja  
 “He who will come”. (Ele que virá)

O *Estágio G* é o estágio final do contínuo *Verb-to-TAM*, em que o verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical incapaz de apresentar tom ou intensidade. O que era um afixo no *Estágio F* pode se tornar agora uma flexão.

Considerando se tratar de abordagens muito distintas, Heine (1993, p.65) assevera que é difícil relacionar os sete estágios do contínuo *Verb-to-TAM* às taxonomias ortodoxas. No entanto, como acrescenta, algumas correspondências podem talvez ser estabelecidas: nos *Estágios A* e *B*, os verbos podem ser referidos como lexemas ou verbos plenos; no *Estágio C*, eles são chamados quase-axiliares, semi-axiliares ou catenativos; nos *Estágios D* e *E*, os verbos são mais fortemente associados à noção de auxiliaridade; no *Estágio F*, os verbos são auxiliares ou afixos e, por fim, no *Estágio G*, eles são afixos ou flexões.

Como explica Heine (1993, p. 65), a maioria dos itens associados ao “status” de auxiliar combina, simultaneamente, mais de um estágio ao longo do contínuo *Verb-to-TAM*. Esses itens, conforme o autor, apresentam, geralmente, dois usos principais: um como verbo principal e outro como verbo com valor mais gramatical. O autor ilustra essa afirmação por meio dos seguintes exemplos (p. 65-66):

- **Itens A/B** (itens que apresentam usos característicos dos Estágios A e B): para Heine (1993, p. 65), o verbo *avoid* (evitar), do Inglês Moderno, combina usos dos Estágios A e B, como em:

A	B
Sam <i>avoided</i> Judy.	Sam <i>avoided</i> getting caught.
(Sam evitou Judy)	(Sam evitou ser capturado)

- **Itens A/C** (itens que apresentam usos característicos dos Estágios A e C): os itens A/C, de acordo com Heine (1993, p.66), são aqueles que ocupam, pelo menos,



duas posições no contínuo *Verb-to-TAM*: uma mais lexical, relativa ao Estágio A, e outra menos lexical e já com alguns traços de auxiliaridade, relativa ao Estágio C. Para o autor, os verbos do inglês *keep* e *quit* são exemplos desse caso. Ambos apresentam a função de *aspectualizadores* como um de seus usos:

A	C
He <i>kept</i> the book. (Ele pegou o livro)	He <i>kept</i> sneezing. (Ele continuou espirrando)
She <i>quit</i> the team. (Ela deixou o time)	She <i>quit</i> worrying. (Ela parou de se preocupar)

- **Itens A/D** (itens que apresentam usos característicos dos Estágios A e D): segundo Heine (1993, p.66), alguns verbos do inglês, como é o caso de *use* (usar) e *have* (ter), em certos usos, podem ser exemplos de itens A/D:

A	D
He <i>used</i> all the money. (Ele usou todo o dinheiro)	He <i>used</i> to collect his mail daily. (Ele costumava coletar suas cartas diariamente)

Outro tipo de item, de acordo com Heine (1993, p.66), é aquele que recebe o “status” de auxiliar, ou seja, que apresenta usos nos Estágios D ou E, mas que manteve “fossilizados” usos como verbo principal (Estágios A e/ou B). Para o autor, o verbo do inglês *will* pode ilustrar esse caso. No exemplo seguinte, *will* é descrito por Heine (1993, p. 66) como um item B(E), ou seja, um item que apresenta usos dos Estágios B e E:

B	E
Do it as you <i>will</i> . (Faça como quiser)	He <i>will</i> come. (Ele virá)

Como afirma Heine (1993, p. 66), em casos em que um dado item apresenta diferentes usos que são separados por muitos estágios, como acontece com os itens A/D ou B/E, por exemplo, pode-se dizer que o “verbo” e o “auxiliar” tem se distanciado a ponto de serem considerados unidades lingüísticas distintas.

O autor ressalta, ainda, o fato de que, ao tratar dos auxiliares, ele está se referindo ao resultado particular de um processo cognitivo pelo qual conteúdos concretos são empregados para expressar conceitos gramaticais abstratos. O maior resultado lingüístico desse processo, de acordo com Heine (1993, p. 86-87), pode ser observado por meio do contínuo *Verb-to-TAM*, que apresenta como extremos uma estrutura lexical e uma estrutura completamente gramaticalizada e que, em resumo, pode ser esquematizado por meio das seguintes propriedades:

<b>Domínio:</b>	<b>Ponto de partida</b>	<b>Ponto final</b>
<b>Semântica:</b>	Significado verbal completo	Função gramatical
<b>Sintaxe:</b>	Alto grau de variabilidade	Posição fixa
<b>Morfologia:</b>	Flexionado para TAM, pessoa, número, negação, etc.	Elemento invariável
	Palavra livre	Afixo
<b>Fonologia:</b>	Forma completa	Forma reduzida (tipicamente monossilábica)

Quadro 2: Algumas propriedades do contínuo *Verb-to-TAM*.

Fonte: Heine (1993, p.87)

Conforme observa Cezario (2001, p. 69), uma vez que se trabalha com a noção de estágio – e não com categorias discretas –, o termo “verbo auxiliar”, ou mesmo “auxiliar”, parece ser inadequado. Porém, como ressalta a autora, é difícil fazer uma descrição sem lançar mão de uma terminologia que a represente. Assim, é pertinente esclarecer que a categoria “verbo auxiliar” ou “auxiliar”, tal como admitida para este trabalho, envolve diferentes estágios no contínuo de gramaticalização.

Com base na proposta de Heine (1993) de que existem diferentes estágios ao longo do contínuo *Verb-to-TAM* nas línguas, propusemo-nos a observar os diversos estágios em que se encontram os verbos volitivos *querer, mandar, deixar, desejar, pedir* e *exigir* no português brasileiro. O nosso objetivo, desse modo, não é apenas constatar uma possível trajetória de gramaticalização para esses verbos, mas perceber também quais dentre esses, de um mesmo grupo semântico, têm sido utilizados mais freqüentemente como verbos plenos. Nesse sentido, a proposta de Heine (1993) parece-nos a mais adequada, pois contempla estágios que vão desde o verbo pleno até a flexão gramatical, passando pelas etapas de auxiliaridade.

## 4 DESCRIÇÃO DO *CORPUS* E METODOLOGIA

Este capítulo destina-se a apresentar o *corpus* e a metodologia utilizados neste trabalho.

### 4.1 O *CORPUS*

A teoria lingüística funcionalista, na qual se fundamenta este trabalho, prevê que a língua deve ser estudada a partir das diferentes situações comunicativas autênticas, sejam elas orais ou escritas. É no uso efetivo da língua que o funcionalismo encontra e extrai o material utilizado em suas análises.

Assim, para o funcionalismo, desde que se trate de dados reais – e não de exemplos construídos –, o estudo da língua pode ser feito com base em dados tanto da fala como da escrita. Partindo desse princípio, optamos por trabalhar com textos tipicamente escritos e com textos que se inserem no contínuo oral-escrito. O *corpus* escolhido constitui-se de artigos de opinião e de entrevistas publicados pela revista *Veja* entre os anos de 2007 e 2009.

O material foi coletado diretamente do sítio eletrônico da revista (<http://veja.abril.com.br/arquivo.shtml>), que disponibilizou, por comemoração do seu quadragésimo aniversário, todas as edições publicadas a partir do ano de 1968. As edições eletrônicas disponibilizadas, ao menos das quais coletamos os textos, não são novas ou diferentes versões das revistas publicadas de modo impresso. Trata-se das mesmas revistas, porém, digitalizadas.

Serão utilizados 47 (quarenta e sete) artigos de opinião e 47 (quarenta e sete) entrevistas, que totalizam, respectivamente, 40.228 (quarenta mil, duzentas e vinte e oito) e 90.687 (noventa mil, seiscentas e oitenta e sete) palavras. A média de palavras por artigo, portanto, é de 856 (oitocentas e cinquenta e seis); a média de palavras por entrevista, por sua vez, é de 1.929 (mil, novecentas e vinte e nove).

Como sugere o título desta dissertação, observaremos os usos dos verbos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* nos gêneros jornalísticos *artigo de opinião* e *entrevista*. Por meio desses usos, e com base na proposta de Heine (1993), pretendemos verificar quais desses verbos, de um mesmo grupo semântico, já iniciaram uma possível

trajetória de gramaticalização. Objetivamos, ainda, apoiados no mesmo *corpus*, perceber quais entre esses volitivos têm sido utilizados mais frequentemente como verbos plenos e que, por consequência, não estão dando curso a essa trajetória.

Os artigos de opinião utilizados na análise foram escritos por falantes do sexo masculino, todos com nível superior de escolaridade e atuantes nas áreas de administração, economia e antropologia. Os textos discorrem sobre temas da atualidade e de interesse da sociedade de modo geral, como educação, política, economia e, mais raramente, meio ambiente e serviços.

Assemelhando-se aos artigos nesse aspecto, as entrevistas pesquisadas foram concedidas predominantemente por falantes do sexo masculino: de um total de quarenta e sete entrevistados, trinta e nove são homens. No que se refere ao nível de escolaridade, não podemos atestar que todos os falantes que concederam as entrevistas possuem nível superior. A razão é que eles são apresentados pela revista a partir da função, profissão ou papel social que desempenham. Assim, por exemplo, se em apresentações sob os títulos de “advogado”, “psiquiatra” e “sociólogo” constatamos uma formação superior, em outras, como “socialite”, “atriz” e “apresentador”, não podemos afirmar o mesmo. O que se observa, entretanto, é que grande parte dos entrevistados estavam ligados ao cenário político ou presidiam grandes empresas ou instituições na época da entrevista, o que sugere que ocupavam papel de destaque, de prestígio ou de exercício de poder junto à sociedade.

#### 4.1.2 GÊNERO TEXTUAL, TIPO TEXTUAL E DOMÍNIO DISCURSIVO

Conforme observado por Marcuschi (2008a), não é recente o interesse que se tem pelos gêneros textuais e, se consideradas as sistematizações iniciadas por Platão, pode-se dizer que, no Ocidente, os gêneros textuais já são estudados há pelo menos vinte e cinco séculos.

O autor explica que a expressão “gênero”, na tradição ocidental, referia-se, de modo especial, aos gêneros literários, cuja análise tem início com Platão e se firma com Aristóteles, com quem surge uma teoria mais sistemática acerca dos gêneros e da natureza do discurso. Hoje, porém, o estudo dos gêneros não diz respeito somente à literatura, mas, como nota Marcuschi (2008a), interessa também a outras áreas de investigação, como a filosofia, a sociologia, a antropologia, a etnografia, a lingüística e a retórica. Nesse sentido, como acrescenta, os gêneros textuais se tornaram uma fértil área de estudos interdisciplinares, sobressaindo-se,

nesse aspecto, as observações sobre a linguagem em funcionamento e sobre as atividades culturais e sociais.

A essa diversidade de interesses é natural que corresponda também uma diversidade de teorias, terminologias e perspectivas de análise com relação aos gêneros. No entanto, como adverte Marcuschi (2008a, 2008b), assim como a linguagem é flexível, variável e dinâmica, os gêneros também o são e, por essa razão, eles estão, a todo o momento, sendo renovados, multiplicados e adaptados às situações comunicativas. Desse modo, como admite o autor, pode-se afirmar que as teorias de gênero que tendem a privilegiar a forma ou a estrutura estão hoje em crise e, numa abordagem relativa aos gêneros, um aspecto que se deve então considerar é que eles não são estáticos nem puros, mas sujeitos às modificações promovidas pelas práticas sociais, por questões cognitivas, pelos interesses e relações de poder, pelas novas tecnologias e pelas atividades discursivas existentes no interior da cultura em que se realizam.

Para os nossos estudos, o conceito de gênero adotado é aquele visto em Marcuschi (2008a, p. 155). O autor parte do princípio de que a comunicação verbal só é possível por meio de textos que, por sua vez, se configuram em algum gênero. Sob esse aspecto, os gêneros assumem papel indispensável na organização comunicativa e se definem como os textos presentes em nosso dia-a-dia e que “apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas”. Tal posicionamento sugere que os gêneros devam ser observados na sua relação com as atividades sociais e humanas, levando-se em conta muito mais as funções sociocomunicativas e institucionais que eles desempenham do que suas características lingüísticas e estruturais, embora a forma e a estrutura não devam ser desprezadas, como nos alerta Marcuschi (2003).

Do mesmo modo, partilhando de uma visão que confere aos gêneros um caráter eminentemente social, tendo em vista que eles regulam as ações de linguagem, Bronckart (2003, p. 103) assevera que os gêneros permitem a nossa “inserção prática nas atividades comunicativas humanas”, operando como mecanismos essenciais de socialização. É justamente por se relacionarem às atividades humanas que os gêneros, segundo o autor, podem ser considerados múltiplos. Bronckart (2003, p. 138) admite também a essencialidade dos gêneros ao garantir que todo novo texto empírico é, necessariamente, “construído com base no modelo de um gênero, isto é, ele pertence a um gênero”.

Posição semelhante, no que diz respeito à questão social dos gêneros, pode ser vista em Bazerman (2005), para quem os gêneros têm origem nos processos sociais em que as pessoas buscam compreender satisfatoriamente umas às outras, de maneira que possam organizar suas atividades e partilhar significados comuns. Em outras palavras, os gêneros, para o autor, muito além de dar forma aos textos, contribuem para dar forma às atividades sociais, das mais simples às mais complexas. Assim, por exemplo, os gêneros estão presentes tanto nas situações mais corriqueiras, como fazer compras usando por base uma “lista”, como nas mais técnicas e formais, como elaborar um “artigo científico” para uma revista ou defender uma “tese de doutorado”.

As abordagens que atribuem ao gênero esse aspecto social partem da afirmativa de que toda comunicação verbal se realiza fundamentalmente por meio de textos e não por meio de elementos lingüísticos isolados. Bakthin (2003, p. 261) reconhece essa importância do texto ao admitir que todas as esferas da atividade humana estão necessariamente ligadas à linguagem, sendo o uso da língua, por sua vez, efetivado por meio de “enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”. Ainda nos termos bakthinianos, cada enunciado particular é único, porém cada campo de utilização da língua cria seus “tipos relativamente estáveis de enunciados”, aos quais o autor denomina *gêneros do discurso*.

Os *gêneros do discurso*, como explica Bakthin (2003), tendem a refletir, por meio de sua construção composicional, do tema e das escolhas lexicais, fraseológicas e gramaticais, os objetivos e as finalidades do campo de atividade a que pertencem. Desse modo, segundo o autor, para cada campo de atividade ou função desempenhada – jornalística, publicitária, científica, técnica, oficial, cotidiana, religiosa, etc. – e suas respectivas condições específicas, são gerados gêneros específicos.

Também com relação aos gêneros, Koch (2004; 2006) afirma que todos os falantes de uma língua possuem uma competência sociocomunicativa que lhes permite distinguir o que é adequado ou não em cada uma das práticas sociais. Essa competência permite, ainda, que o falante consiga distinguir determinados gêneros uns dos outros. É com facilidade, por exemplo, que o falante diferencia uma carta de uma notícia de jornal, uma receita culinária de uma lista de compras ou uma piada de um poema.

A esse respeito, Bronckart (2003, p. 76) atesta que, ao produzir um texto, o agente verbal lança mão de um conhecimento prévio acerca dos gêneros, que se fundamentam como “modelos sociais” ou “exemplos-tipo” adaptados às situações de “comunicação-tipo”. No entanto, o autor adverte que, conquanto o agente verbal se utilize dos modelos sociais dos gêneros, cada situação de comunicação é, de certo modo, nova e singular e, por essa razão, os textos daí decorrentes caracterizam-se por formas particulares de aplicação desses modelos, originadas da representação individual que o agente tem da situação em que se encontra.

Da mesma forma, tratando desse assunto, Bazerman (2005) assevera que os falantes, ao perceberem que determinado texto funciona bem e é compreendido em determinada situação, tendem a usar textos similares em outras situações também similares. Assim, a recorrência de uso de formas padronizadas e reconhecíveis em situações e ambientes semelhantes permitiria às pessoas distinguirem mais facilmente o que estamos dizendo e pretendemos realizar. O autor afirma, desse modo, que as formas de comunicação reconhecíveis e auto-reforçadoras manifestam-se como gêneros.

Subjacentes aos gêneros, e intrínsecos a eles, estão os *tipos textuais*. Como nota Marcuschi (2008a, p. 154), *tipo textual* denota “uma espécie de construção teórica {em geral uma sequência subjacente aos textos} definida pela natureza lingüística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo}”. O autor acrescenta que os tipos definem-se muito mais como sequências lingüísticas ou retóricas do que como “textos materializados” e, por essa razão, podem ser entendidos como “modos textuais”. Nesse sentido, para Marcuschi (2008a), os tipos textuais são formados por um conjunto restrito de categorias que não tende a aumentar. Entre as categorias que compõem os tipos estão a *narração*, a *argumentação*, a *injunção*, a *descrição* e a *exposição*. O predomínio de alguma delas faz com que determinado texto seja classificado como *narrativo*, *descritivo*, *expositivo*, etc.

Como se percebe, os *tipos*, se comparados aos *gêneros*, apresentam-se em número muito menor. Como se verifica em Marcuschi (2008a), os gêneros, em oposição aos tipos, constituem listagens abertas sendo, por isso, numerosos e até mesmo incontáveis. Para que se tenha noção dessa diferença, convém elencarmos, com base no autor, alguns gêneros que circulam em nosso meio: artigos científicos, artigos de opinião, entrevistas, carta ao leitor, carta do leitor, crônica, telefonema, bula de remédio, rótulo, contrato, propaganda, piada,

lenda, lista de compras, cânticos religiosos, capa de revista, receitas culinárias, memorando, etc.

Entretanto, como ressalta Marcuschi (2008a, p. 156), embora as noções de *gênero* e *tipo* não se confundam, elas não constituem uma dicotomia, mas, ao contrário, se integram e complementam. Desse modo, como admite o autor, gênero e tipo “não subsistem isolados nem alheios um ao outro, são formas constitutivas do texto em funcionamento”. Para que se esclareçam as noções de gênero e de tipo textual aqui adotadas, tomaremos parte do exemplo fornecido em Marcuschi (2008a, p. 156-157), em que se observam as tipologias subjacentes ao gênero textual *carta pessoal*:

<b>Seqüências Tipológicas</b>	<b>Gênero textual:</b> carta pessoal
<b>Descritiva</b>	Rio, 11/08/1991
<b>Injuntiva</b>	Amiga A. P. Oi!
<b>Descritiva</b>	Para ser mais preciso, estou no meu quarto, escrevendo na escrivaninha, com um Micro System ligado na minha frente (bem alto, por sinal).
<b>Expositiva</b>	Está ligado na Manchete FM – ou rádio dos funks – eu adoro funk, principalmente com passos marcados. Aqui no Rio é o ritmo do momento... e você, gosta? Gosto também de house e dance music, sou fascinado por discotecas! Sempre vou à K.I.,
<b>Narrativa</b>	ontem mesmo (sexta-feira) eu fui e cheguei quase quatro horas da madrugada.
[...]	[...]
<b>Narrativa</b>	É, acho que vou terminando
<b>Injuntiva</b>	escreva! Faz um favor? Diga pra M., A.P. e C. que esperem, não demoro a escrever. Adoro vocês!  Um beijão!
<b>Narrativa</b>	Do amigo P.P. 15:16h

Como esclarece Marcuschi (2003), e como se depreende do exemplo apresentado, os fatores que definem os gêneros textuais são, em sua maioria, sócio-comunicativos e discursivos e,



portanto, externos ao texto; já os fatores que caracterizam os tipos textuais são, por sua vez, lingüísticos e formais e, portanto, internos ao texto.

Às noções de gênero e de tipo textual convém acrescentarmos a de *domínio discursivo*, uma vez que, neste trabalho, nossas análises terão por base textos do domínio discursivo jornalístico, do qual utilizaremos dois gêneros: *artigo de opinião* e *entrevista*.

Assim, *domínio discursivo*, segundo Marcuschi (2003, p. 23), refere-se a “uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana”. Esses domínios, conforme explica, não são textos propriamente ditos, mas servem para dar origem a gêneros e discursos específicos. Como acrescenta o autor, em termos de domínio, dizemos que há o *discurso jornalístico*, o *discurso religioso*, o *discurso jurídico*, o *discurso publicitário*, etc., e que essas atividades – a *jornalística*, a *religiosa*, a *jurídica* e a *publicitária* – não se realizam em torno de um único gênero; ao contrário, elas contribuem para dar origem a diversos deles, orais e escritos.

Como exemplos de gêneros textuais produzidos em diferentes domínios discursivos, podemos citar os seguintes, com base em Marcuschi (2008a): *domínio discursivo jornalístico* – notícias, artigos de opinião, carta do leitor, carta ao leitor, entrevista coletiva, crônica esportiva, boletim do tempo, entrevista jornalística, etc.; *domínio discursivo instrucional* – conferência, tese, dissertação, entrevista de campo, artigo científico, resenha, parecer técnico, etc.; *domínio discursivo da saúde* – bula de remédio, entrevista médica, receita médica, etc.; *domínio discursivo publicitário* – anúncio, propaganda, publicidade na TV, publicidade, etc.; *domínio discursivo jurídico* – lei, depoimento, sentença, estatuto, regimento, etc., entre vários outros domínios e gêneros.

A relação que se estabelece entre *gênero textual*, *tipo textual* e *domínio discursivo* pode ser bem compreendida por meio do esquema elaborado por Marcuschi (2008a, p. 177), em que se observa como esses conceitos são complementares e interligados:

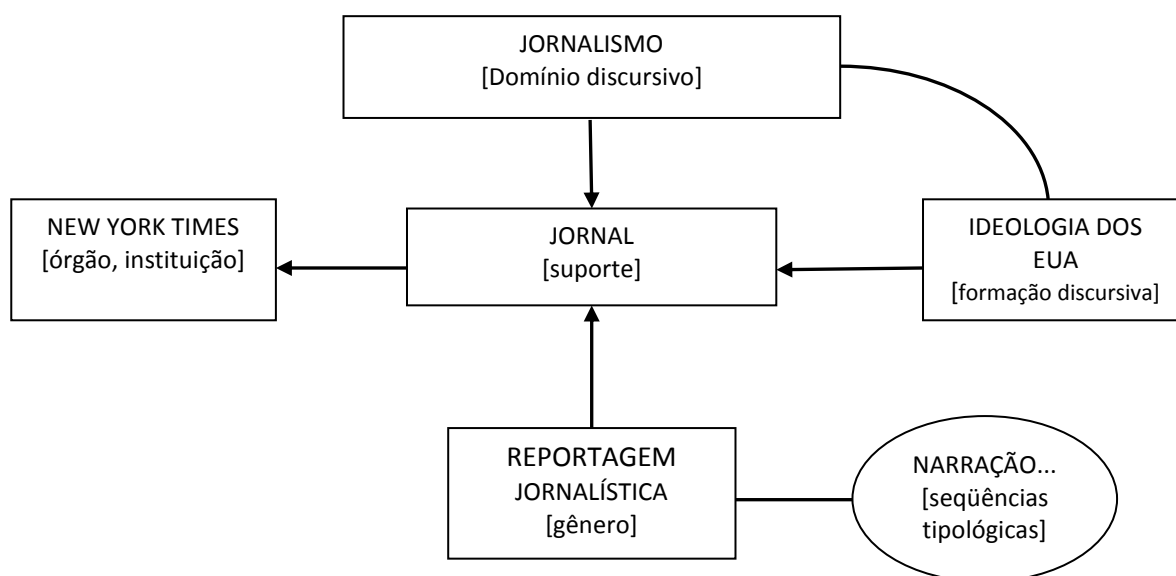


Figura 3: Relação entre gênero textual, tipo textual e domínio discursivo.  
Fonte: Marcuschi (2008a, p. 177).

Embora as tipologias textuais não sejam observadas neste trabalho, julgamos pertinente e necessário esclarecer que conceitos de *tipo* e de *gênero textual* estamos assumindo, uma vez que essas terminologias não serão tratadas como equivalentes ou sinônimas.

Em nossos estudos, a noção de gênero textual assume especial relevância, pois, como já afirmamos, nossas análises terão por base textos configurados em dois diferentes gêneros jornalísticos: *artigo de opinião* e *entrevista*, todos retirados da revista *Veja*. Por essa razão, nas subseções 4.1.3 e 4.1.4, tratamos brevemente desses gêneros, a fim de que possamos, em linhas gerais e sem a pretensão de esgotar o assunto, conhecer os seus aspectos, forma de atuação e funcionamento.

#### 4.1.3 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Ao tratar da caracterização dos gêneros opinativos, Melo (1985, p. 77) explica que embora a instituição jornalística tenha suas posições ideológicas e políticas definidas, em torno das quais deseja que seus textos sejam construídos, uma parcela opinativa – “no sentido de atribuição de valor aos acontecimentos” – é sempre preservada por parte de quem escreve esses textos. O motivo, conforme acrescenta, é que o modo de produção do jornalismo

contemporâneo exige o envolvimento de equipes bastante numerosas, o que torna impossível o controle total, por parte da instituição, sobre o que se vai publicar.

Essa “fragmentação”, no que diz respeito à emissão da opinião, teve início, segundo Melo (1985), a partir do momento em que a imprensa deixou de ser uma iniciativa particular para se tornar uma instituição organizada. Esse novo modelo de imprensa, que conta com profissionais assalariados e com colaboradores esporádicos, passou, conseqüentemente, a apresentar uma nova forma de captação e de atribuição de valor à realidade. Conforme o autor, essa atribuição de valor se manifesta por meio dos gêneros opinativos e tem origem em quatro diferentes núcleos: a empresa, o jornalista, o colaborador e o leitor.

Com relação a esses núcleos, Melo (1985) esclarece que a opinião da empresa é apresentada, oficialmente, por meio do *editorial*. O jornalista, por sua vez, que é um profissional pertencente ao quadro efetivo da empresa, expressa sua opinião por meio de *coluna*, *comentário*, *resenha*, *caricatura*, *crônica* e, eventualmente, *artigo*. Já a opinião do colaborador que, de acordo com o autor, é normalmente uma personalidade que representa a sociedade civil e que participa da vida política e cultural através dos meios jornalísticos, é mostrada por meio do *artigo*. Por fim, é na *carta*, para Melo (1985), que o leitor pode freqüentemente expor a sua opinião.

No que se refere ao artigo, gênero que nos interessa para esta dissertação, Melo (1985, p. 92) afirma se tratar de um gênero específico, com uma forma peculiar de expressão verbal. O artigo, na definição do autor, é “uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma idéia e apresenta sua opinião”.

Segundo Melo (1985), conquanto cada país ou região tenha sua própria maneira de constituir e caracterizar os gêneros, o sentido de “artigo” assumido pelos espanhóis, em especial por Martín Vivaldi, assemelha-se ao sentido com que se emprega esse termo no Brasil: “Escrito, de conteúdo amplo e variado, de forma diversa, na qual se interpreta, julga ou explica um fato ou uma idéia atuais, de especial transcendência, segundo a conveniência do articulista” (VIVALDI, 1973, cap. IV, apud MELO, 1985, p. 92).

Conforme Melo (1985), no conceito de Vivaldi, dois elementos específicos dizem respeito ao artigo jornalístico. O primeiro deles é a *atualidade*: embora o articulista tenha liberdade para escolher o conteúdo e a forma, ele deve tratar de um assunto da atualidade, como fazem o

jornal e a revista. Essa atualidade, como explica o autor, não se limita ao cotidiano, mas ao momento histórico que se vive. O segundo é a *opinião*: de acordo com Melo (1985), a significação maior do gênero artigo está centrada, justamente, no ponto de vista de quem escreve. Essa opinião, como acrescenta, não pode estar dissolvida em meio à argumentação, mas deve manifestar-se explicitamente e estar vinculada ao nome de quem assina. A assinatura, para Melo (1985), interessa ao leitor, que, por meio dela, identifica como o articulista – em geral alguém de destaque no meio jornalístico – pensa e se comporta diante das situações.

Quanto ao aspecto formal, Melo (1985) afirma haver dois tipos de artigo: o artigo propriamente dito e o ensaio. A diferença entre esses dois, segundo o autor, é dada, sobretudo, por meio das seguintes características: a primeira é a extensão – o artigo é considerado um ensaio curto e o ensaio é considerado um artigo longo; a segunda é o tratamento do tema – os julgamentos presentes no artigo podem ser provisórios, já que são emitidos enquanto os acontecimentos ainda estão se configurando; no caso do ensaio, a opinião tem caráter mais definitivo, pois está fundamentada em uma visão do fato como um todo; a terceira diferença é a argumentação – no artigo, ela se constrói por meio do conhecimento e da sensibilidade do próprio articulista; no ensaio, ela se baseia em fontes que possuem credibilidade documental, conferindo autoridade e confiabilidade às idéias defendidas pelo autor do ensaio.

No que tange à finalidade, Melo (1985) atesta que os artigos se classificam em *doutrinários* e *científicos*. Os doutrinários, como esclarece o autor, são aqueles comumente conhecidos como “artigos jornalísticos”, que tratam de questões da atualidade e propõem aos leitores um modo de vê-las e de analisá-las. Os científicos, por sua vez, têm por finalidade tratar de assuntos da ciência, seu avanço e suas descobertas. Para Melo (1985), embora não seja comum, os artigos científicos podem também ser publicados em jornais de circulação diária, mas, quase sempre, eles são publicados nas edições dominicais, nas seções especiais ou em periódicos de informação geral.

Sobre as características redacionais, Melo (1985) assevera que cada espécie de artigo possui suas especificidades, mas não há um padrão uniforme para esse gênero. Esse padrão, como acrescenta, tende a estar relacionado com o veículo em que se publica o artigo. O autor assegura, ainda, que alguns especialistas, como Luiz Beltrão, no Brasil, defendem que o artigo deva ter uma estrutura parecida com a do editorial, contendo título, introdução, discussão ou argumentação e conclusão. Outros, como Martín Vivaldi, na Espanha, defendem que o estilo

do artigo é determinado pelo articulista. A posição de Vivaldi é reforçada por Melo (1985, p. 94), que admite que, “sendo colaboração espontânea ou solicitação nem sempre remunerada, o artigo confere liberdade completa ao seu autor. Trata-se de liberdade em relação ao tema, ao juízo de valor emitido, e também em relação ao modo de expressão verbal”.

Melo (1985, p. 96) afirma também que os artigos do jornalismo brasileiro são escritos tanto por jornalistas profissionalmente vinculados à instituição noticiosa quanto por colaboradores convidados – educadores, escritores, economistas, políticos, pesquisadores – que escrevem sobre temas de sua competência. Nesse sentido, para o autor, “o artigo é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo”, pois ela – a opinião – deixa de ser uma prerrogativa da imprensa e de seus profissionais para se tornar também acessível às “lideranças emergentes da sociedade”.

Essa presença do articulista na imprensa, segundo Melo (1985), confere dinamismo aos jornais e revistas, pois o articulista, estando menos dependente e menos vinculado ao prisma da observação jornalística, apresenta novos olhares, novas informações e novas idéias a respeito do cenário sociopolítico.

No caso especial da revista *Veja*, de onde coletamos os textos que servem de *corpus* para esta dissertação, verificamos que os artigos se configuram propriamente como *artigos* e não como *ensaios*. Os ensaios, quando aparecem na revista, são identificados pela empresa com este nome e se localizam em seção diferenciada.

Os artigos coletados não são muito longos – apresentam uma média de oitocentas e cinquenta e seis palavras – e discorrem sobre temas da atualidade e de interesse da sociedade de modo geral, como educação, política, economia e, mais raramente, meio ambiente e serviços. Sob esse aspecto, podem ser tomados como artigos *doutrinários* e não como artigos *científicos*.

Os artigos que iremos utilizar foram escritos por administradores, economistas e, em algumas raras vezes, por ex-políticos, mas nunca por jornalistas. Não tivemos como checar a informação a respeito do vínculo institucional desses articulistas, ou seja, se eles são, de fato, empregados da revista ou apenas colaboradores. O que notamos, no entanto, é que a grande maioria deles escreve de forma bastante regular e possui um espaço reservado nesse veículo de comunicação.

Por fim, quanto à forma, todos os artigos observados apresentam título e assinatura. Esses são os únicos pontos (formais) que podemos afirmar categoricamente como comuns a todos eles. Já o modo de expressão verbal, o estilo e a maneira de conduzir o assunto parecem ser peculiares a cada autor, traduzindo certa liberdade com relação à produção do texto.

#### 4.1.4 O GÊNERO ENTREVISTA

Ao tratar do gênero entrevista, Hoffnagel (2003) afirma que ele possui duas funções primárias: para alguns, a de informar o público; para outros, a de formar opinião pública.

A autora considera que “gênero” é um evento comunicativo e não uma “forma” lingüística. Desse modo, como acrescenta, a entrevista pode ser tomada como um conjunto de eventos que se realizam como gêneros ou subgêneros: há, por exemplo, a entrevista de emprego, a entrevista médica, a entrevista jornalística, a entrevista científica, etc. Segundo Hoffnagel (2003), o que esses eventos têm em comum é uma forma característica, marcada por uma estrutura de “pergunta e resposta”, mas eles, certamente, possuem estilos, objetivos e propósitos diferentes.

De acordo com Hoffnagel (2003), a entrevista, em seu modelo canônico, compõe-se de, pelo menos, dois indivíduos com papéis distintos: um entrevistador, que é aquele que faz as perguntas, e um entrevistado, que é aquele que responde as perguntas do entrevistador. Como explica a autora, mesmo quando há mais de dois entrevistadores ou entrevistados envolvidos, os papéis existentes continuam sendo dois: o de “perguntador” e o de “respondedor”.

Hoffnagel (2003) ressalta que a entrevista é um gênero essencialmente oral. Ela esclarece que, entre os vários tipos de entrevista existentes, a maioria diz respeito a interações orais, como é o caso das entrevistas médicas, das de emprego, das coletivas, etc. Mesmo quando se trata de entrevistas publicadas em jornais e revistas, elas são, geralmente, feitas oralmente e, depois, transcritas para publicação. Porém, conforme a autora, ainda que escritas, as entrevistas mostram certa estrutura de diálogo, pois são marcadas as trocas de turno entre os participantes.

Toda entrevista, para Hoffnagel (2003), tem por objetivo obter algum tipo de informação que será usada para diferentes fins. Como exemplos, a autora menciona a entrevista médica, que

serve para diagnosticar o problema de saúde do paciente, e as entrevistas feitas por cientistas sociais, que servem para ajudar a esclarecer fenômenos sociais em estudo. Citando Greatbach (1998), Hoffnagel (2003, p. 183) afirma que, no caso específico da entrevista jornalística, a função básica é de “suscitar informações ou opiniões de figuras públicas, especialistas, autoridades ou outras pessoas que estão nas notícias”. Essa função é claramente presente nas entrevistas de Veja, que servem de *corpus* para os nossos estudos.

Ainda segundo a autora, as entrevistas da mídia, oral e escrita, possuem uma característica bastante específica: além do entrevistador e do entrevistado, que ocupam os papéis principais, há um terceiro participante: a audiência, que diz respeito aos ouvintes, espectadores e leitores. Como esclarece Hoffnagel (2003), a “audiência” é um participante passivo, pois não participa diretamente da entrevista, porém, ela está sempre “presente” para entrevistadores e entrevistados, que formulam suas perguntas e respostas levando em conta uma audiência específica.

Conforme observa Hoffnagel (2003, p. 183), as entrevistas publicadas em revistas variam quanto aos objetivos e propósitos, quanto ao tipo de informação que fornecem e quanto ao público a que se destinam. A autora identifica três tipos gerais de entrevistas e, como admite, a revista Veja alterna entre os três tipos apresentados e dedica às entrevistas o mesmo número de páginas a cada edição. Eis os tipos de entrevista constatados pela autora:

- (a) as que entrevistam especialistas em determinado assunto com o objetivo de explicar um fenômeno. Esse especialista, comumente, não é conhecido pelo público e, por essa razão, ele e seus títulos são apresentados em uma seção introdutória da entrevista.
- (b) as que entrevistam uma autoridade, em geral conhecida pelos leitores, com a finalidade de saber sua opinião sobre um assunto em destaque na mídia. Essa autoridade pode ou não estar envolvida nos fatos.
- (c) as que entrevistam pessoas públicas, como artistas, músicos, escritores, políticos, etc., com a intenção de promover ou tornar conhecido o entrevistado ou a instituição ou grupo que ele representa.

Com relação ao público-alvo, Hoffnagel (2003) atesta que cada revista possui o seu. Algumas se dirigem a adultos, outras a jovens, adolescentes, pessoas do sexo masculino ou feminino ou

interessadas em assuntos específicos, como moda, música, beleza, esporte, ciência, etc. Sobre esse assunto, a revista Veja divulgou, na edição especial em comemoração aos seus 40 anos ([http://veja.abril.com.br/especiais/veja\\_40anos/p\\_260.html](http://veja.abril.com.br/especiais/veja_40anos/p_260.html)), em setembro de 2008, um levantamento que indica o perfil dos seus leitores. Os resultados encontrados pela revista foram:

<b>Perfil do leitor de Veja:</b>
47% são homens e 53% são mulheres
40% são casados
68% dos assinantes têm ensino superior completo, dos quais 24% são graduados
73% pertencem às classes A e B
30% assinam a revista há pelo menos cinco anos
55% têm entre 20 e 49 anos
29% têm até 19 anos
16% têm mais de 50 anos

Quadro 3: Perfil do leitor de Veja.

Como se nota do quadro 3, a revista é dirigida, predominantemente, a leitores que dispõem de um bom poder aquisitivo, de um alto nível de escolaridade e que são, em sua maioria, adultos. Isso justifica a formalidade das entrevistas publicadas em Veja. Além disso, é notável a correção gramatical e a preocupação com um texto bem redigido, com vistas à audiência. Em Veja, é evidente que as respostas dos entrevistados são submetidas à revisão para a retirada das marcas de oralidade, de hesitações, de reformulações, de insegurança do falante, etc., como *aí, pra, né?, tá? e e tal*.

No que se refere à apresentação gráfica (*layout*) das entrevistas, Hoffnagel (2003) afirma que ela varia muito de revista para revista, porém, os papéis de entrevistador e de entrevistado são sempre destacados. A autora acrescenta que, apesar de ser dado crédito à pessoa que fez a entrevista, raramente o nome do entrevistador antecede às perguntas. Em vez disso, segundo Hoffnagel (2003), as revistas, em geral, colocam o seu nome no lugar do nome do entrevistador.

Nas entrevistas que coletamos de Veja, referentes aos anos de 2007 a 2009, encontramos dois modelos de *layout*: de janeiro de 2007 a julho de 2008, a revista colocava o seu nome antes das perguntas e o sobrenome do entrevistado antes das respostas; a partir de agosto de 2008, foram retirados o nome da revista e o sobrenome do entrevistado, restando apenas perguntas e respostas. Os exemplos (a) e (b) ilustram esses dois casos:



- (a) **Veja – O mundo vive a maior fase de prosperidade econômica em mais de trinta anos. Até quando o cenário externo soprará a favor?**

**Fraga** – A incorporação de bilhões de novos consumidores ao mercado global com o despertar da China e da Índia é um evento auspicioso e histórico, capaz de sustentar por um bom tempo essa fase de expansão. Portanto, não vejo sérios riscos em um cenário mais amplo. Mas existem algumas nuvens no horizonte, sobretudo nos Estados Unidos, por causa do enorme déficit na balança comercial e da bolha de preços no mercado imobiliário. Uma eventual recessão americana teria repercussões em todo o mundo. (Edição 1991, 17/01/2007. Entrevista de Veja com Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central)

- (b) **Como é o presidente no dia-a-dia no Planalto?**

Uma das qualidades mais extraordinárias dele é saber ouvir. Ele tem uma sensibilidade incomum. Consegue captar tudo o que está se passando. Politicamente, é um craque. Acho que não há nenhum outro como o Lula. Mais importante, talvez, é ele conhecer o Brasil como ninguém. Já viajou por todo o país várias vezes. Não há um canto do território que o presidente não saiba como é. (Edição 2074, 20/08/2008. Entrevista de Veja com o então Vice-presidente da República, José Alencar)

Para Hoffnagel (2003, p. 185), quando o nome da revista aparece nas perguntas, a impressão que se tem é a de que ela é que interage com o entrevistado, ou seja, não se trata de uma pessoa, mas da instituição em si. Assim, como ressalta a autora, a responsabilidade pelas perguntas e pela condução da entrevista é atribuída à revista e não ao entrevistador. Esse estilo, de acordo com Hoffnagel (2003), personaliza a instituição, uma vez que é ela que, supostamente, está em interação com o entrevistado.

Também segundo a autora, nas entrevistas publicadas, há, comumente, um pequeno texto que apresenta o entrevistado e contextualiza a entrevista. Em geral, como admite Hoffnagel (2003), não há uma pergunta com a função específica de fechar a entrevista. Em vez disso, as revistas utilizam um elemento gráfico como, por exemplo, ■. Todas essas características estão presentes nas entrevistas de Veja.

Além das perguntas e respostas, há, geralmente, na disposição gráfica das entrevistas publicadas em revistas, alguns comentários editoriais. Como assume Hoffnagel (2003), esses comentários são trechos das entrevistas destacados, em forma de citação, fora do contexto pergunta/resposta. Em alguns casos, para a autora, essas citações são editadas e não correspondem ao texto que está na entrevista, mas são uma reescrita dele. Em outros casos, ainda, a citação não está nem mesmo no texto da entrevista e, por consequência, o leitor tem dificuldades para entender o contexto da citação. Essas citações, conforme Hoffnagel (2003), podem fazer parte do título ou estar destacadas em quadrinhos nas páginas da entrevista. O destaque dessas citações, como acrescenta, induz o leitor a atribuir mais atenção e importância a um determinado trecho do que a outro. O trecho em destaque é aquele que a revista

considera como mais interessante, importante ou sensacional e serve, segundo Hoffnagel (2003), para auxiliar o leitor a interpretar o texto. Em *Veja*, observamos que o recurso de citações em quadros é frequentemente utilizado.

As entrevistas de *Veja*, como constatamos, possuem duas funções muitas vezes entrelaçadas: a de colher não apenas a informação, mas, também, a opinião do entrevistado. Nesse aspecto, a função da entrevista de *Veja* se confunde, de certo modo, com a função do artigo de opinião e ela pode ser caracterizada como um texto que, além de informativo, é também opinativo. Nos trechos seguintes, é clara a intenção de se alcançar do entrevistado uma opinião, e não uma informação:

(c) **Veja – A Constituição brasileira está para fazer vinte anos. Ela serviu bem ao Brasil neste tempo?**

**Ramos** – Na essência, sim. Ela assegurou o estado de direito, com forte concreção dos direitos fundamentais, das liberdades individuais e públicas. Foi mais abrangente do que as constituições anteriores em muitos aspectos importantes, no processo legislativo, na criação da Advocacia-Geral da União, nas cláusulas pétreas. Mas não deixou de ser um desastre no sistema tributário. Criou condições para os entes federativos instituírem tributos de todos os tipos. Provocou outro desastre, e maior, no sistema financeiro, que acabou sendo revogado, inclusive naquela teratológica fixação de juros reais em texto constitucional. [...] Edição 2036, 28/11/2007.

(d) **Veja – Como disseram nas cartas aos jornais e nos blogs, gente da elite assaltada tem mesmo é que sofrer calada?**

**Huck** – No Brasil parece que virou crime você trabalhar honestamente, ganhar dinheiro e gastar como quiser. Não sofro preconceito. Acho que é porque sou a mesma pessoa na minha casa, na Globo, no Complexo do Alemão. Falo igual e me visto igual. Não troco de roupa para ir a favelas. Mas deixa eu dizer o que penso da elite. Nela tem gente de todos os tipos. Tem pessoas ótimas, que passam seus dias tentando ajudar os outros. Mas também tem gente que não faz nada para ninguém, que só vê o seu lado. Tem de tudo. Não dá para rotular e dizer que se é elite é bom ou é ruim. É como na polícia. Tem um enorme contingente de policiais bons. E garanto que eles são muitíssimo mais numerosos. Agora, tem gente ruim, e não são poucos. O problema é que o que eles fazem aparece mais. Edição 2029, 10/10/2007.

(e) **Veja – Em sua avaliação, a absolvição do senador Renan Calheiros foi uma decisão correta dos senadores?**

**Garibaldi** – A absolvição de Renan penalizou o Legislativo. Mas é uma questão difícil. Quero ter todo o cuidado de falar de uma pessoa que era colega. Quer dizer, é colega. Ele anda aparecendo menos, mas ainda está lá. Pelo coleguismo, todos têm cuidado, pensam muito antes de decidir. Eu até hoje não sei qual punição ele merecia. É difícil julgar um par, é um julgamento muito político. Eu tive duas posições. No primeiro julgamento, fui a favor da cassação. No segundo, fui contra. Esse tipo de julgamento é um dilema para o Legislativo. Mas, sem dúvida, prevaleceu mesmo a imagem da impunidade. Edição 2054, 02/04/2008.

O que acontece em *Veja* não é regra para as entrevistas jornalísticas de outras instituições. Entrevistas concedidas a outras revistas e direcionadas a públicos distintos do público de *Veja* podem, certamente, se mostrar mais informativas e, até mesmo, mais informais.

Além disso, entrevistas de outros domínios discursivos, que não o jornalístico, podem apresentar mais informação do que opinião, como é o caso da entrevista médica, da entrevista de emprego ou das entrevistas que têm por finalidade constituir bancos de dados para análises lingüísticas, por exemplo.

Portanto, é preciso ter claro que os resultados encontrados em nossas análises, a partir de dados da *Veja*, são resultados que se relacionam não ao gênero entrevista por si só, mas às especificidades que as entrevistas de *Veja* apresentam.

#### 4.2 A METODOLOGIA

O *corpus* utilizado constitui-se de 47 (quarenta e sete) artigos de opinião e de 47 (quarenta e sete) entrevistas publicados pela revista *Veja*, de circulação nacional, entre os anos de 2007 e 2009.

Todo o material foi coletado diretamente do sítio eletrônico da revista (<http://veja.abril.com.br/arquivo.shtml>), que disponibilizou, por comemoração dos seus quarenta anos, todas as edições publicadas a partir do ano de 1968. Os textos foram coletados na íntegra e, somente depois, foram selecionados os trechos em que havia ocorrência dos verbos volitivos estudados nesta dissertação (*querer, mandar, deixar, desejar, pedir e exigir*). Todas as ocorrências, em princípio, foram consideradas, descartando-se apenas, no caso das entrevistas, os verbos que apareciam na fala do entrevistador.

Embora haja na *Veja* diversos colaboradores identificados como “articulistas”, consideramos como artigo de opinião unicamente os textos publicados nas seções intituladas “Artigo” ou “Ponto de Vista”. As entrevistas, do mesmo modo, foram todas retiradas da seção assim denominada pela revista. Como pretendemos observar os verbos da forma como eles ocorrem e são utilizados por falantes do português do Brasil, não levamos em conta as entrevistas concedidas por estrangeiros ou por brasileiros que moram há muito tempo no exterior. No caso dos estrangeiros, em especial, apesar de essas entrevistas serem todas publicadas em

português, julgamos que os usos dos verbos nos textos poderiam decorrer das escolhas e possibilidades de interpretação do tradutor, não refletindo, necessariamente, a opção do entrevistado.

Para cada ano pesquisado, mantivemos uma equivalência entre o número de artigos e de entrevistas. Assim, do ano de 2007 foram coletados 25 (vinte e cinco) artigos de opinião e 25 (vinte e cinco) entrevistas; do ano de 2008, 18 (dezoito) artigos de opinião e 18 (dezoito) entrevistas e, por fim, do ano de 2009, 04 (quatro) artigos de opinião e 04 (quatro) entrevistas. A dificuldade em manter uma distribuição proporcional entre os três anos deve-se ao fato de que em 2008 e 2009 as entrevistas foram concedidas predominantemente por estrangeiros.

A análise dos verbos volitivos *querer, mandar, deixar, desejar, pedir e exigir* foi feita com base na proposta de Heine (1993) (cf. capítulo 3 desta dissertação). O autor sugere que há nas línguas sete diferentes estágios ao longo do contínuo *Verb-to-TAM* (verbo > marcador de tempo, aspecto e modo), aos quais ele chamou de Estágios A, B, C, D, E, F e G. Cada um desses estágios possui características específicas que podem ser identificadas por meio dos usos dos verbos.

Para o propósito desta dissertação, agrupamos e sintetizamos as características apresentadas por Heine (1993) para cada um dos sete estágios. Para cada grupo de características foi atribuída uma única pontuação, que equivale a 0 (zero), para o Estágio A, e que varia de 0 (zero) a 1 (um) para os demais estágios. Assim, por exemplo, embora determinado uso do verbo apresente mais de uma característica pertencente ao Estágio C, ele receberá a pontuação apenas uma vez. No caso de ausência de característica, a pontuação será 0 (zero). O Estágio A é o único que possui pontuação diferenciada: a presença ou ausência de característica será sempre pontuada com 0 (zero). O quadro abaixo ilustra o modo de atribuição das pontuações:

Característica do Estágio	Apresenta	Não apresenta
<b>A</b>	0	0
<b>B</b>	1	0
<b>C</b>	1	0
<b>D</b>	1	0
<b>E</b>	1	0
<b>F</b>	1	0
<b>G</b>	1	0

Quadro 4: Atribuição de pontuação para cada um dos estágios do contínuo *Verb-to-TAM*

As pontuações atribuídas somam de 0 (zero) a 6 (seis) e equivalem a cada um dos sete estágios propostos por Heine (1993), da seguinte forma:

Estágio	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>
Pontuação	0	1	2	3	4	5	6




Figura 4: Equivalência entre pontuação e estágios do contínuo *Verb-to-TAM*.

Uma vez que Heine (1993) atribui um número diferente de características para cada estágio, o objetivo em se estabelecer a mesma pontuação para os estágios de B a G é manter o equilíbrio de peso e valores entre eles. Como os estágios E e F, por exemplo, possuem apenas duas ou três características e o Estágio C, por sua vez, apresenta cerca de seis ou sete, pontuar individualmente cada uma das características conferiria mais peso a determinado estágio do que a outro.

O Estágio A, em especial, foi pontuado de forma diferente pela seguinte razão: se fosse conferida aos estágios de A a G uma soma de 1 a 7, e não de 0 a 6, e, porventura, certo uso de um verbo não apresentasse uma característica de A (verbo pleno), mas apresentasse de B (verbo com alguns traços de auxiliaridade), por exemplo, esse verbo receberia 1 (um) ponto, referente à característica de B, porém, seria classificado como pertencente ao Estágio A (1-A, 2-B, ..., 7-G). Desse modo, mantendo-se a pontuação do Estágio A constantemente como 0 (zero), evitamos esse tipo de desvio, pois, se o verbo possui somente traços de A, ele é marcado com esses traços (0 ponto) e classificado nesse estágio. Por outro lado, se esse mesmo verbo não apresenta alguma das características de A, ele é novamente marcado com 0 (zero), sem, no entanto, interferir na pontuação dos demais estágios.

As características de cada estágio que foram observadas e receberam pontuação estão descritas no quadro 5:

Estágio	Características		Apresenta	Não apresenta
<b>A</b>	01	O verbo apresenta significado lexical completo.	0	0
	02	O complemento do verbo é um objeto concreto.		
<b>B</b>	03	O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade.	1	0
	04	Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio.		
	05	O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico.		
	06	O complemento consiste de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita.		
<b>C</b>	07	O sujeito não é um referente humano.	1	0
	08	O verbo expressa apenas as noções de tempo, aspecto ou modo (ou seja, começa a perder conteúdo lexical).		
	09	O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita. Ainda que o complemento seja um substantivo, é provável que ele se refira a uma atividade ou denote um evento.		
	10	O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico.		
	11	O verbo e o seu complemento referem-se ao mesmo tempo.		
	12	A capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo (“ <i>TAM distinctions</i> ”) é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica.		
	13	O verbo e o complemento representam uma só unidade semântica.		
<b>D</b>	14	O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva.	1	0
	15	O verbo não apresenta mais um substantivo como complemento.		
	16	O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita.		
<b>E</b>	17	O item verbal perde sua capacidade de ser negado.	1	0
	18	Os processos de <i>erosão</i> e de <i>clitização</i> começam a ser desencadeados e, como efeito, o verbo, além de perder substância fonológica, perde também seu <i>status</i> de palavra.		
<b>F</b>	19	O complemento do verbo passa a ser interpretado como verbo principal.	1	0
	20	O <i>status</i> do item verbal muda de clítico para afixo.		
<b>G</b>	21	O verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical incapaz de apresentar tom ou intensidade. O que era um afixo no Estágio F torna-se agora uma flexão.	1	0

Quadro 5: Características dos estágios do contínuo *Verb-to-TAM* e pontuação atribuída a cada um deles.

Como se observa no quadro 5, as características de cada estágio foram identificadas por um número, de 1 (um) a 21 (vinte e um). Uma vez que os estágios receberam uma pontuação única para o conjunto de características, esses números, de 1 (um) a 21 (vinte e um), auxiliam-nos, no momento da análise, a registrar que característica foi identificada e está recebendo a pontuação, como demonstra o exemplo:

Verbo DEIXAR – Artigos de opinião   Contexto	Característica do Estágio							Total
	A	B	C	D	E	F	G	
Quanto à vergonha, se ninguém souber que eu roubei o dinheiro da prefeitura, tudo bem. Aliás, seria uma vergonha não roubar porque outro o faria. Na corrupção pública, a vítima é invisível, porque é uma coletividade. Não havendo vítima, não há, eis um outro ponto capital, reparação, daí a nossa proverbial impunidade. Assim, se eu rompo com as normas em nome do povo ou dos pobres, não há vergonha – ou muito menos culpa. Mas, se eu <b>deixo</b> de retribuir o favor que me foi feito pelo meu melhor amigo, se não defendi com vigor o parente ou colega ofendido, eu "morro de vergonha". Edição 2021, 15/08/2007.	0	1	1	1	0	0	0	3 <b>D</b>
	1	3 4	9 10 11	15 16	-	-	-	

Assim, os números de 0 (zero) a 1 (um) registrados na linha de cor branca referem-se à pontuação atribuída a cada estágio. Os números na linha em cinza, por sua vez, referem-se às características do estágio que foram identificadas. Registrar individualmente cada uma dessas características nos permite observar quais delas têm sido mais recorrentes em cada estágio. A coluna “Total”, por fim, indica a soma dos pontos e o estágio correspondente no contínuo *Verb-to-TAM*.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo destina-se a apresentar a análise dos verbos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir*.

### 5.1 USOS DOS VERBOS VOLITIVOS

Para análise dos verbos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* foram utilizados, nesta pesquisa, 47 (quarenta e sete) artigos de opinião e 47 (quarenta e sete) entrevistas da revista *Veja*, que totalizam, respectivamente, 40.228 (quarenta mil, duzentas e vinte e oito) e 90.687 (noventa mil, seiscentas e oitenta e sete) palavras. A média de palavras por artigo, portanto, é de 856 (oitocentas e cinquenta e seis); a média de palavras por entrevista, por sua vez, é de 1.929 (mil, novecentas e vinte e nove).

Como a quantidade e, conseqüentemente, a média de palavras são expressivamente diferentes nos dois gêneros – artigo de opinião e entrevista –, calculamos a média de uso dos verbos volitivos a cada 10.000 (dez mil) palavras. Desse modo, pudemos estabelecer uma comparação equilibrada entre as ocorrências dos verbos nos dois gêneros e observar, de forma mais clara, com que frequência eles são usados. A média de uso a cada 10.000 (dez mil) palavras foi calculada de duas maneiras: 1) sobre o total geral de palavras dos artigos de opinião e entrevistas, somando-se os anos de 2007, 2008 e 2009 e 2) individualmente, a cada ano (2007, 2008 e 2009). As tabelas 1, 2, 3 e 4 apresentam os resultados:

Entrevistas	Total de palavras	Número de ocorrência dos verbos por ano					
		Querer	Mandar	Deixar	Desejar	Pedir	Exigir
2007	48.943	73	07	32	00	13	13
2008	34.517	65	10	28	04	10	03
2009	7.227	10	04	04	00	05	00
	<b>90.687</b>	<b>148</b>	<b>21</b>	<b>64</b>	<b>04</b>	<b>28</b>	<b>16</b>
	<b>Média em 10.000 palavras</b>	<b>16,31</b>	<b>2,31</b>	<b>7,05</b>	<b>0,44</b>	<b>3,08</b>	<b>1,76</b>

Tabela 1: Média de uso dos verbos a cada 10.000 palavras (com base no total geral de entrevistas).

Artigos	Total de palavras	Número de ocorrência dos verbos por ano					
		Querer	Mandar	Deixar	Desejar	Pedir	Exigir
2007	18.170	27	07	10	01	13	08
2008	17.702	22	03	06	01	04	10
2009	4.356	05	01	06	00	01	02
	<b>40.228</b>	<b>54</b>	<b>11</b>	<b>22</b>	<b>02</b>	<b>18</b>	<b>20</b>
	<b>Média em 10.000 palavras</b>	<b>13,42</b>	<b>2,73</b>	<b>5,46</b>	<b>0,49</b>	<b>4,47</b>	<b>4,97</b>

Tabela 2: Média de uso dos verbos a cada 10.000 palavras (com base no total geral de artigos de opinião).



Entrevistas	2007	2008	2009
Querer	14,91	18,83	13,83
Mandar	1,43	2,89	5,53
Deixar	6,53	8,11	5,53
Desejar	00	1,15	00
Pedir	2,65	2,89	6,91
Exigir	2,65	0,87	00

Tabela 3: Média de uso dos verbos a cada 10.000 palavras nas entrevistas (por ano)

Artigos	2007	2008	2009
Querer	14,86	12,42	11,47
Mandar	3,85	1,69	2,29
Deixar	5,50	3,38	13,77
Desejar	0,55	0,56	00
Pedir	7,15	2,25	2,29
Exigir	4,40	5,64	4,59

Tabela 4: Média de uso dos verbos a cada 10.000 palavras nos artigos de opinião (por ano)

De modo geral, somando-se os três anos pesquisados (2007, 2008 e 2009), a classificação dos verbos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* por média de uso em 10.000 (dez mil) palavras é a apresentada nas tabelas 5 e 6:

Entrevistas	1º	2º	3º	4º	5º	6º
	Querer	Deixar	Pedir	Mandar	Exigir	Desejar
	16,31	7,05	3,08	2,31	1,76	0,44

Tabela 5: Classificação geral dos verbos por média de uso nas entrevistas (2007, 2008 e 2009).

Artigos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
	Querer	Deixar	Exigir	Pedir	Mandar	Desejar
	13,42	5,46	4,97	4,47	2,73	0,49

Tabela 6: Classificação geral dos verbos por média de uso nos artigos de opinião (2007, 2008 e 2009).

Como se observa dessa comparação, o verbo *querer* é isoladamente o mais utilizado entre os volitivos estudados: a cada 10.000 (dez mil) palavras, esse verbo ocorre cerca de 16,31 (dezesesseis vírgula trinta e uma) vezes nas entrevistas e de 13,42 (treze vírgula quarenta e duas) vezes nos artigos de opinião, o que corresponde a mais que o dobro de ocorrências do segundo verbo mais freqüente – *deixar* – que apresentou média de 7,05 (sete vírgula zero cinco) usos nas entrevistas e de 5,46 (cinco vírgula quarenta e seis) usos nos artigos de opinião em 10.000 (dez mil) palavras. A alta freqüência de uso desses dois verbos, se comparada a dos demais pesquisados do mesmo grupo semântico, pode indicar o início de uma trajetória de gramaticalização.

O verbo *exigir* é mais recorrente nos artigos de opinião do que nas entrevistas. Entre os volitivos estudados, ele é o terceiro mais usado nos artigos: aproximadamente cinco vezes em 10.000 (dez mil) palavras, o equivalente a mais do que duas vezes o uso desse verbo nas entrevistas.

O verbo *pedir*, nos artigos de opinião, apresenta uma média de 4,47 (quatro vírgula quarenta e sete) usos em 10.000 (dez mil) palavras, o que faz desse verbo, entre os pesquisados, o quarto mais freqüente nesse gênero. Apesar de apresentar uma média de uso menor em relação aos artigos – apenas 3,08 (três vírgula zero oito) em 10.000 (dez mil) palavras – o verbo *pedir* é o terceiro volitivo mais usado nas entrevistas.

O verbo *mandar* é também pouco freqüente nos gêneros textuais investigados. A média de uso desse verbo, em 10.000 (dez mil) palavras, é bem próxima nas entrevistas e nos artigos de opinião: 2,31 (duas vírgula trinta e uma) e 2,73 (duas vírgula setenta e três), respectivamente. A baixa recorrência de uso pode advir do fato de que os textos pesquisados foram produzidos por falantes com nível superior de escolaridade ou que ocupam papel de destaque ou prestígio na sociedade e que, portanto, reconhecem a idéia negativa associada ao uso desse verbo, substituindo-o por outro.

O verbo *desejar*, por sua vez, apresenta um uso quase inexpressivo nos dois gêneros pesquisados: ele é empregado menos de uma vez a cada 10.000 (dez mil) palavras. A razão para mantermos *desejar* entre os verbos estudados é justamente mostrar que, nos gêneros investigados, esse é um volitivo muito pouco usado.

As subseções seguintes apresentam quais foram as características identificadas nos usos de cada verbo e em quais estágios do contínuo *Verb-to-TAM* eles podem ser classificados. Por uma questão de espaço, serão mostrados apenas alguns exemplos da análise de cada verbo.

5.1.1 O VERBO *QUERER*

Verbo QUERER – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							
		A	B	C	D	E	F	G	Total
1	Apesar de termos 1,5 milhão de formados em administração pública e privada, nosso governo continua a ser gerido por gente sem a devida formação profissional em administração, no exercício ilegal da profissão de administrador público. É fácil identificá-los porque usam a palavra "gestão", e não "administração", termo criado por intelectuais franceses, que não são conhecidos por seus dotes administrativos, pelo contrário. Isso é um desperdício e um insulto ao 1,5 milhão de administradores formados e competentes que temos e que só <b>querem</b> uma chance de um dia mudar definitivamente este país. Edição 1992, <b>24/01/2007</b> .	0	0	0	1	0	0	0	1 <b>B</b>
		1	-	-	14	-	-	-	
2	Dilma propõe reduzir os juros, não para recuperar a capacidade de investimento do estado ou para gastar no social, que é o discurso usual daqueles que se opõem aos juros elevados. Ela <b>quer</b> reduzir os juros para poder "reduzir o custo do capital social das empresas". Edição 2000, <b>21/03/2007</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3 <b>D</b>
		1	3, 4	9 10 11	14	-	-	-	
3	Por tudo o que sabemos, o médio é o nível mais engasgado. Está no meio do caminho. Não sabe o que fazer com a diversidade crescente de alunos – que não sabem o que <b>querem</b> . Edição 2006, <b>02/05/2007</b> .	0	0	0	1	0	0	0	1 <b>B</b>
		1	-	-	14	-	-	-	
4	O grande divisor de águas é o que fazer com o lado profissional do ensino, versus o lado acadêmico. Ademais, alguns países oferecem vertentes mais fáceis e aplicadas (o que não <b>quer</b> dizer profissionalizantes) e vertentes mais acadêmicas e teóricas. Edição 2006, <b>02/05/2007</b> .	0	1	1	1	1	0	0	4 <b>E</b>
		-	4	8, 9, 12, 13	14 15 16	17	-	-	
5	Nos municípios, o que mais chama atenção é ver a qualidade fugir das capitais. De fato, poucas estão acima da média nacional. Curitiba é a melhor capital. Contudo, há mais de 400 municípios com educação melhor. Recentemente, ouvi depoimentos de diretoras de escolas da periferia de uma grande capital. A conflagração urbana domina a agenda. Discorreram sobre todas as desgraças e falaram de tudo, menos de educação. Se educação de qualidade não está na agenda delas, como poderíamos <b>querer</b> que se materializasse? Nem por milagre. Edição 2010, <b>30/05/2007</b> .	0	1	0	1	0	0	0	2 <b>C</b>
		1	5 6	-	14	-	-	-	

Verbo QUERER – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
6	Se o Congresso <b>quiser</b> retomar sua importância e dignidade, proponho uma série de discussões sobre os seguintes temas: (...). Edição 2020, <b>08/08/2007</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3, 4	7, 9, 10	14	-	-	-	<b>D</b>
7	A Fiesp <b>quer</b> redução de impostos sem reduzir despesas de saúde. Mas como? O custeio ABC permite uma inteligente forma de reduzir tributos. Negociar a redução de sal nos alimentos e biscoitos em troca da redução do imposto, por exemplo, algo que a Fiesp poderia fazer. Reduzir carcinogênicos em troca de redução do IPI do fumo. Imposto criado sem destinação é convite à malversação e à ganância e permite sonegação de serviços públicos acordados em lei. Edição 2045, <b>30/01/2008</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3	7	14	-	-	-	<b>D</b>
8	Não estou defendendo o desmatamento da Amazônia nem a poluição de nossos rios. A beleza das paisagens imaculadas me maravilha tanto quanto ao manifestante do Greenpeace. Mas há uma questão de prioridade e de foco. Nosso foco deve ser o bem-estar do brasileiro, antes daquele de outros países. Enquanto uma massa de brasileiros vive em condições subumanas, sinto-me moralmente impedido de defender a preservação do mico-leão-dourado. Se os países ricos <b>querem</b> que preservemos nossas florestas, que paguem por isso. Se querem evitar o desmatamento, por que não param de subsidiar os seus agricultores e passam a transferir renda para os nossos? Precisamos defender os nossos interesses e pensar na estratégia ambiental que interessa aos brasileiros. Edição 2053, <b>26/03/2008</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 5 6	7 11	14	-	-	-	<b>D</b>
9	Nos dias que correm, duelam o governo e o Senai. Mais uma tentativa de estatização? Ou de arrancar uma lasca do seu orçamento? O MEC <b>quer</b> ensinar ao "Sistema S" como operar suas escolas? Como as propostas não são escritas, fica tudo meio no ar. Disputa de poder com sindicatos patronais? Exumação tardia das controvérsias entre soluções privadas e públicas? Talvez os fatos iluminem as batalhas políticas e ideológicas. Edição 2067, <b>02/07/2008</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 4	7 9 10 11	14	-	-	-	<b>D</b>
10	[...] Com boas razões, o MEC <b>quer</b> temperar o Enem com um pouco mais de currículo. O equilíbrio do tempero é crítico. Currículo de mais, volta a ser vestibular de federal. E, de menos, deixa de orientar o ensino. Além disso, para que se reduza a margem de erro, é preciso aumentar o número de perguntas, mas isso é problema menor. Edição 2106, <b>01/04/2009</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 4	7 9 10 11	14	-	-	-	<b>D</b>

Verbo QUERER – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							
		A	B	C	D	E	F	G	Total
1	<b>Veja – Quais eram as especialidades dela? Alckmin</b> – Estrogonofe e macarronada. Uma delícia. O problema é que ela sempre <b>queria</b> tirar fotos dos pratos e eles acabavam esfriando. Edição 2014, <b>27/06/2007</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3, 4	9 10 11	14	-	-	-	<b>D</b>
2	<b>Veja – E agora, depois do que aconteceu, pensa em comprar um carro blindado novamente? Huck</b> – De forma alguma. No Rio, canso de ir para a Zona Sul passando pelo meio da Rocinha. Vou com o vidro aberto. Penso em continuar fazendo minha parte para ajudar o país. Só tem duas coisas que faço hoje na vida. Trabalho na Globo e no meu projeto social. Esse é meu foco. <b>Quero</b> viver neste país, que eu adoro. Claro que tenho condições de, se quiser, ir morar em Miami, com minha família. Mas não quero. Meu lugar é aqui. Edição 2029, <b>10/10/2007</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 4	9 10	14	-	-	-	<b>D</b>
3	<b>Veja – Tudo bem que o Brasil é o país do futebol, mas era preciso mesmo que doze governadores de estado e o presidente da República estivessem presentes ao anúncio oficial em Zurique? Teixeira</b> – Foi uma demonstração tácita de apoio governamental de todo o Brasil, independentemente de coloração política. Isso foi o melhor da nossa campanha. Ficou provado que o Brasil <b>quer</b> a Copa do Mundo. Para a Fifa era muito importante essa demonstração. [...] Edição 2034, <b>14/11/2007</b> .	0	0	1	1	0	0	0	2
		1	-	7	14	-	-	-	<b>C</b>
4	<b>Veja – Extinguir a CPMF não seria um bom começo? Mantega</b> – A CPMF é um tributo que onera pouco as operações e do qual dependem muito as políticas sociais. Por que não fazer melhor? Se <b>quisermos</b> que as empresas brasileiras possam competir em pé de igualdade com as estrangeiras, precisamos reduzir o custo da folha de pagamentos. Já temos uma proposta nesse sentido. Se a CPMF for aprovada, o governo anunciará, no dia seguinte, uma redução em etapas, para até 15%, da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos, hoje em 20%. Essa redução faz parte da proposta de reforma tributária que não foi enviada ao Congresso para não tumultuar o ambiente da CPMF. [...] Edição 2038, <b>12/12/2007</b> .	0	1	0	1	0	0	0	2
		1	3 5 6	-	14	-	-	-	<b>C</b>

Verbo QUERER – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							
		A	B	C	D	E	F	G	Total
5	<b>Veja – Mas o desgaste do Congresso não decorre só da questão política. Nos últimos anos, os escândalos se sucederam e o Legislativo pouco fez para punir os envolvidos. Essa aparente leniência com a corrupção não ajuda a construir uma boa imagem do Congresso... Garibaldi</b> – Essa leniência tira a autoridade do Legislativo. Hoje, o Congresso só <b>quer</b> atuar na fiscalização de outros poderes, através das CPIs, mas esquece que precisa antes fazer uma faxina dentro de casa. Por exemplo: precisamos ter coragem de encarar a opinião pública na questão dos subsídios, dos vencimentos dos parlamentares. Edição 2054, <b>02/04/2008</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 4	7 9 10	14	-	-	-	<b>D</b>
6	<b>Veja – Em sua avaliação, a absolvição do senador Renan Calheiros foi uma decisão correta dos senadores? Garibaldi</b> – A absolvição de Renan penalizou o Legislativo. Mas é uma questão difícil. Quero ter todo o cuidado de falar de uma pessoa que era colega. <b>Quer</b> dizer, é colega. Ele anda aparecendo menos, mas ainda está lá. Pelo coleguismo, todos têm cuidado, pensam muito antes de decidir. Eu até hoje não sei qual punição ele merecia. É difícil julgar um par, é um julgamento muito político. Eu tive duas posições. No primeiro julgamento, fui a favor da cassação. No segundo, fui contra. Esse tipo de julgamento é um dilema para o Legislativo. Mas, sem dúvida, prevaleceu mesmo a imagem da impunidade. Edição 2054, <b>02/04/2008</b> .	0	1	1	1	1	0	0	4
		-	4	8 9 12 13	14 15 16	17	-	-	<b>E</b>
7	<b>Como é a relação com os seus amigos que ainda nutrem admiração por figuras como Che Guevara e Hugo Chávez?</b> Eu não tenho amigos que gostam de Hugo Chávez, Che Guevara ou Fidel Castro. Simplesmente porque nunca tive amigos stalinistas. Eu tenho amigos que os trotskistas consideram pertencentes à direita feroz. Quando convido todos para uma mesma festa, começa um debate que, obviamente, nunca vai terminar. O debate político não deve impedir as pessoas de se tratar decentemente, mas a atividade intelectual pressupõe o exercício da crítica. Intelectuais que elogiam governos têm algum problema. Provavelmente <b>querem</b> um emprego. Edição 2085, <b>05/11/2008</b> .	0	0	0	1	0	0	0	1
		1	-	-	14	-	-	-	<b>B</b>
8	<b>O senhor é vaidoso?</b> A vaidade faz parte. Tenho cabeça de jornalista, entende? Se faço uma coisa boa, <b>quero</b> que as pessoas saibam e compreendam. Fazer o que ninguém entende não vale a pena. Por isso, adoto uma linguagem que torna minhas ações interessantes para a sociedade e para a mídia. Edição 2090, <b>10/12/2008</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 5 6	11	14	-	-	-	<b>D</b>

Verbo QUERER – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							
		A	B	C	D	E	F	G	Total
9	<b>As traições de Marcelo têm relação com o fato de que ele tinha quase trinta anos menos que a senhora?</b> Só diz isso quem se sente no direito de me julgar. Apareceram até uns psicanalistas para falar do caso da Susana Vieira, a sessentona que se casou com um jovem de 35 anos. Eles diziam que eu estava com um garoto. Por favor, quem tem 35 anos não é jovem nem garoto. Jovem é o Cauã Reymond ( <i>de 28 anos</i> ). Mais velho do que ele já é senhor. Sei o que estou dizendo. Antes de casar com o Marcelo, passei dezessete anos com o Carson Gardezabal. Quando nós começamos, ele tinha 24 anos e eu, 43. E quer saber? Sou mais jovem em curiosidade, energia e disposição do que o Marcelo e o Carson juntos. Não fico procurando garotão em porta de universidade, mas não tenho culpa se sou desejada por jovens. Edição 2095, 14/01/2009.	0	1	1	1	1	0	0	4 <b>E</b>
		1	4	9 10 12	14	17	-	-	
10	<b>O que a senhora aconselha a quem descobre que o filho tem TDA?</b> A primeira coisa é ver o grau de sofrimento dessa criança, o nível de desconforto. É preciso ir à escola conversar com professores, ouvir a babá. A partir daí, dar oportunidade à própria criança para que ajude no tratamento, participe. Tenho um paciente que enlouquecia a família. Depois de usar medicação por dois anos e ter uma melhora estupenda, ele disse: "Já tenho noção de como é meu cérebro funcionando da maneira que tem de ser e queria parar de tomar o remédio, tentar do meu jeitinho". Ele ganhou uma percepção de seu comportamento. Outra coisa que os pais devem entender é que ser justo em questão educacional não é tratar os filhos todos da mesma maneira. [...] Edição 2132, 30/09/2009.	0	1	1	1	0	0	0	3 <b>D</b>
		1	3 4	9 10	14	-	-	-	

O verbo *querer* foi usado 54 (cinquenta e quatro) vezes nos artigos de opinião e 148 (cento e quarenta e oito) nas entrevistas, em um total de 47 (quarenta e sete) textos pesquisados em cada gênero.

Entretanto, é importante ressaltar que as entrevistas pesquisadas são bem maiores, em número de palavras, do que os artigos de opinião. Enquanto as entrevistas, somadas, totalizam 90.687 (noventa mil, seiscentas e oitenta e sete) palavras, os artigos de opinião, somados, totalizam apenas 40.228 (quarenta mil, duzentas e vinte oito), o que equivale a menos da metade do número das entrevistas.

Como a quantidade de palavras é maior nas entrevistas, é natural que o verbo *querer* possa ser usado um maior número de vezes nesse gênero. Isso não significa, porém, que ele seja mais freqüente ou *tão* mais freqüente do que nos artigos de opinião, como sugere o resultado final (148 verbos nas entrevistas e 54 nos artigos de opinião). É necessário, portanto, observarmos a média de uso do verbo em cada um desses gêneros (cf. seção 5.1 desta dissertação).

Levantados esses dados, é possível constatar que a média de ocorrência de *querer*, a cada 10.000 (dez mil) palavras, é bem próxima nos dois gêneros: ele aparece cerca de 16,31 (dezesseis vírgula trinta e uma) vezes nas entrevistas e de 13,42 (treze vírgula quarenta e duas) vezes nos artigos de opinião.

O verbo *querer* é isoladamente o mais freqüente entre os seis volitivos estudados. O verbo *deixar*, que é o segundo mais freqüente no *corpus*, aparece menos da metade do número de vezes de *querer*. A alta freqüência desse verbo, se comparada a dos demais estudados do mesmo grupo semântico, pode indicar o início de uma trajetória de gramaticalização. O aumento da freqüência de uso de uma determinada forma, segundo Bybee (2003; 2007), é resultado de um aumento no número e nos tipos de contextos em que essa forma pode ocorrer. A alta freqüência de ocorrência, como explica a autora, é um fator que favorece e contribui para o desencadeamento do processo de gramaticalização.

Com relação ao sentido, o Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004) enumera cerca de vinte significados para o verbo *querer*. Em nosso *corpus*, os mais recorrentes verificados para esse verbo foram: *desejar* (na grande maioria dos casos); *pretender*; *ter a intenção de*; *tencionar*; *ter vontade de* e, em pouquíssimos casos, *ordenar* e *exigir*. No entanto, observamos que, predominantemente, um grupo de significados, e não apenas um,



pode ser atribuído a uma mesma ocorrência do verbo. Desse modo, torna-se difícil e, talvez, subjetivo, determinar com exatidão qual era o sentido pretendido pelo falante no momento da produção do texto. O trecho seguinte é um exemplo desse fato. Nele, podemos atribuir ao verbo *querer*, pelo menos, quatro significados: *desejar*, *pretender*, *ter a intenção de* e *ter vontade de*:

- (1) O que **quero** discutir aqui é a razão por trás da sua escolha, o raciocínio que determinou a decisão de postergar o cinema com os filhos. Você fez essa opção porque no fundo sabe que seus filhos o amam. E, porque o amam, eles entenderão. Sem dúvida, eles ficarão desapontados, mas não para sempre. Afinal, você conseguiu conciliar a agenda de cada um, só vai demorar mais um pouquinho. Edição 2053, 26/03/2008. (Artigo de opinião)

Há, ainda, alguns usos da construção *querer* + *dizer* (*quer dizer*) com o sentido de *significar* e um uso dessa construção como marcador discursivo. *Quer dizer* (*significar*) ocorre 4 (quatro) vezes nos artigos de opinião e 6 (seis) nas entrevistas. O único uso como marcador discursivo é também das entrevistas e tem a função de retificar o que havia sido dito. Os trechos seguintes exemplificam esses casos:

- (2) O grande divisor de águas é o que fazer com o lado profissional do ensino, versus o lado acadêmico. Ademais, alguns países oferecem vertentes mais fáceis e aplicadas (o que não **quer dizer** profissionalizantes) e vertentes mais acadêmicas e teóricas. Edição 2006, 02/05/2007. (Artigo de opinião. Uso de *quer dizer* com sentido de *significar*)
- (3) Veja – *Em sua avaliação, a absolvição do senador Renan Calheiros foi uma decisão correta dos senadores?* Garibaldi – A absolvição de Renan penalizou o Legislativo. Mas é uma questão difícil. Quero ter todo o cuidado de falar de uma pessoa que era colega. **Quer dizer**, é colega. Ele anda aparecendo menos, mas ainda está lá. [...]. Edição 2054, 02/04/2008. (Entrevista. Uso de *quer dizer* como marcador discursivo)

O uso do verbo *querer* em construções desse tipo está bastante consolidado e alguns autores, como Dias (2007), por exemplo, já trataram a respeito de *quer dizer* como um item em processo de gramaticalização. De fato, o resultado de nossas análises aponta que o verbo *querer*, nessas construções, apresenta vários traços de auxiliaridade e, de acordo com a proposta de Heine (1993), ele pode ser classificado no Estágio E do contínuo *Verb-to-TAM*.

É interessante destacar que o verbo *querer*, em nosso *corpus*, apresentou usos que o classificam entre os estágios B e E no contínuo *Verb-to-TAM*. Não foram identificados usos que nos permitissem classificar esse verbo no Estágio A (em que os itens verbais são considerados plenos) e nem nos Estágios F e G (nos quais o item verbal já se tornou um afixo ou flexão). Portanto, o Estágio E refere-se ao estágio mais avançado em que se encontra o

verbo *querer* e é justamente nele que estão *todas* as ocorrências de *quer dizer* (com sentido de *significar* ou como marcador discursivo).

Por conseguinte, podemos inferir que, de modo geral, é nessas construções (*quer dizer*) que o verbo *querer* apresenta um maior número de características de auxiliaridade, dentre aquelas propostas por Heine (1993). As características verificadas foram:

- (a) O uso do verbo com complemento não-finito (neste caso, com o infinitivo *dizer*);
- (b) A perda de conteúdo lexical;
- (c) A forte associação entre os dois verbos (*quer + dizer*), que não podem mais ser separados por um outro elemento;
- (d) A perda, por parte do verbo, da capacidade de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo;
- (e) O verbo e o complemento representam um só unidade semântica (*quer + dizer = significar*, em alguns contextos);
- (f) O verbo *querer*, neste caso, não apresenta mais um substantivo como complemento;
- (g) O verbo apresenta como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita: ele aceita apenas o infinitivo, e nunca o gerúndio ou o particípio.

Nos dados das entrevistas, há dois casos com o uso de *querer + saber* (*quer saber*) com o sentido de “interessar-se” ou “importar-se”. O uso de *querer* nesse tipo de construção foi também detectado por Cezario (2001). A autora explica que, porém, ao contrário do que acontece com *quer dizer*, em *quer saber* os verbos *querer* e *saber* ainda estão independentes:

- (4) [É nas favelas que o tráfico impõe a lei do silêncio, exige que as pessoas durmam com os portões abertos, obriga moradores a esconder uma arma em casa ou a abrigar o próprio criminoso lá dentro. O pior é que a permanência dessa situação é favorecida, em parte, por cidadãos comuns, que às vezes nem se dão conta de que seus atos beneficiam os criminosos]. Veja – *Que atos?* Beltrame – Vou dar um exemplo. Um cidadão está numa festa cheirando cocaína, chega à rua e vê que seu carro foi roubado. Ele vai à delegacia reclamar, mas não ***quer saber*** que roubaram o carro dele para vender as peças e comprar pó. [...] Edição 2032, 31/10/2007. (Entrevista. Uso de *quer saber* com o sentido de “interessar-se”, “importar-se”).
- (5) Veja – *Outra crítica que se faz é que o Ministério da Fazenda se tornou tolerante à inflação ao defender, neste ano, a meta de 4,5% para 2008 e 2009, um índice superior à inflação que já existia.* Mantega – [...] Como podem dizer que defendo a inflação se ela hoje é inferior à da era Palocci? O controle da inflação independe de grupos políticos. Se no futuro for eleito um presidente irresponsável, ele terá de se submeter a regras consolidadas ou será “impichado”. Ninguém ***quer mais saber*** de déficit público ou de inflação. Edição 2038, 12/12/2007. (Entrevista. Uso de *quer mais saber* com o sentido de “interessar-se”, “importar-se”).

Nos dados dos artigos de opinião, foram encontradas três ocorrências em que o verbo *querer* parece sofrer um esvaziamento semântico, passando a fazer parte de uma construção maior em que o sentido original do verbo não é plenamente identificável, como se verifica em (6), (7) e (8). No entanto, optamos por não analisar o verbo *querer* nessas construções, tendo em vista se tratar de expressões aparentemente cristalizadas:

- (6) O outro papel do médio é preparar para o ensino superior. No fundo, significa ceder à pressão para aprender *o que quer que seja* pedido nos vestibulares. Edição 2006, 02/05/2007.
- (7) No centro da corrupção à brasileira existe uma indecisão cultural (ou moral, se quiserem) entre duas éticas que operam em qualquer sistema social. A primeira é a ética particularista da casa, dos amigos e da família, que manda proteger, ignorar, relevar, condescender e perdoar o ofensor (corrente em sociedades tribais e arcaicas); a outra é a ética universalista da rua (ou do mundo público), que demanda, ao contrário, tratar com isenção ou igualdade, aquilatar a gravidade da ofensa, trazer a público o ofensor e punir adequadamente *quem quer que tenha* cometido o delito. Edição 2021, 15/08/2007.
- (8) Essas teses, como de costume, são apenas frutos da verborragia dos "pesquisadores" que as produzem. Não vêm embasadas por nenhuma tentativa de comprovação quantitativa – até porque a maioria de seus autores se confunde com qualquer operação matemática ou estatística que requeira sofisticação maior do que calcular o troco do táxi e costuma, convenientemente, mascarar essas deficiências sob um discurso ideológico segundo o qual a própria quantificação, *do que quer que seja*, seria uma vitória da superestrutura neoliberal, mercantilista. É pena, porque essa teoria – de que o capitalismo requer a falta de educação, ou a educação de baixa qualidade – é facilmente conversível em uma hipótese testável. Edição 2060, 14/05/2008.

No que se refere aos estágios do contínuo *Verb-to-TAM*, a análise dos dados indicou os seguintes resultados para o verbo *querer*:

	Estágio <b>A</b>		Estágio <b>B</b>		Estágio <b>C</b>		Estágio <b>D</b>		Estágio <b>E</b>		Estágio <b>F</b>		Estágio <b>G</b>	
	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%
<b>Artigos de opinião</b>	0	-	10	18,51	2	3,7	38	70,37	4	7,40	0	-	0	-
Classificação	-		2º		4º		1º		3º		-		-	
<b>Entrevistas</b>	0	-	25	16,89	17	11,48	95	64,18	11	7,43	0	-	0	-
Classificação	-		2º		3º		1º		4º		-		-	

Tabela 7: Resultado da classificação do verbo *querer* no contínuo *Verb-to-TAM*.

A tabela 7 mostra a porcentagem dos dados em cada um dos estágios e a ordem de classificação dos resultados, ou seja, qual dos estágios é o 1º, o 2º, o 3º ou o 4º no índice de ocorrência de dados.

O gráfico 1 apresenta, de forma comparativa, os estágios em que foram classificados os dados com o verbo *querer* nos artigos de opinião e nas entrevistas:

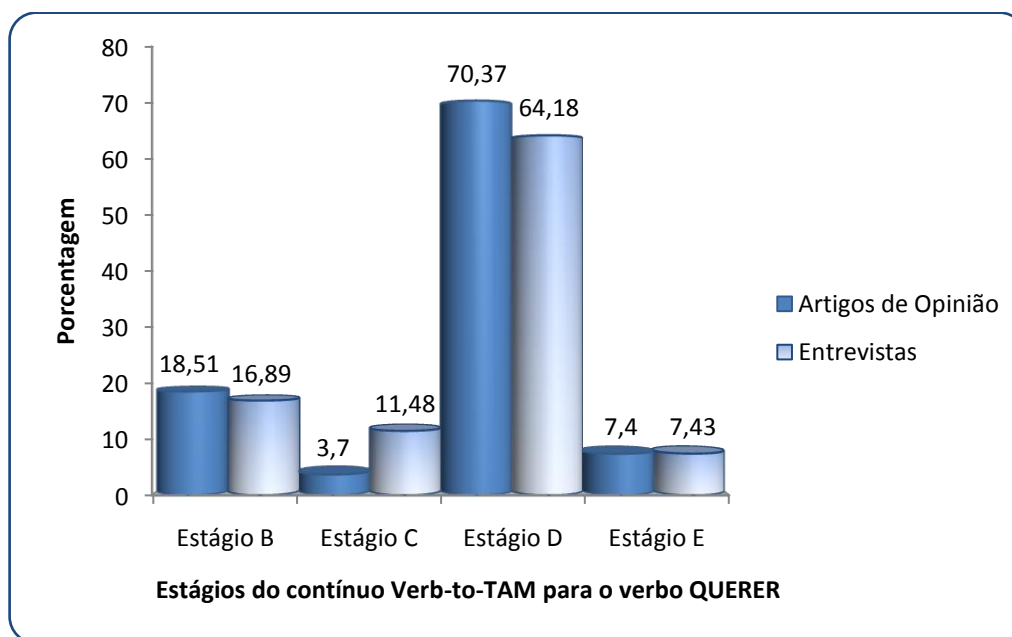


Gráfico 1: Estágios do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *QUERER*.

Como é possível observar, com base na tabela 7 e no gráfico 1, o Estágio D é o que registra o maior índice. Mais da metade das ocorrências do verbo *querer*, nos dois gêneros, foi classificada nesse estágio, com percentuais relativamente próximos.

No Estágio D, segundo Heine (1993, p.61), estão os verbos normalmente referidos pelos gramáticos como “defectivos”, ou seja, a característica mais marcante desses verbos é o seu status “deategorizado”. Para Heine (1993), um verbo com status deategorizado, tipicamente, tende a perder sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de *ficar na voz passiva*.

No caso do verbo *querer*, deparamo-nos com uma situação especial: esse verbo, originalmente, não admite apassivação com equivalência semântica. Ou seja, não se trata de ter iniciado ou não um processo de gramaticalização. Antes disso, é característica de *querer* não aceitar a transformação para a voz passiva sem alteração de sentido. Lobato (1975, p. 48) já havia observado esse fato ao afirmar que com os “modais de volição”, entre eles o *querer*,

“a incidência sobre uma passiva é possível, mas não há possibilidade de colocar o enunciado na ativa conservando o mesmo conteúdo semântico”, como acontece em “Você quer ser contratado por eles”/ “Eles querem contratar você”, que não formam orações semanticamente correspondentes.

Haury (1983, p.181-182), ao tratar da conversão de vozes, afirma que:

[...] nem sempre há perfeita correspondência entre diferentes estruturas de vozes de um mesmo verbo, e não se deve, também, entender a conversão da ativa para a passiva como uma transformação estrutural comum a todos os verbos transitivos diretos. [...] há casos, por exemplo, de verbos transitivos diretos, não denotativos de ação, cuja conversão é absolutamente teórica e forjada.

Considerando as orações “Possuo alguns exemplares dessa obra”, “O povo *quer* reformas” e “A criança tem brinquedos”, *seriam construções extravagantes e, sem dúvida, não equivalentes às anteriores*, se identificássemos como suas passivas as estruturas: “Alguns exemplares dessa obra são possuídos por mim.”, “Reformas *são queridas* pelo povo” e “Brinquedos são tidos pela criança” (grifos nossos).

Diante disso, defrontamo-nos com dois caminhos possíveis, mas opostos:

- (a) assumir que a impossibilidade de apassivação com equivalência semântica é uma propriedade inerente ao verbo *querer* e que não se trata, necessariamente, de um indício de auxiliaridade. Nesse caso, deixaríamos de atribuir pontuação a essa característica durante a análise (característica 14 do Estágio D), ou
- (b) assumir que, justamente por ser essa uma propriedade inerente e, portanto, constante e própria do verbo em questão, a impossibilidade de apassivação com equivalência semântica não poderia ser desconsiderada. Ou seja, admitiríamos essa como uma característica *fixa* do verbo *querer* e que, por conseguinte, deveria ser pontuada em *todos* os dados, independentemente de haver ou não complemento e do tipo de complemento.

Optamos, mesmo diante dos riscos, pela segunda possibilidade. Com isso, a característica número **14** do Estágio D (O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva) foi marcada em todas as ocorrências do verbo *querer*.

O Estágio B é o segundo com o maior número de registros, tanto nos artigos de opinião como nas entrevistas. Também nesse estágio, os dois gêneros apresentaram números que se

aproximam. É interessante ressaltar, porém, que entre o primeiro e o segundo estágios com maior índice – D e B, respectivamente –, há uma considerável distância em termos de valor percentual e o Estágio D é, isoladamente, aquele que mais representa a forma como o verbo *querer* tem sido usado pelos falantes do português brasileiro nos gêneros investigados.

Outra questão deve ainda ser observada com relação aos estágios B e D: o Estágio B, de acordo com Heine (1993), é aquele em que começa a auxiliaridade. No entanto, no Estágio B, os verbos ainda são considerados plenos. Por outro lado, no Estágio D, os verbos já apresentam vários traços de auxiliar. Ou seja, com base nos resultados, podemos inferir que, conquanto o verbo *querer* esteja, em muitos casos, sendo usado como algumas características de auxiliaridade (Estágio D), ele mantém outros usos como verbo pleno (Estágio B). Conforme Heine (1993), esse é um fato plenamente viável. O autor explica que os verbos podem combinar, simultaneamente, mais de um estágio ao longo do contínuo *Verb-to-TAM*, o que significa que eles ora são usados como verbos principais, ora são usados como verbos com valor mais gramatical.

Por fim, nos dois gêneros, os resultados indicaram um pequeno, mas significativo, percentual de dados que podem ser classificados nos Estágios C e E. O Estágio E foi o mais alto, dentro do contínuo *Verb-to-TAM*, alcançado pelo verbo *querer*.

A alta concentração de dados no Estágio D, intermediário no contínuo *Verb-to-TAM*, além de consideráveis porcentagens nos Estágios B, C e E, aponta que o verbo *querer* tem sido recorrentemente utilizado com algumas características de auxiliaridade verbal. Isso não indica, porém, que ele percorrerá todo o contínuo e chegará ao Estágio G. Como notou Heine (2003), nem todos os casos de gramaticalização avançam até o último estágio e, muitas vezes, pode ser que o item lexical, neste caso o verbo, se detenha em algum dos estágios intermediários.

Deve-se considerar, ainda, que esta análise restringe-se particularmente a textos produzidos por falantes com nível superior de escolaridade ou que ocupam posição de prestígio ou destaque na sociedade e que, portanto, apresentam ou buscam demonstrar certo domínio da língua, o que confere certa formalidade aos textos e pode interferir nos resultados. Uma pesquisa com falantes de outros níveis de escolaridade, com textos produzidos em outros gêneros e veiculados em outros meios que não a revista, pode, certamente, apontar outros resultados.

Com relação às características pontuadas em cada estágio, o verbo *querer*, nos artigos de opinião e nas entrevistas, mostrou os resultados descritos na tabela 8:

Estágio	Características		Porcentagem apresentada			
			Artigos de opinião		Entrevistas	
			APLIC	%	APLIC	%
<b>A</b>	01	O verbo apresenta significado lexical completo.	50	92,59%	139	93,91%
	02	O complemento do verbo é um objeto concreto.	3	5,55%	4	2,70%
<b>B</b>	03	O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade.	35	64,81%	100	67,56%
	04	Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio.	36	66,67%	90	60,81%
	05	O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico.	3	5,55%	12	8,10%
	06	O complemento consiste de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita.	3	5,55%	14	9,45%
<b>C</b>	07	O sujeito não é um referente humano.	18	33,33%	16	10,81%
	08	O verbo expressa apenas as noções de tempo, aspecto ou modo (ou seja, começa a perder conteúdo lexical).	4	7,40%	7	4,73%
	09	O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita. Ainda que o complemento seja um substantivo, é provável que ele se refira a uma atividade ou denote um evento.	34	62,96%	80	54,05%
	10	O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico.	35	64,81%	88	59,46%
	11	O verbo e o seu complemento referem-se ao mesmo tempo.	31	57,40%	36	24,32%
	12	A capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo (" <i>TAM distinctions</i> ") é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica.	4	7,40%	8	5,40%
	13	O verbo e o complemento representam uma só unidade semântica.	2	3,70%	7	4,73%
<b>D</b>	14	O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva.	54	100%	148	100%
	15	O verbo não apresenta mais um substantivo como complemento.	4	7,40%	7	4,73%
	16	O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita.	3	5,55%	7	4,73%
<b>E</b>	17	O item verbal perde sua capacidade de ser negado.	3	5,55%	12	8,10%
	18	Os processos de <i>erosão</i> e de <i>clitização</i> começam a ser desencadeados e, como efeito, o verbo, além de perder substância fonológica, perde também seu <i>status</i> de palavra.	0	0	0	0
<b>F</b>	19	O complemento do verbo passa a ser interpretado como verbo principal.	0	0	0	0
	20	O <i>status</i> do item verbal muda de clítico para afixo.	0	0	0	0

<b>G</b>	21	O verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical incapaz de apresentar tom ou intensidade. O que era um afixo no Estágio F torna-se agora uma flexão.	0	0	0	0
----------	----	--	---	---	---	---

Tabela 8: Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *QUERER*.

No Estágio A, a característica de número **1** (O verbo apresenta significado lexical completo) é a mais pontuada pelo verbo *querer* nos gêneros investigados. Lobato (1975), em seus estudos, já havia ressaltado que o verbo *querer*, independentemente de ser seguido de uma forma verbal ou nominal, mantém sempre toda a sua carga sêmica. Isso se confirma na maior parte dos dados do nosso *corpus*, sendo exceções, apenas, os usos de *quer dizer* com o sentido de *significar* e como marcador discursivo e nas construções do tipo *o que quer que seja* e *quem quer que tenha*. Cezario (2001), tratando também sobre o verbo *querer*, afirma que, em suas análises, o sentido desse verbo manteve-se preservado, embora ele apresente usos bastante adiantados no processo de gramaticalização.

No Estágio B, para os dois gêneros, as porcentagens maiores se concentram nas características de número **3** (O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade) e **4** (Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complementos verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio). A única forma nominal que acompanha o verbo *querer*, em nosso *corpus*, é a infinitiva. O uso de *querer* seguido de infinitivo acontece em 66,67% (sessenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) dos dados dos artigos de opinião e em 60,81% (sessenta vírgula oitenta e um por cento) dos dados das entrevistas.

No Estágio C, para os dois gêneros, as características mais pontuadas foram as de número **9** (O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita), **10** (O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico) e **11** (O verbo e seu complemento referem-se ao mesmo tempo). A característica de número 11, nos artigos de opinião, apresentou mais do que duas vezes o percentual registrado nas entrevistas.

A característica **7** (O sujeito não é um referente humano), também do Estágio C, mostrou-se três vezes mais recorrente nos artigos de opinião do que na entrevistas. Uma das justificativas pode ser o fato de que, nos artigos de opinião, os autores dos textos expõem suas reflexões a respeito não somente de pessoas, mas, sobretudo, de instituições, países, eventos, etc., e acabam atribuindo a esses referentes não-humanos vontades e atitudes com relação às situações como, por exemplo, em *O MEC quer ensinar...*, *A ONG quis institucionalizar...*, etc.



Lobato (1975) assevera que alguns verbos, como o *querer*, apresentam restrição de sujeito e, segundo a autora, só se relacionam com sujeitos [*animados*], [*potentes*] e [*humanos*]. No entanto, como mostram nossos resultados, esse verbo, em muitos casos, não oferece mais essa restrição:

- (9) [...] Dizem que quero aparecer, mas o fato é que ninguém lê o *Diário Oficial*. A mídia **quer** notícia? Eu dou notícia. Edição 2090, 10/12/2008. (Entrevista. Uso de *querer* com sujeito não-humano)

Em situações cotidianas, inclusive, é comum utilizarmos o verbo *querer* com sujeitos [*– animados*], [*– potentes*], [*– humanos*], como acontece em “A TV não quer ligar” ou “A porta não quer abrir”, o que demonstra que esses são traços cada vez mais comuns para esse verbo.

No Estágio D, para os dois gêneros, a característica de número **14** (O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva) foi atribuída a todos os dados, já que o verbo *querer* não admite apassivação com correspondência de sentido.

Embora o verbo *querer* só admita como complemento não-finito o infinitivo, a característica **16** (O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita) do Estágio D foi marcada apenas para os usos da construção *quer dizer* com o sentido de *significar* e como marcador discursivo, pois entendemos que, nos demais casos, o verbo *querer*, ainda que esteja seguido de infinitivo, pode aceitar como complemento, também, um substantivo. É diferente do que acontece com *quer dizer*, que já se tornou uma construção fixa na qual *querer* é, obrigatoriamente, seguido de infinitivo e não de qualquer outro complemento.

No Estágio E, a única característica pontuada para os dois gêneros foi a de número **17** (O item verbal perde sua capacidade de ser negado). Esse traço foi atribuído, na maioria dos casos, às construções do tipo *quer dizer*, que não podem ser separadas por negação.

Os dados com o verbo *querer*, nos dois gêneros – artigo de opinião e entrevista – não apresentaram características dos Estágios F e G.

## 5.1.2 O VERBO MANDAR

Verbo MANDAR – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
1	Imaginemos que a Aerospatiale resolvesse criar um programa para apoiar as escolas básicas francesas. O ministro da Educação <b>mandaria</b> confiscar a Légion d'Honneur do presidente, por demência. Em sistemas educativos consolidados, as empresas não precisam se meter na educação básica. Na América Latina, é o caso da Argentina e do Uruguai. Nos Estados Unidos, as empresas defendem a educação no cenário político. Contudo, em países de educação atrapalhada, como o nosso, o empresariado tenta ajudar, trilhando outros caminhos. Edição 1994, <b>07/02/2007</b> .	0	1	0	0	0	0	0	1
		1	3 4 5	-	-	-	-	-	<b>B</b>
2	Infelizmente, vocês terão de agradar aos dois primeiros tipos de professor repetindo o passado que eles querem ouvir, senão não serão aprovados. Mas aproveitem os próximos quatro ou cinco anos procurando e prestigiando os professores criativos, aqueles que de fato pesquisam o futuro e não somente o passado, e juntos criem o conhecimento para resolver os problemas atuais do Brasil, e <b>mandem-nos</b> para mim ou coloquem na internet. Edição 1996, <b>21/02/2007</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
3	As autoridades dão às escolas muita autonomia para operar. Há forte liderança do diretor ("a escola tem a cara do diretor"). Ele <b>manda</b> . É um real gerente, estando livre para se mover. Mas deve atingir as metas estabelecidas, e seu desempenho é avaliado com rigor. Quase não é preciso dizer: nem sua indicação é moeda de troca na política nem ele é eleito pelos seus pares. Edição 2002, <b>04/04/2007</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
4	Durante a longa espera, uma gravação pede: "Favor digitar o número do seu cartão de crédito, o número do seu protocolo de reclamação, o seu CEP, CPF e RG, bem como o nome completo de solteira da sua mãe". Só que a primeira voz humana que aparece pede para eu repetir tudo novamente. Quem <b>manda</b> obedecer a uma gravação? Edição 2004, <b>18/04/2007</b> .	0	1	0	0	1	0	0	2
		-	3, 4, 5	-	-	17	-	-	<b>C</b>

Verbo MANDAR – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
5	3. O povo seria ouvido, finalmente. Os "poderosos" não mais <b>mandariam</b> lobistas para representá-los nem apresentariam suas propostas às escondidas. Todos teriam de relatar seus problemas e expor as soluções em público, diante das câmeras de TV. Edição 2020, <b>08/08/2007</b> .	0	1	0	0	0	0	0	1
		1	3, 5, 6	-	-	-	-	-	<b>B</b>
6	No centro da corrupção à brasileira existe uma indecisão cultural (ou moral, se quiserem) entre duas éticas que operam em qualquer sistema social. A primeira é a ética particularista da casa, dos amigos e da família, que <b>manda</b> proteger, ignorar, relevar, condescender e perdoar o ofensor (corrente em sociedades tribais e arcaicas); a outra é a ética universalista da rua (ou do mundo público), que demanda, ao contrário, tratar com isenção ou igualdade, aquilatar a gravidade da ofensa, trazer a público o ofensor e punir adequadamente quem quer que tenha cometido o delito. Edição 2021, <b>15/08/2007</b> .	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3 4 5	7	-	-	-	-	<b>C</b>
7	Observamos também que o legislador seiscentista era mais sagaz do que boa parte dos de hoje. Nas <i>Ordenações Filipinas</i> se eliminam as motivações para queimar a terra. Se ela pegasse fogo, não poderia ser usada:  "E porque alguns, por caçarem nas queimadas, ou fazerem carvão ou pastarem com seus gados, põem escondidamente fogo nos matos, para se poderem aproveitar das queimadas, e porque não se sabem quem o fez, não são castigados, <b>mandamos</b> que pessoa alguma não cace em queimada, do dia que foi posto fogo, de que seguiu algum dano, a trinta dias, nem entre nelas a pastar com seu gado até a Páscoa florida, e carvoeiro algum não faça dela carvão, até dois anos." Edição 2043, <b>16/01/2008</b> .	0	1	0	0	0	0	0	1
		1	3 5 6	-	-	-	-	-	<b>B</b>
8	Uma mãe, ouvida em um grupo focal no estudo da Unesco, descreveu da seguinte forma a tentativa de ajudar o filho no dever de casa: "A professora <b>mandou</b> uma lição para o meu filho. Tinha a zebra, o desenhinho da zebra na palavra. Daí era pra ele achar cinco palavras com as duas primeiras letras de zebra e cinco com as duas últimas. Eu olhei revista, jornal e não consegui achar as cinco palavras com Z nem as cinco com B. Achei duas de cada! Começa a embaralhar, sabe? Não consigo". Note que a dificuldade da mãe com a escrita é tão grande que, além de não conseguir identificar a letra que procura, ela procura a letra errada: "B" não faz parte das duas primeiras ou das duas últimas letras de "zebra". Edição 2068, <b>09/07/2008</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1 2	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>

Verbo MANDAR – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
9	[...] Há duas semanas, por exemplo, uma pesquisa do Udemo indicou que 86% das escolas de São Paulo haviam sofrido algum tipo de violência em 2007. O que é o Udemo? Qual a metodologia da pesquisa? Os dados são confiáveis? Uma simples passada de olhos sugeriria muita cautela. Afinal, a instituição é o sindicato de especialistas de educação do magistério oficial do estado de São Paulo. Não há explicação sobre a metodologia da pesquisa em seu site, apenas a menção de que, das 5 300 escolas consultadas, só 683 <b>mandaram</b> respostas. "Os demais diretores não responderam por motivos vários, entre os quais, provavelmente, o excesso de trabalho." Um levantamento imparcial, vê-se. Edição 2089, <b>03/12/2008</b> .	0	0	1	0	0	0	0	1
		1 2	-	7	-	-	-	-	<b>B</b>
10	A grande dúvida é a adesão das universidades públicas. Vivemos em um país em que os impostos são transferidos às universidades públicas, mas o órgão encarregado de zelar pelo seu bom uso, o MEC, está proibido pela Constituição de dar palpites nesse assunto (não haveria espaço aqui para uma discussão responsável sobre autonomia). Nisso, a universidade federal é dona do seu nariz; portanto, o MEC não pode <b>mandar</b> que use o seu novo vestibular (embora possa azucrinar infinitamente, com suas armadilhas burocráticas). Para não ser refém delas, a adesão será voluntária. Edição 2106, <b>01/04/2009</b> .	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3 5 6	7	-	-	-	-	<b>C</b>



Verbo MANDAR – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
4	<p><b>Veja – O senhor foi relator da CPI dos Bingos, que desvendou uma série de escândalos no governo. Como o senhor avalia a corrupção no Executivo? Garibaldi</b> – O governo Lula foi muito frágil com a corrupção. Adotou uma política, para mim errada, de dizer que ninguém errou, que os corruptos foram vítimas de complôs, de circunstâncias. Sempre criando atenuantes. E se você cria atenuante cria impunidade. O próprio presidente adotou essa política muito compassiva com os auxiliares. Se o presidente não pune, não <b>manda</b> apurar, abre a porta para mais corrupção. Lula deveria ter cortado o mal pela raiz. Como não cortou, ficou sem condição de debelar a corrupção. Edição 2054, <b>02/04/2008</b>.</p>	0	1	0	0	0	0	0	1
		1	3 4 5	-	-	-	-	-	<b>B</b>
5	<p><b>Veja – Lula delega muitas funções ou é centralizador? Gilberto</b> – Aquela visão que havia de que José Dirceu ou Palocci <b>mandavam</b> no governo é equivocada. Ele é um sujeito que controla tudo com mão-de-ferro o tempo todo. O presidente concentra muito o poder, quer ver a coisa acontecer, usa bastante o telefone. Na mesa dele há um computador com notícias on-line. É só ele ler alguma coisa para ir para cima dos assessores, dos ministros. Edição 2067, <b>02/07/2008</b>.</p>	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
6	<p><b>O que o senhor quer dizer com "fazer a sua parte"?</b> Obedecer rigorosamente ao oncologista. Seguir as ordens à risca. Pego todos os meus tumores em estado incipiente. Isso, aliás, todo mundo deveria saber: o fator mais importante no tratamento do câncer é o diagnóstico precoce. Tanto que pedi ao ministro José Gomes Temporão, da Saúde, para instalar na rede do SUS um aparelho chamado PET, que faz imagens da cabeça aos pés do paciente. Por menor que seja o tumor, ele detecta. É caro, mas temos de fazer um esforço. Porém, como eu digo, vice não <b>manda</b>, vice apenas pede. Edição 2074, <b>20/08/2008</b>.</p>	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
7	<p><b>Os catarinenses reclamam de atrasos na liberação de recursos para as vítimas da enchente.</b> Não houve. Mandamos imediatamente para Santa Catarina comida, colchões, barracas... Eles estão reclamando do atraso do dinheiro para a reconstrução do estado, mas o problema se deve ao governo estadual e aos municipais. Preciso que eles enviem os documentos necessários. Não <b>mando</b> verba pública por telefone. Não faço festa da galinha gorda com dinheiro público: jogar para cima e quem quiser que pegue. Em momentos como este, sempre aparecem oportunistas querendo se projetar em cima da desgraça alheia. Edição 2091, <b>17/12/2008</b>.</p>	0	0	0	0	0	0	0	0
		1 2	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>



O verbo *mandar* foi usado 11 (onze) vezes nos artigos de opinião e 21 (vinte e uma) vezes nas entrevistas. A média de uso desse verbo, a cada 10.000 (dez mil) palavras, é bem próxima nos dois gêneros: 2,73 (duas vírgula setenta e três) vezes nos artigos de opinião e 2,31 (duas vírgula trinta e uma) nas entrevistas.

Entre os seis volitivos estudados, *mandar* é um dos menos frequentes. Atrás dele estão apenas os verbos *desejar* e *exigir*, nas entrevistas, e *desejar*, nos artigos de opinião, que são ainda menos recorrentes. No que se refere à frequência de uso, portanto, o verbo *mandar* se comporta como um verbo pleno.

A baixa frequência de *mandar* pode ser justificada pela escolaridade ou cultura dos falantes: todos os artigos de opinião foram escritos por pessoas com nível superior de estudo. Nas entrevistas do *corpus*, os entrevistados são apresentados pela revista pela profissão (advogado, psiquiatra, sociólogo, etc.), papel ou função que desempenham na sociedade (socialite, apresentador, atriz, etc.), portanto, em todos os casos, depreende-se que eles tenham um bom nível cultural ou de escolaridade. Partindo dessa premissa, é possível supor que esses falantes reconheçam a idéia negativa associada ao verbo *mandar* e, por essa razão, o substituam por outros que denotem certa educação e/ou polidez (como *pedir*, *solicitar* ou *requerer*).

Cezario (2001), observando o fator extralingüístico “escolaridade”, em sua análise sobre o verbo *mandar*, também constatou este fato: os falantes menos escolarizados tendem a utilizar mais o verbo *mandar*. Ao comparar os resultados das séries iniciais e do terceiro grau em suas amostras, Cezario (2001) verificou que as crianças usam cinco vezes mais o verbo *mandar* do que os adultos pertencentes ao terceiro grau de ensino. O motivo da alta frequência por parte das crianças, como explica a autora, é o inverso daquele que detectamos nos falantes de nosso *corpus*: elas *não compreendem* a idéia negativa atribuída ao verbo *mandar* e, por isso, não utilizam determinadas estratégias de polidez que as permitiriam substituir *mandar* por outro manipulativo.

O Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004) lista mais de dez sentidos para o verbo *mandar*. Entre esses, os identificados em nosso *corpus* foram: a) *exigir que se faça, ordenar e determinar*; b) *enviar*; c) *preceituar, determinar*; d) *exercer o mando*; e) *ter autoridade sobre* e f) *comandar*. Os usos mais recorrentes, porém, referem-se aos sentidos de “*exigir que se faça, ordenar e determinar*” e “*enviar*”:



- (1) A grande dúvida é a adesão das universidades públicas. Vivemos em um país em que os impostos são transferidos às universidades públicas, mas o órgão encarregado de zelar pelo seu bom uso, o MEC, está proibido pela Constituição de dar palpites nesse assunto (não haveria espaço aqui para uma discussão responsável sobre autonomia). Nisso, a universidade federal é dona do seu nariz; portanto, o MEC não pode **mandar** que use o seu novo vestibular (embora possa azucrinar infinitamente, com suas armadilhas burocráticas). Para não ser refém delas, a adesão será voluntária. Edição 2106, 01/04/2009. (Artigo de opinião. Uso de *mandar* com o sentido de *exigir que se faça, ordenar e determinar*).
- (2) *Os catarinenses reclamam de atrasos na liberação de recursos para as vítimas da enchente.* Não houve. **Mandamos** imediatamente para Santa Catarina comida, colchões, barracas... Eles estão reclamando do atraso do dinheiro para a reconstrução do estado, mas o problema se deve ao governo estadual e aos municipais. [...]. Edição 2091, 17/12/2008. (Entrevista. Uso de *mandar* com o sentido de *enviar*).

A tabela 9 mostra como os sentidos para o verbo *mandar* se distribuem entre os dados:

Mandar:	Artigos de Opinião		Entrevistas	
	APLIC	%	APLIC	%
Exigir que se faça, ordenar e determinar	4	36,36%	8	38,09%
Enviar	4	36,36%	9	42,85%
Preceituar, determinar	1	9,09%	-	0
Exercer o mando	1	9,09%	2	9,52%
Ter autoridade sobre	-	0	1	4,76%
Comandar	-	0	1	4,76%

Tabela 9: Porcentagens dos sentidos atribuídos ao verbo *MANDAR* nos artigos de opinião e nas entrevistas.

O uso predominante de *mandar* significando *enviar* talvez possa ser também justificado pelo nível de estudo ou de cultura dos falantes do *corpus*. Entre os sentidos encontrados para o verbo *mandar* nos artigos e nas entrevistas, *enviar* é o que menos denota o valor de exigência, ordem, poder ou controle. Assim, o conceito negativo que se atribui a *mandar*, nas outras acepções, não está presente em *enviar*, que, por conseguinte, pode ser usado mais freqüentemente pelos falantes sem o receio de incorrer em aparente arrogância.

Em todas as ocorrências, o verbo *mandar* apresentou significado lexical completo, com uso em uma das acepções já apresentadas aqui. Há, porém, uma única exceção encontrada entre os dados dos artigos de opinião:

- (3) Durante a longa espera, uma gravação pede: "Favor digitar o número do seu cartão de crédito, o número do seu protocolo de reclamação, o seu CEP, CPF e RG, bem como o nome completo de solteira da sua mãe". Só que a primeira voz humana que aparece pede para eu repetir tudo novamente. Quem **manda** obedecer a uma gravação? Edição 2004, 18/04/2007.

Nesse caso, *mandar* parece sofrer certo esvaziamento semântico, passando a fazer parte de uma construção maior com valor de advertência: *quem + mandar + infinitivo*. No fragmento

acima, o autor “obedece” à gravação e informa todos os seus documentos. No entanto, a seguir, o atendente, ou “voz humana”, pede para que ele repita todas as informações. Ele encerra o texto com a construção “*quem manda obedecer...?*”, que adverte ou alerta para o fato de que ele não deveria ter atendido ao solicitado pela gravação, já que, logo em seguida, teve de repetir o que já havia informado.

Embora esse tenha sido o único registro desse tipo de construção, ela parece ser comum, ou ao menos mais freqüente, na oralidade e em contextos informais. Não é raro, por exemplo, ouvir, por parte de uma mãe, essa advertência ao filho que, descumprindo o que ela disse, machucou-se: “Está vendo só? Eu avisei que iria se machucar! *Quem manda ser teimoso?*”. O verbo *mandar*, como se observa, não denota propriamente uma ordem ou exigência, mas, nesse contexto, aproxima-se, muito mais, de um valor de advertência.

Com relação aos estágios do contínuo *Verb-to-TAM*, a análise dos dados apontou os seguintes resultados para o verbo *mandar*:

	Estágio <b>A</b>		Estágio <b>B</b>		Estágio <b>C</b>		Estágio <b>D</b>		Estágio <b>E</b>		Estágio <b>F</b>		Estágio <b>G</b>	
	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%
<b>Artigos de opinião</b>	3	27,27	5	45,45	3	27,27	0	-	0	-	0	-	0	-
Classificação	<b>2º</b>		<b>1º</b>		<b>2º</b>		-		-		-		-	
<b>Entrevistas</b>	13	61,9	8	38,1	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Classificação	<b>1º</b>		<b>2º</b>		-		-		-		-		-	

Tabela 10: Resultado da classificação do verbo *mandar* no contínuo *Verb-to-TAM*.

A tabela 10 mostra o número e a porcentagem de dados em cada um dos estágios e a ordem de classificação dos resultados, ou seja, qual dos estágios é o 1º ou o 2º no índice de ocorrência de dados. Note-se que, nos artigos de opinião, o resultado foi o mesmo para os Estágios A e C e, por isso, ambos foram classificados, empatadamente, como o segundo estágio com o maior valor.

O gráfico 2 ilustra, de forma comparativa, os estágios em que foram classificados os dados com o verbo *mandar* nos artigos de opinião e nas entrevistas:

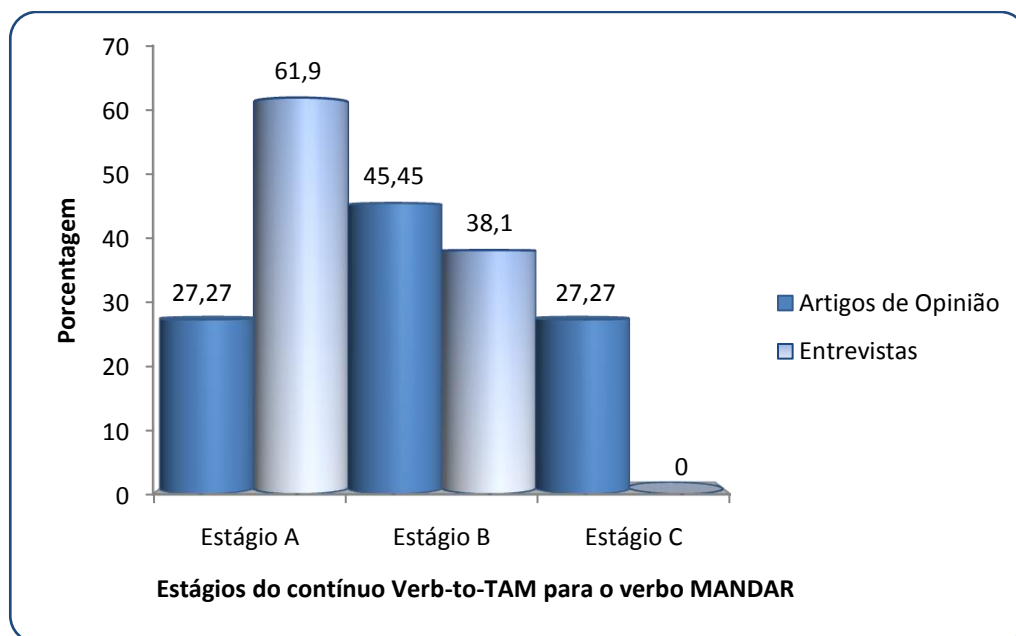


Gráfico 2: Estágios do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *MANDAR*.

O verbo *mandar* registrou ocorrências somente nos três primeiros estágios do contínuo *Verb-to-TAM*. O Estágio A é o que concentra o maior número de dados das entrevistas e, empatado com o Estágio C, é o segundo em número de dados dos artigos de opinião.

No Estágio A, de acordo com Heine (1993), os verbos apresentam significado lexical completo e o seu complemento é, geralmente, um objeto concreto. Nesse estágio, os verbos são considerados plenos e não exibem traços de auxiliaridade.

No Estágio B, está a maior parte dos dados dos artigos de opinião. É no Estágio B também que estão 38,10% (trinta e oito vírgula dez por cento) dos dados das entrevistas. Segundo Heine (1993), embora apresentem alguns traços de auxiliaridade, os itens do Estágio B ainda são classificados como verbos plenos.

No Estágio C, estão 27,27% (vinte e sete vírgula vinte e sete por cento) das ocorrências de *mandar* verificadas nos artigos de opinião, correspondentes a três casos. As entrevistas não apresentaram usos de *mandar* nesse estágio. O Estágio C, para Heine (1993), é aquele em que começa a gramaticalização.

É interessante ressaltar, porém, que os três usos que foram classificados no Estágio C possuem poucas características de auxiliaridade. O que os levou a ser classificados no Estágio

C foram, basicamente, dois fatores: a) a incapacidade sofrer negação e b) o uso com referentes-sujeitos não-humanos:

- (4) Durante a longa espera, uma gravação pede: "Favor digitar o número do seu cartão de crédito, o número do seu protocolo de reclamação, o seu CEP, CPF e RG, bem como o nome completo de solteira da sua mãe". Só que a primeira voz humana que aparece pede para eu repetir tudo novamente. Quem *manda* obedecer a uma gravação? Edição 2004, 18/04/2007. (Incapacidade de sofrer negação: "Quem *não* manda obedecer...?" parece aceitável, porém, não-usual, se nos atentarmos para o sentido da construção).
- (5) No centro da corrupção à brasileira existe uma indecisão cultural (ou moral, se quiserem) entre duas éticas que operam em qualquer sistema social. A primeira é a ética particularista da casa, dos amigos e da família, que *manda* proteger, ignorar, relevar, condescender e perdoar o ofensor (corrente em sociedades tribais e arcaicas); a outra é a ética universalista da rua (ou do mundo público), que demanda, ao contrário, tratar com isenção ou igualdade, aquilatar a gravidade da ofensa, trazer a público o ofensor e punir adequadamente quem quer que tenha cometido o delito. Edição 2021, 15/08/2007. (Uso de *mandar* com referente-sujeito não-humano).
- (6) [...] Vivemos em um país em que os impostos são transferidos às universidades públicas, mas o órgão encarregado de zelar pelo seu bom uso, o MEC, está proibido pela Constituição de dar palpites nesse assunto (não haveria espaço aqui para uma discussão responsável sobre autonomia). Nisso, a universidade federal é dona do seu nariz; portanto, o MEC não pode *mandar* que use o seu novo vestibular (embora possa azucrinar infinitamente, com suas armadilhas burocráticas). Para não ser refém delas, a adesão será voluntária. Edição 2106, 01/04/2009. (Uso de *mandar* com sujeito não-humano).

Como (4), (5) e (6) já haviam recebido pontuação referente a características do Estágio B, a incapacidade de sofrer negação e o uso com referente-sujeito não-humano somou a eles mais um ponto, classificando-os no Estágio C.

Tendo em vista que nos Estágios A e B os verbos ainda são considerados plenos (embora em B eles apresentem alguns traços de auxiliaridade), a diferença de porcentagem entre esses dois estágios, para o verbo *mandar*, não deve ser levada tão em conta. Como explica Heine (1993), os itens verbais podem combinar, simultaneamente, mais de um estágio ao longo do contínuo *Verb-to-TAM*. É comum, portanto, que um mesmo item apresente usos como verbo principal e usos como verbo com valor mais gramatical. No caso de *mandar*, os resultados revelaram que esse verbo transita, predominantemente, entre os dois primeiros estágios do contínuo, ou seja, ainda que seja usado, em certos contextos, com alguns traços de auxiliaridade, *mandar* é tipicamente um verbo pleno. Os poucos usos classificados em C, como explicamos, correspondem a poucos traços de verbo auxiliar, o que não significa, necessariamente, que *mandar* dará curso a uma trajetória de gramaticalização.

Com relação às características pontuadas em cada estágio, o verbo *mandar* mostrou os resultados descritos na tabela 11:

Estágio	Características		Porcentagem apresentada			
			Artigos de opinião		Entrevistas	
			APLIC	%	APLIC	%
<b>A</b>	01	O verbo apresenta significado lexical completo.	10	90,90%	21	100%
	02	O complemento do verbo é um objeto concreto.	2	18,18%	8	38,09%
<b>B</b>	03	O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade.	7	63,63%	8	38,09%
	04	Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio.	3	27,27%	5	23,80%
	05	O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico.	7	63,63%	8	38,09%
	06	O complemento consiste de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita.	4	36,36%	2	9,52%
<b>C</b>	07	O sujeito não é um referente humano.	3	27,27%	0	0
	08	O verbo expressa apenas as noções de tempo, aspecto ou modo (ou seja, começa a perder conteúdo lexical).	0	0	0	0
	09	O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita. Ainda que o complemento seja um substantivo, é provável que ele se refira a uma atividade ou denote um evento.	0	0	0	0
	10	O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico.	0	0	0	0
	11	O verbo e o seu complemento referem-se ao mesmo tempo.	0	0	0	0
	12	A capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo (" <i>TAM distinctions</i> ") é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica.	0	0	0	0
	13	O verbo e o complemento representam uma só unidade semântica.	0	0	0	0
<b>D</b>	14	O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva.	0	0	0	0
	15	O verbo não apresenta mais um substantivo como complemento.	0	0	0	0
	16	O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita.	0	0	0	0
<b>E</b>	17	O item verbal perde sua capacidade de ser negado.	1	9,09%	0	0
	18	Os processos de <i>erosão</i> e de <i>clitização</i> começam a ser desencadeados e, como efeito, o verbo, além de perder substância fonológica, perde também seu <i>status</i> de palavra.	0	0	0	0
<b>F</b>	19	O complemento do verbo passa a ser interpretado como verbo principal.	0	0	0	0
	20	O <i>status</i> do item verbal muda de clítico para afixo.	0	0	0	0

<b>G</b>	21	O verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical incapaz de apresentar tom ou intensidade. O que era um afixo no Estágio F torna-se agora uma flexão.	0	0	0	0
----------	----	--	---	---	---	---

Tabela 11: Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *MANDAR*.

No Estágio A, a característica mais recorrente para o verbo *mandar* foi a de número **1** (O verbo apresenta significado lexical completo). Ela se aplica a todos os dados das entrevistas e a quase todos dos artigos de opinião. A única exceção, nesse último gênero, refere-se, como já explanamos, ao uso de *mandar* na construção *quem + mandar + infinitivo*: “Quem manda obedecer a uma gravação?”.

A característica **2** do Estágio A (O complemento do verbo é um objeto concreto) só se mostrou aplicável quando o sentido expresso pelo verbo é “enviar”, como mostra o exemplo:

- (7) Veja – *Por que, então, o MEC aprova livros didáticos com esse viés?* Haddad – Temos um sistema de escolha dos livros didáticos com o qual, em tese, especialistas de diferentes matizes ideológicos concordam. É simples. **Mandamos** os livros para as melhores universidades públicas do país, e são os professores escolhidos por elas que opinam. Depois, as escolas escolhem os livros da lista que consideram mais apropriados. [...]. Edição 2030, 17/10/2007. (Entrevista. Uso de *mandar* com sentido de *enviar* e com um objeto concreto como complemento).

No Estágio B, as características **3** (O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade) e **5** (O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico) foram as mais presentes nos dois gêneros textuais. Em quase todos os casos em que o sujeito, entre o verbo e o complemento, é diferente, o uso do verbo *mandar* se faz na acepção de *ordenar*, *exigir* ou *determinar*:

- (8) *Esse excesso de verbas e auxílios sem fiscalização não é um convite às irregularidades?* [...] **Mandei fazer** um estudo que mostra na ponta do lápis que haverá grande economia para os cofres públicos se esse auxílio for incorporado ao salário dos senadores, deputados federais e estaduais. Edição 2109, 22/04/2009. (Entrevista. Uso de *mandar* com sujeitos diferentes entre o verbo e o complemento: *x mandar y fazer um estudo*).

No Estágio C, a única característica identificada foi a de número **7** (O sujeito não é um referente humano). Ela consta apenas nos dados dos artigos de opinião. Uma explicação para isso pode ser o fato de que, nos artigos, os autores tratam mais freqüentemente sobre assuntos como o governo, o sistema ou instituições (referentes não-humanos) e, por isso, é mais comum referirem-se a essas instâncias:

- (9) [...] Há duas semanas, por exemplo, uma pesquisa do Udemo indicou que 86% das escolas de São Paulo haviam sofrido algum tipo de violência em 2007. O que é o Udemo? Qual a metodologia da pesquisa? Os dados são confiáveis? Uma simples passada de olhos sugeriria muita cautela. Afinal, a instituição é o sindicato de especialistas de educação do magistério oficial do estado de São Paulo. Não há explicação sobre a metodologia da pesquisa em seu site, apenas a menção de que, das 5 300 escolas consultadas, só 683 *mandaram* respostas. "Os demais diretores não responderam por motivos vários, entre os quais, provavelmente, o excesso de trabalho." Um levantamento imparcial, vê-se. Edição 2089, 03/12/2008. (Artigo de opinião. Uso de *mandar* com referente-sujeito não-humano).

Um aspecto notável com relação ao verbo *mandar* é que em nenhum dos dados ele e o seu complemento fazem referência ao mesmo tempo (característica número 11 do Estágio C). Como observou Cezario (2001) com relação a esse verbo, primeiro pode ocorrer a ação de mandar e, posteriormente, após dias, horas, meses ou anos, vir a ocorrer o evento expresso na subordinada:

- (10) *Esse excesso de verbas e auxílios sem fiscalização não é um convite às irregularidades?* Sem dúvida. Foi por isso que surgiu a ideia de acabar com a verba indenizatória (15 000 reais que os deputados recebem para cobrir despesas de combustível, alimentação, aluguel de escritório) e incorporar a maior parte desse valor ao salário (16 500 reais). Se o salário do deputado for equiparado ao do ministro do Supremo (24 500 reais), haverá uma redução na verba indenizatória de 7 000 reais mensais para cada deputado – o que significa uma vantagem para a Câmara. *Mandei fazer* um estudo que mostra na ponta do lápis que haverá grande economia para os cofres públicos se esse auxílio for incorporado ao salário dos senadores, deputados federais e estaduais. Edição 2109, 22/04/2009 (Entrevista. Uso de *mandar* em que o verbo e complemento não se referem ao mesmo tempo).

Somente um dado dos artigos de opinião, e nenhum das entrevistas, mostrou uma característica relativa ao Estágio E. Essa característica – de número 17 (O item verbal perde sua capacidade de ser negado) – refere-se ao uso de *mandar* na construção *quem + mandar + infinitivo*, em que parece ser possível, mas não usual, a negação do primeiro verbo ou a separação dos dois verbos por meio da negação: “Quem *manda* obedecer a uma gravação?”/ “Quem *não manda* obedecer a uma gravação?”/ “Quem *não manda não obedecer* a uma gravação?”.

Os dados com o verbo *mandar*, tanto nos artigos de opinião como nas entrevistas, não apresentaram características dos estágios D, F e G.

5.1.3 O VERBO *DEIXAR*

Verbo <b>DEIXAR</b> – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
1	O Brasil só vai <b>deixar</b> a lanterna na educação quando conseguir fazer um diagnóstico correto – e se livrar desse e dos demais mitos que rondam as escolas do país. Edição 1998, <b>07/03/ 2007</b> .	0	0	1	0	0	0	0	1
		1	-	7	-	-	-	-	<b>B</b>
2	Nunca demos a atenção devida ao técnico – que não passa de um monte de matérias profissionalizantes que se somam ao currículo já sobrecarregado do médio (22 disciplinas no técnico de eletrônica da UFMG!). Repetimos o que costuma não dar certo alhures. Diante da alternativa bem-sucedida de <b>deixar</b> o técnico para depois de formado, os ideólogos da área protestaram, citando Gramsci, um autor falecido antes de o ensino técnico tomar corpo. Dá para desconfiar, quando a solução tupiniquim é diferente de todas as outras. Edição 2006, <b>02/05/2007</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
3	Imagine o estrago que acarretaram ao setor bancário vinte anos de inflação multiplicados pela alavancagem de doze vezes o patrimônio líquido. Devido à inflação média somente deste ano, os bancos do mundo <b>deixarão</b> de emprestar 2 trilhões de dólares em 2008, só para poder se enquadrar nos ditames de Basileia I e II. Um tiro no pé dos bancos e na economia do planeta. Edição 2024, <b>05/09/2007</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 4	7 9 10 11	15 16	-	-	-	<b>D</b>
4	Outra razão para receber estagiários é o fato de obter trabalho temporário ou serviços adicionais a baixo custo. Não são reais estágios, mas empregos simples para estudantes, garantidos por uma reserva de mercado. Enquanto for mais barato, contrata-se um estagiário para tirar xerox. Se a lei não <b>deixa</b> o estagiário produzir "de verdade", limita as horas de presença no trabalho e cria outros constrangimentos, a empresa preferirá contratar office-boys. Edição 2030, <b>17/10/2007</b> .	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3 5	7	-	-	-	-	<b>C</b>



Verbo DEIXAR – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
5	Se nossos médicos estão preocupados com saúde, em vez de lutar pela volta da CPMF, devem lutar pela redução dos riscos à saúde e de despesas médicas desnecessárias como essa. O problema não é somente de quem tem início de hérnia ou sofre uma distensão muscular totalmente desnecessária no meio de uma viagem. Muitas pessoas idosas se enganam com os novos métodos cirúrgicos minimamente invasivos, que não <b>deixam</b> quase cicatriz e cortam o tempo de internação pela metade. Eles reduzem a cicatrização por fora, mas por dentro continua a mesma encrenca, o que exige tempo e comedimento. [...] Edição 2049, <b>27/02/2008</b> .	0	0	1	0	0	0	0	1
		1 2	-	7	-	-	-	-	<b>B</b>
6	Sairemos da crise com novo status na governança global. As discussões sobre a economia mundial <b>deixarão</b> de estar restritas ao G-7. Haverá mais países, como se viu na reunião do G-20 em Washington. Pergunta-se se a Argentina deve continuar no grupo ou se a Espanha pode ficar fora, mas ninguém duvida de que o Brasil está dentro. Edição 2093, <b>31/12/2008</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	4	7 9 10 11	15 16	-	-	-	<b>D</b>
7	<b>"Não tem Congresso Nacional, não tem Poder Judiciário. Só Deus será capaz de impedir que a gente faça este país ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter <b>deixado</b> de ocupar."</b> O lulismo aprofundou a subserviência do Parlamento ao Executivo, que se manifesta sob a forma de um intercâmbio: o Congresso se anula politicamente enquanto os congressistas da base do governo chantageiam o presidente para conseguir cargos e favores. A troca descamba sem dificuldades para a corrupção aberta. [...] Edição 2094, <b>07/01/2009</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 4	7 9 10 11	15 16	-	-	-	<b>D</b>
8	Os professores são uma das categorias profissionais mais numerosas e vocais em suas reclamações. Os beneficiários dessas reformas mal sabem que têm um problema e, portanto, não reconhecerão a melhoria. Se tiverem de <b>deixar</b> de trabalhar para cuidar dos filhos sem aula por causa da greve, perigam ser contrários às reformas. O lógico, nesse caso, para os políticos, é fazer o quê? Exatamente: nada. Assim vamos ficando, ano a ano, mais ignorantes e despreparados. Edição 2100, <b>18/02/2009</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 4	9 10 11	15 16	-	-	-	<b>D</b>

Verbo DEIXAR – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
9	[...] Com boas razões, o MEC quer temperar o Enem com um pouco mais de currículo. O equilíbrio do tempero é crítico. Currículo de mais, volta a ser vestibular de federal. E, de menos, <b>deixa</b> de orientar o ensino. Além disso, para que se reduza a margem de erro, é preciso aumentar o número de perguntas, mas isso é problema menor. Edição 2106, <b>01/04/2009</b> .	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 4	7 9 10 11	15 16	-	-	-	<b>D</b>
10	Recordando: para selecionar os candidatos mais talentosos, nosso vestibular não <b>deixa</b> nada a dever aos de outros países. Seu problema é envenenar o ensino médio com o dilúvio de conhecimentos exigidos. Para consertar o médio, é preciso divorciá-lo desse vestibular. Já passou a hora de liberar o ensino médio dessa tirania. Afinal, só a metade dos graduados vai para o superior e, desses, só uma quarta parte para cursos de acesso competitivo. Faz muito sentido a proposta do MEC de exame nacional com um Enem turbinado. Vamos torcer para que seja bem implementada. Edição 2106, <b>01/04/2009</b> .	0	0	1	0	0	0	0	1
		-	-	7	-	-	-	-	<b>B</b>

Verbo DEIXAR – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
1	<p><b>Veja – O senhor é apaixonado por corridas de carros. O que é mais emocionante: ultrapassar um Porsche ou a TAM? Constantino Junior</b> – Qualquer ultrapassagem é boa, gera perspectivas boas, evolução, faz parte de uma caminhada para o futuro. A Gol não tem como meta ultrapassar a TAM. O principal objetivo é fazer o nosso trabalho, oferecer ao cliente a opção do nosso serviço e <b>deixar</b> que ele escolha. Se isso redundar em liderança, ótimo. Até porque esse não é um fator nada desprezível para uma empresa que pretende ser um player global. Edição 2002, <b>04/04/2007</b>.</p>	0	1	0	0	0	0	0	1
		1	3 5 6	-	-	-	-	-	<b>B</b>
2	<p><b>Veja – O Brasil viveu uma série de escândalos de corrupção nos últimos anos e nenhum deles foi suficiente para mobilizar um grupo a ponto de ele criar um movimento organizado de protesto. Por que o senhor acha que isso só ocorreu agora? Doria Jr.</b> – [...] Eu não contrato pessoas para trabalhar na minha empresa porque são minhas amigas ou porque comungam das minhas opiniões. Contrato porque elas são eficientes para cumprir o seu papel. E, se eu errar, convido a pessoa a <b>deixar</b> a empresa. [...] Edição 2023, <b>29/08/2007</b>.</p>	0	0	0	0	0	0	0	0
		1 2	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
3	<p><b>Veja – Dizem que a burocracia e a corrupção caminham lado a lado. O senhor concorda? Piquet</b> – Não tenha dúvida. Perante tantas e tão complexas exigências, as pessoas preferem contorná-las mediante algum artifício. Veja o caso de uma obra pública. As brechas para a corrupção começam no próprio edital de licitação. Aí vem a fiscalização da obra. A pessoa vai medir o projeto no meio da Floresta Amazônica e descobre que faltam 50 metros. Aparece aí outra oportunidade para o jeitinho. Depois vem a liberação do recurso, outro momento. Em um único processo há várias possibilidades e incentivos à corrupção. O governo não se autofiscaliza e não se <b>deixa</b> fiscalizar. Mas faz isso com o contribuinte, que não tem meios para fiscalizar o estado. A burocracia nesse sentido viola um direito intrínseco da cidadania. O cidadão tem direito de ser bem tratado. A burocracia se torna então perversa e antidemocrática. Edição 2025, <b>12/09/2007</b>.</p>	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3 4 5	7	-	-	-	-	<b>C</b>
4	<p><b>Veja – Você tem medo de se tornar uma celebridade? Alice</b> – Por enquanto, tenho mais curiosidade. É lógico que essa coisa dos paparazzi dá medo, por causa da invasão de sua privacidade e da de sua família. Mas não vivi nada disso, só sei pelas histórias dos outros. Cheguei aqui, por exemplo, e fiquei impressionada com o tamanho do Waguinho (Wagner) Moura hoje em dia. Acho que ele se assustou. Mas duvido que ele vá mudar ou <b>deixar</b> de ir ao supermercado e ao cinema. Você só passa a escolher melhor os horários em que vai sair por aí. Shopping center na sexta-feira às 6 da tarde, por exemplo, não dá. Edição 2049, <b>27/02/2008</b>.</p>	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 4	9 10 11	15 16	-	-	-	<b>D</b>

Verbo DEIXAR – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
5	<p><b>Veja – O senhor assumiu a presidência de um Congresso desgastado pelo escândalo que culminou com a renúncia de Renan Calheiros e paralisado pelo excesso de medidas provisórias do governo. Qual é o seu diagnóstico? Garibaldi</b> – O Congresso <b>deixou</b> de votar, de legislar, de cumprir sua função. É uma agonia lenta que está chegando a um ponto culminante. Essa questão das medidas provisórias é emblemática da crise do Legislativo, que não é mais uma voz da sociedade, não é mais uma caixa de ressonância da opinião pública. Está meio sem função. O Congresso está na UTI, e ninguém do mundo político percebe que esse desapareço pelo Poder Legislativo é uma coisa que está minando as suas bases de sustentação e que a qualquer hora poderá haver um momento de maior tensão, de crise entre os poderes. [...]. Edição 2054, 02/04/2008.</p>	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 4	7 9 10 11	15 16	-	-	-	<b>D</b>
6	<p><b>Veja – Como o presidente avalia a acusação feita por Denise Abreu, ex-diretora da Anac, de que Dilma beneficiou o grupo que comprou a Varig? Gilberto</b> – Só quem viveu o começo do governo sabe da pressão para resolver o caso da Varig. A regra aqui dentro era fazer de tudo para impedir que a Varig quebrasse. E a ação da Dilma foi exatamente essa. Governo é assim: se você <b>deixa</b> um processo caminhar normalmente, ele tem uma demora que nem sempre os fatos podem esperar. Era o caso, a empresa podia quebrar. Por isso, houve uma mão forte da Dilma empurrando para que tudo fosse feito de maneira acelerada. Edição 2067, 02/07/2008.</p>	0	1	1	0	0	0	0	2
		1 2	3 5	11	-	-	-	-	<b>C</b>
7	<p><b>O senhor mudou alguns hábitos pessoais por causa do câncer?</b> Não. Apenas <b>deixei</b> de beber vinho e uísque durante a quimioterapia. Não estou tomando bebida alcoólica, mas isso é porque a minha mulher não deixa, e encrenca comigo. Porque, vamos falar a verdade, uma taça de vinho não faz mal. Mas eu não estou tomando. Edição 2074, 20/08/2008.</p>	0	1	1	1	0	0	0	3
		1	3 4	9 10 11	15 16	-	-	-	<b>D</b>
8	<p><b>A favor do governo Lula há o fato de o país ter voltado a crescer e os indicadores sociais terem melhorado.</b> O grande mérito de Lula foi não ter mexido na economia. Mas foi só. O país não tem infraestrutura, as estradas são ruins, os aeroportos acanhados, os portos estão estrangulados, o setor elétrico vem se arrastando. A política externa do governo é outra piada de mau gosto. Um governo que <b>deixou</b> a ética de lado, que não fez as reformas nem fez nada pela infraestrutura agora tem como bandeira o PAC, que é um amontoado de projetos velhos reunidos em um pacote eleitoral. É um governo medíocre. [...] Edição 2100, 18/02/2009.</p>	0	0	1	0	0	0	0	1
		1	-	7	-	-	-	-	<b>B</b>

Verbo DEIXAR – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
9	<b>O senhor não acha que o Bolsa Família tem virtudes?</b> Há um benefício imediato e uma consequência futura nefasta, pois o programa não tem compromisso com a educação, com a qualificação, com a formação de quadros para o trabalho. Em algumas regiões de Pernambuco, como a Zona da Mata e o agreste, já há uma grande carência de mão-de-obra. Famílias com dois ou três beneficiados pelo programa <b>deixam</b> o trabalho de lado, preferem viver de assistencialismo. [...] Edição 2100, <b>18/02/2009</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	A
10	<b>Por que há essa banalização dos escândalos?</b> O escândalo chocava até cinco ou seis anos atrás. A corrupção sempre existiu, ninguém pode dizer que foi inventada por Lula ou pelo PT. Mas é fato que o comportamento do governo Lula contribui para essa banalização. Ele só afasta as pessoas depois de condenadas, todo mundo é inocente até prova em contrário. Está aí o Obama dando o exemplo do que deve ser feito. Aqui, esperava-se que um operário ajudasse a mudar a política, com seu partido que era o guardião da ética. O PT denunciava todos os desvios, prometia ser diferente ao chegar ao poder. Quando <b>deixou</b> cair a máscara, abriu a porta para a corrupção. O pensamento típico do servidor desonesto é: "Se o PT, que é o PT, mete a mão, por que eu não vou roubar?". Sofri isso na pele quando governava Pernambuco. Edição 2100, <b>18/02/2009</b> .	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3 4	7	-	-	-	-	C

Entre os volitivos estudados, *deixar* é o segundo mais freqüente. Ele é usado 22 (vinte e duas) vezes nos artigos de opinião e 64 (sessenta e quatro) vezes nas entrevistas. Esses valores correspondem, respectivamente, a uma média de 5,46 (cinco vírgula quarenta e seis) e de 7,05 (sete vírgula zero cinco) usos a cada 10.000 (dez mil) palavras.

Essas médias, porém, parecem pequenas se comparadas as do verbo *querer*, o volitivo mais freqüente do *corpus*, que possui cerca de 13,42 (treze vírgula quarenta e dois) usos nos artigos de opinião e de 16,31 (dezesesseis vírgula trinta e um) nas entrevistas, também a cada 10.000 (dez mil) palavras.

No que tange ao sentido, foi possível identificar mais de quinze diferentes significados para o verbo *deixar* nos dados do *corpus*. Ele é o volitivo que mais apresentou variedade de significação. A tabela 12 apresenta a distribuição desses significados em cada um dos gêneros:

Deixar:	Artigos de Opinião		Entrevistas	
	Aplic.	%	Aplic.	%
Abandonar	1	4,54	1	1,56
Adiar a realização de, procrastinar	2	9,09	-	-
Afastar-se	1	4,54	-	-
Afastar-se, abandonar	-	-	7	10,93
Aguardar, esperar	1	4,54	2	3,12
Causar, fazer	2	9,09	10	15,62
Causar, transmitir	2	9,09	-	-
Evitar	1	4,54	1	1,56
Manter	-	-	1	1,56
Parar, evitar	-	-	6	9,37
Parar, terminar, cessar	6	27,27	13	20,31
Permitir, consentir	5	22,72	16	25
Pôr de parte, abandonar	-	-	1	1,56
Pôr, colocar	-	-	3	4,68
Sair, afastar-se	-	-	2	3,12
Transmitir como legado	-	-	1	1,56
<b>TOTAL:</b>	<b>22</b>	<b>95,42</b>	<b>64</b>	<b>99,95</b>

Tabela 12: Sentidos do verbo *deixar* nos artigos de opinião e nas entrevistas.

Os exemplos de (1) a (10) mostram os usos de *deixar* com alguns desses diferentes sentidos:

- (1) **Abandonar:** *Veja – Na depressão, há um desequilíbrio nas taxas das substâncias cerebrais responsáveis pela comunicação entre os neurônios, os neurotransmissores. É nessa distorção química que ainda se concentram os estudos de novos tratamentos da doença?* Gentil – Os neurotransmissores foram **deixados** de lado pelos estudiosos da depressão. Hoje, sabe-se que eles apenas levam a informação de um lado ao outro do cérebro. Mas não são essas substâncias que dão as respostas aos comandos cerebrais. Como a chave de tudo está no conteúdo dessas informações, é atrás disso que a medicina está correndo. Edição 2006, 02/05/2007. (Entrevista. Uso de *deixar* com o sentido de *abandonar*. [Os estudiosos *abandonaram* os estudos sobre os neurotransmissores]).
- (2) **Adiar/procrastinar:** Nunca demos a atenção devida ao técnico – que não passa de um monte de matérias profissionalizantes que se somam ao currículo já sobrecarregado do médio (22 disciplinas no técnico de eletrônica da UFMG!). Repetimos o que costuma não dar certo alhures. Diante da alternativa bem-sucedida de **deixar** o técnico para depois de formado, os ideólogos da área protestaram, citando Gramsci, um autor falecido antes de o ensino técnico tomar corpo. Dá para desconfiar, quando a solução tupiniquim é diferente de todas as outras. Edição 2006, 02/05/2007. (Artigo de opinião. Uso de *deixar* com o sentido de *adiar/procrastinar*).
- (3) **Afastar-se/abandonar:** *Veja – Mesmo assim, depois do escândalo do mensalão, prosperou na oposição a tese de que houve um erro político ao não pedir o impeachment de Lula naquele momento...* Arthur – Nós acertamos. A abertura de um processo de impeachment traria um desgaste enorme ao país. Um processo de impeachment tem vários pés, é quase uma centopéia. É preciso motivo jurídico, que havia de sobra. Tem de ter crise de governabilidade, que não havia. Tem de ter desorganização de base parlamentar, que não havia. Precisa de clamor das ruas, que não havia. Se mesmo assim levássemos o processo adiante, enfrentando alguém que não queria **deixar** o cargo, o país seria dividido em dois, com choque de rua, seria pior do que na Venezuela. Não faria bem para a economia brasileira, passaríamos ao mundo a imagem de um país instável, que derruba um presidente a cada treze anos. Edição 2043, 16/01/2008. (Entrevista. Uso de *deixar* com o sentido de *afastar-se/abandonar*).
- (4) **Aguardar/esperar:** *Veja – Como o presidente avalia a acusação feita por Denise Abreu, ex-diretora da Anac, de que Dilma beneficiou o grupo que comprou a Varig?* Gilberto – Só quem viveu o começo do governo sabe da pressão para resolver o caso da Varig. A regra aqui dentro era fazer de tudo para impedir que a Varig quebrasse. E a ação da Dilma foi exatamente essa. Governo é assim: se você **deixa** um processo caminhar normalmente, ele tem uma demora que nem sempre os fatos podem esperar. Era o caso, a empresa podia quebrar. Por isso, houve uma mão forte da Dilma empurrando para que tudo fosse feito de maneira acelerada. Edição 2067, 02/07/2008. (Entrevista. Uso de *deixar* com o sentido de *aguardar/esperar*).
- (5) **Causar/fazer:** *O senhor está acusando o PT de traição? O que ele fez me **deixa** com o pé atrás em relação a 2010. Para continuar nosso projeto, temos de compartilhar espaços. Não do ponto de vista de verbas, mas de parcerias. Quero ter convicção de que nossos projetos serão respeitados e que contaremos com o apoio do PT. Queremos participar mais na definição de políticas de educação, da saúde, da construção de estradas...* Edição 2091, 17/12/2008. (Entrevista. Uso de *deixar* com o sentido de *causar/fazer*).
- (6) **Manter:** Os clássicos beneficiários da atual flexibilidade da lei são os mais pobres. Como tentar consertar a CLT é encrenca certa, **deixar** como está seria o mal menor. Edição 2030, 17/10/2007. (Artigo de opinião. Uso de *deixar* com o sentido de *manter*).
- (7) **Parar/terminar/cessar:** *Veja – Boa parte do bom desempenho da economia brasileira deve-se ao cenário externo favorável e à simbiose entre as economias americana e chinesa. Até quando poderemos contar com o bom funcionamento desse dínamo produtor de riqueza?*

*Meirelles* – [...] Ninguém está imune aos sacolejos da maior economia do planeta. A novidade positiva é que o Brasil, agora, está mais bem preparado para enfrentar choques externos do que esteve no passado. A dívida externa **deixou** de ser problema e as reservas internacionais superam 120 bilhões de dólares. Edição 2007, 09/05/2007. (Entrevista. Uso de *deixar* com o sentido de *parar/cessar*).

- (8) **Permitir/consentir:** Todo ser humano tem problemas, e o segredo é saber administrá-los e não se **deixar** desesperar por causa deles. Edição 2008, 16/05/2007. (Artigo. Uso de *deixar* com o sentido de *permitir/consentir*).
- (9) **Pôr/colocar:** *Veja – Qual seria o melhor caminho para elevar o nível dos professores? Maria Helena* – [...]. As faculdades de educação estão muito preocupadas com um discurso ideológico sobre as múltiplas funções transformadoras do ensino. Elas **deixam** em segundo plano evidências científicas sobre as práticas pedagógicas que de fato funcionam no Brasil e no mundo. Com isso, também prestam o desserviço de divulgar e perpetuar antigos mitos. Ao retirar o foco das questões centrais, esses mitos só atrapalham. Edição 2047, 13/02/2008. (Entrevista. Uso de *deixar* com o sentido de *pôr/colocar*).
- (10) **Sair/afastar-se:** *Veja – O Brasil viveu uma série de escândalos de corrupção nos últimos anos e nenhum deles foi suficiente para mobilizar um grupo a ponto de ele criar um movimento organizado de protesto. Por que o senhor acha que isso só ocorreu agora? Doria Jr.* – [...] Eu não contrato pessoas para trabalhar na minha empresa porque são minhas amigas ou porque comungam das minhas opiniões. Contrato porque elas são eficientes para cumprir o seu papel. E, se eu errar, convido a pessoa a **deixar** a empresa. [...] Edição 2023, 29/08/2007.

Em um dos dados do artigo de opinião, não foi possível identificar com exatidão o sentido do verbo *deixar*, que parece estar associado a uma construção maior: “não *deixa* nada a dever”:

- (11) Recordando: para selecionar os candidatos mais talentosos, nosso vestibular não **deixa** nada a dever aos de outros países. Seu problema é envenenar o ensino médio com o dilúvio de conhecimentos exigidos. Para consertar o médio, é preciso divorciá-lo desse vestibular. Já passou a hora de liberar o ensino médio dessa tirania. [...] Edição 2106, 01/04/2009. (Artigo de opinião. Uso de *deixar* na construção “não *deixa* nada a dever”)

Como se depreende da tabela 12, os sentidos de *deixar* mais presentes nos artigos de opinião são “parar/terminar/cessar” (27,27%) e “permitir/consentir” (22,72%). Nas entrevistas, além de “parar/terminar/cessar” (20,31%) e de “permitir/consentir” (25%), o sentido de “causar/fazer” (15,62%) está entre os mais usados.

Ao estudar o verbo *deixar* com complemento oracional, Cezario (2001) constatou que “parar/terminar” e “permitir/consentir” também eram alguns dos sentidos mais atribuídos a esse verbo. Portanto, embora além de *deixar* seguido de complemento oracional tenhamos observado ainda *deixar* + *SN*, parte de nossos resultados, no que se refere aos sentidos empregados ao verbo, está em consonância com os de Cezario (2001).



O uso de *deixar* com o sentido de “aguardar” é o terceiro em número de ocorrência nos dados estudados por Cezario (2001, p.171). De acordo com a autora, entre as tipologias por ela observadas, os usos com esse sentido estão mais presentes nos relatos de procedimento e se relacionam ao tempo ou etapa que alguém deve aguardar para, então, dar continuidade à ação:

- (12) um copo... de mais ou menos... duzentas e cinquenta gramas de leite... e despeja numa panela... e bota pra fi/ pra esquentar... né? aquecer... aí você deixa aquecer até uma certa temperatura mais ou menos... e aí despeja o fermento biológico... né? aquele fermento quadrado... aí você dissolve o fermento (CAL9, P, R)

Em casos como o do exemplo (12), como notou Cezario (2001), o tipo textual contribui para o emprego de *deixar* com o sentido de “aguardar”. Isso possa, talvez, justificar a diferença entre os nossos resultados e os da autora: os artigos de opinião e as entrevistas não são gêneros tipicamente usados para a descrição de procedimentos. Gêneros de outros domínios discursivos, como as receitas culinárias, por exemplo, parecem mais propícios para a realização de *deixar* com o sentido de “aguardar”.

Os sentidos de “parar/terminar/cessar” e de “evitar”, como observou Cezario (2001, p. 173), são sempre codificados pela estrutura *deixar de + infinitivo*, que ocorre com sujeito idêntico. Em suas análises, a autora constatou, ainda, que esse é o uso mais gramaticalizado do verbo *deixar* que, de núcleo da cláusula principal, passa a ser um marcador de aspecto terminativo. O verbo, então, assemelha-se a um auxiliar prototípico e aceita um sujeito inanimado, como mostra o exemplo da autora, retirado de um editorial do Jornal do Brasil:

- (13) A exploração política das favelas *deixou de* oferecer vantagens depois de demonstrada a incapacidade de deter a ocupação desordenada e predatória dos morros.

Em nosso *corpus*, a estrutura *deixar de + infinitivo* corresponde a 36,36% (trinta e seis vírgula trinta e seis por cento) dos dados dos artigos de opinião e a 31,25% (trinta e um vírgula vinte e cinco por cento) dos dados das entrevistas. Assim como Cezario (2001), também constatamos que esse é o uso mais gramaticalizado do verbo *deixar*. Todas as ocorrências de *deixar de + infinitivo* foram classificadas no Estágio D do contínuo *Verb-to-TAM*. Essas estruturas preenchem quase todas as características enumeradas por Heine (1993) para esse estágio:

- (a) No Estágio D, o verbo não apresenta mais um substantivo como complemento: *deixar de* é sempre seguido de infinitivo e nunca de substantivo.

- (b) Os itens que estão no Estágio D têm como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita: o único complemento aceito por *deixar de* é o infinitivo, e nunca o gerúndio ou o particípio.

Além do Estágio D, o verbo *deixar* teve dados classificados nos Estágios A, B e C:

	Estágio <b>A</b>		Estágio <b>B</b>		Estágio <b>C</b>		Estágio <b>D</b>		Estágio <b>E</b>		Estágio <b>F</b>		Estágio <b>G</b>	
	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%
<b>Artigos de opinião</b>	4	18,18	6	27,27	4	18,18	8	36,36	0	-	0	-	0	-
Classificação	<b>3º</b>		<b>2º</b>		<b>3º</b>		<b>1º</b>		-		-		-	
<b>Entrevistas</b>	18	28,12	20	31,25	6	9,37	20	31,25	0	-	0	-	0	-
Classificação	<b>2º</b>		<b>1º</b>		<b>3º</b>		<b>1º</b>		-		-		-	

Tabela 13: Resultado da classificação do verbo *deixar* no contínuo *Verb-to-TAM*.

A tabela 13 mostra a porcentagem dos dados em cada um dos estágios e a ordem de classificação dos resultados, ou seja, qual dos estágios é o 1º, o 2º, o 3º ou o 4º no índice de ocorrência de dados.

O gráfico 3 ilustra, de forma comparativa, os estágios em que foram classificados os dados com o verbo *deixar* nos artigos de opinião e nas entrevistas:

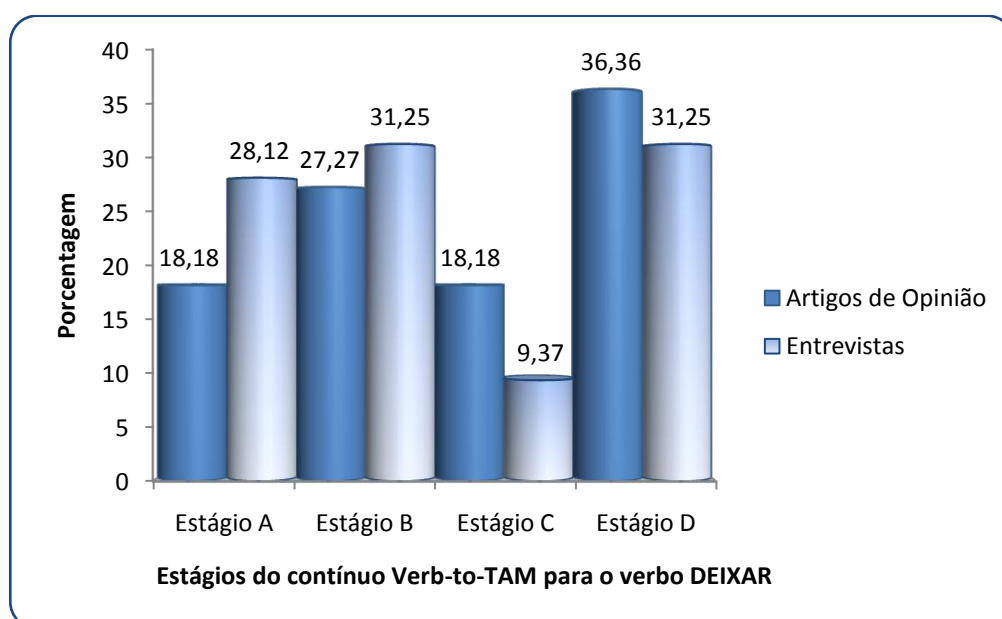


Gráfico 3: Estágios do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *DEIXAR*.

Os artigos de opinião e as entrevistas tiveram dados classificados nos estágios de A a D do contínuo *Verb-to-TAM*, com valores maiores em B e D, para os dois gêneros, e com valores menores em C, também para os dois gêneros. Tanto nos artigos como nas entrevistas, os resultados foram superiores a 18% nos quatro estágios encontrados. A discrepância está somente no Estágio C, que, nos dados das entrevistas, acumulou um resultado de apenas 9,37%.

Os estágios A e B são aqueles em que os verbos são considerados plenos, ainda que no Estágio B eles já apresentem alguns traços de auxiliaridade verbal. Nos estágios C e D, a trajetória de gramaticalização já foi iniciada e, por consequência, o item verbal possui um número maior de características associadas à auxiliaridade.

Somados os percentuais dos estágios A e B e dos estágios C e D, nos dois gêneros, é possível perceber que o verbo *deixar* possui dois usos bem marcados: um como verbo pleno (estágios A + B) e outro como verbo com alguns traços de auxiliar (estágios C + D):

	DEIXAR	
	Artigos de opinião	Entrevistas
<b>Estágios A + B</b>	45,45%	59,37%
<b>Estágios C + D</b>	54,54%	40,62%
<b>TOTAL:</b>	99,99%	99,99%

Tabela 14: Distribuição dos dados com o verbo *deixar* nos estágios A + B e C + D.

Segundo Heine (1993), a maioria dos itens associados ao “status” de auxiliar combina, simultaneamente, mais de um estágio ao longo do contínuo *Verb-to-TAM*. Esses itens, conforme o autor, apresentam, geralmente, dois usos principais: um como verbo principal e outro como verbo com valor mais gramatical. Esse parece ser o caso do verbo *deixar*, como se depreende dos resultados obtidos em nossas análises.

A tabela 15 descreve as características pontuadas pelo verbo *deixar* em cada um dos estágios:

Estágio	Características		Porcentagem apresentada			
			Artigos de opinião		Entrevistas	
			APLIC	%	APLIC	%
<b>A</b>	01	O verbo apresenta significado lexical completo.	21	95,45%	64	100%
	02	O complemento do verbo é um objeto concreto.	4	18,18%	7	10,93%
<b>B</b>	03	O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade.	9	40,90%	26	40,62%
	04	Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio.	11	50%	29	45,31%
	05	O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico.	3	13,63%	10	15,62%
	06	O complemento consiste de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita.	0	0	4	6,25%
<b>C</b>	07	O sujeito não é um referente humano.	10	45,45%	23	35,93%
	08	O verbo expressa apenas as noções de tempo, aspecto ou modo (ou seja, começa a perder conteúdo lexical).	0	0	0	0
	09	O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita. Ainda que o complemento seja um substantivo, é provável que ele se refira a uma atividade ou denote um evento.	9	40,90%	20	31,25%
	10	O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico.	8	36,36%	21	32,81%
	11	O verbo e o seu complemento referem-se ao mesmo tempo.	10	45,45%	21	32,81%
	12	A capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo ("TAM distinctions") é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica.	0	0	1	1,56%
	13	O verbo e o complemento representam uma só unidade semântica.	0	0	0	0
<b>D</b>	14	O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva.	0	0	0	0
	15	O verbo não apresenta mais um substantivo como complemento.	8	36,36%	22	34,37%
	16	O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita.	8	36,36%	22	34,37%
<b>E</b>	17	O item verbal perde sua capacidade de ser negado.	0	0	0	0
	18	Os processos de <i>erosão</i> e de <i>clitização</i> começam a ser desencadeados e, como efeito, o verbo, além de perder substância fonológica, perde também seu <i>status</i> de palavra.	0	0	0	0
<b>F</b>	19	O complemento do verbo passa a ser interpretado como verbo principal.	0	0	0	0
	20	O <i>status</i> do item verbal muda de clítico para afixo.	0	0	0	0
<b>G</b>	21	O verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical incapaz de apresentar tom ou intensidade. O que era um afixo no Estágio F torna-se agora uma flexão.	0	0	0	0

Tabela 15: Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *DEIXAR*.

No Estágio A, a característica número **1** (O verbo apresenta significado lexical completo) é a mais pontuada pelo verbo *deixar*. Ela ocorre em todos os dados das entrevistas e em quase todos dos artigos de opinião. A única exceção é para o uso de *deixar* na construção “não *deixa* nada a dever”, conforme exemplo (11) desta seção.

No Estágio B, todas as características foram pontuadas para o verbo *deixar* nas entrevistas. Nos artigos de opinião, esse verbo apresentou quase todas as características do Estágio B, não tendo sido encontrada, para esse gênero, apenas a característica de número **6** (O complemento consiste de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita). Tanto nos artigos de opinião como nas entrevistas, as características mais recorrentes foram as de número **3** (O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade) e **4** (Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio). O único complemento não-finito presente nos dados com *deixar* é o infinitivo.

No Estágio C, todas as características, com exceção das de número **8** (O verbo expressa apenas as noções de tempo, aspecto ou modo) e **13** (O verbo e o complemento representam uma só unidade semântica) foram pontuadas nas entrevistas. Nos artigos, além das características **8** e **13**, não foram encontrados dados com a característica **12** (A capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica).

As características de número **9** e **10**, nos dois gêneros, referem-se, principalmente, aos dados com a estrutura *deixar de + infinitivo*:

- (a) Característica **9** (O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita): a estrutura *deixar de* não aceita outro complemento que não o infinitivo. Além disso, nos dados, não há inserção de material fônico entre *deixar de* e o complemento não-finito.
- (b) Característica **10** (O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico): a estrutura *deixar de + infinitivo* é sempre usada com sujeito idêntico como, por exemplo, em “eu deixei de beber”, que corresponde a *(eu) deixei de (eu) beber*. A presença da característica 10 reforça, ainda mais, a característica 9: com sujeito idêntico, os verbos estão fortemente associados.

A característica **7** (O sujeito não é um referente humano) é também significativamente presente nos dois gêneros. Em nossos dados, o uso de sujeitos não-humanos é bastante recorrente ao lado da estrutura *deixar de + infinitivo*. Porém, como pudemos observar nos artigos e entrevistas investigados, mesmo quando o complemento do verbo é um nome, o sujeito não-humano é usado:

- (14) Imagine o estrago que acarretaram ao setor bancário vinte anos de inflação multiplicados pela alavancagem de doze vezes o patrimônio líquido. Devido à inflação média somente deste ano, os bancos do mundo *deixarão* de emprestar 2 trilhões de dólares em 2008, só para poder se enquadrar nos ditames de Basiléia I e II. Um tiro no pé dos bancos e na economia do planeta. Edição 2024, 05/09/2007. (Artigo de opinião. Uso de *deixar de + infinitivo* com sujeito não-humano)
- (15) Outra razão para receber estagiários é o fato de obter trabalho temporário ou serviços adicionais a baixo custo. Não são reais estágios, mas empregos simples para estudantes, garantidos por uma reserva de mercado. Enquanto for mais barato, contrata-se um estagiário para tirar xerox. Se a lei não *deixa* o estagiário produzir "de verdade", limita as horas de presença no trabalho e cria outros constrangimentos, a empresa preferirá contratar office-boys. Edição 2030, 17/10/2007. (Artigo de opinião. Uso de *deixar* com sujeito não-humano)

No Estágio D, as características pontuadas foram as de número **15** (O verbo não apresenta mais um substantivo como complemento) e **16** (O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita). Elas dizem respeito, como já explanamos, aos usos da estrutura *deixar de + infinitivo*.

Os dados com o verbo *deixar*, nos artigos de opinião e nas entrevistas, não apresentaram características dos Estágios E, F e G.

5.1.4 O VERBO *DESEJAR*

Verbo DESEJAR – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
1	3) Esse imposto incide sobre o "juro" nominal, e não sobre o juro real, que é o verdadeiro juro. Se o juro real for igual à inflação, o imposto vai para 50%, o dobro dos 25% esperados no futuro. Portanto, calculando-se 50% de imposto sobre 2,5% a 3% de juros, sobrarão somente 1,2% a 1,5% ao ano de rendimento. Para cada 1.000 reais de renda mensal de aposentadoria que você <b>desejar</b> receber, precisará acumular no mínimo 1 milhão de reais. Lamento muito, é só fazer as contas. Edição 2012, <b>13/06/2007</b> .	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3 4	9 10	-	-	-	-	<b>C</b>
2	Esse deslocamento de prioridades só é possível porque há um vácuo na nossa sociedade, que parece ter se esquecido de quem é a nossa educação e para quem ela é feita. É bom lembrar, portanto, que a educação pública é de, digamos, "propriedade" do povo brasileiro, e não apenas dos profissionais que nela trabalham. Esses profissionais são servidores públicos e, portanto, não cabe a eles formular política pública, mas sim acatar o programa decidido pela sociedade por meio dos seus representantes eleitos. E isso em todos os níveis: assim como o professor de 1ª série de uma escola pública não pode decidir quando o aluno deve ser alfabetizado, os doutores da pedagogia da USP não podem formar, com dinheiro público, professores que eles <b>desejam</b> que sejam vanguardistas da revolução socialista. Finalmente, precisamos lembrar para quem é nossa educação. Um sistema educacional é criado para educar os alunos. É isso – só isso – que importa. [...] Edição 2043, <b>16/01/2008</b> .	0	1	0	0	0	0	0	1
		1	3 5 6	-	-	-	-	-	<b>B</b>

Verbo DESEJAR – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
1	<p><b>Veja – Deportar turistas espanhóis é uma resposta inteligente à repatriação de brasileiros que tentavam ir para a Espanha? Villa</b> – Foi um exagero. A política externa não é para ficar a cargo de um funcionário da Polícia Federal. As cenas dos espanhóis sendo deportados no aeroporto de Fortaleza são absurdas. Uma coisa é um turista que vai para Jericoacoara, outra é um brasileiro que, supostamente ou não, <b>deseja</b> trabalhar na Espanha. Quando faz diplomacia com a Europa, os Estados Unidos ou a Ásia, o Brasil tem sido muito agressivo. É como se o esforço para se afirmar como país, uma vez que não se realiza na América Latina, fosse todo desviado para os fóruns em outros continentes. Ser duro com um turista espanhol é fácil. Quero ver ser duro com Hugo Chávez. Edição 2056, <b>16/04/2008</b>.</p>	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3 4	9 10	-	-	-	-	<b>C</b>
2	<p><b>Veja – O senhor reconhece que os bons resultados econômicos são responsáveis em boa parte pelo sucesso do governo. Por que os petistas insistem em pedir a cabeça do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles? Chinaglia</b> – Há uma vocação natural do PT de fazer pressão por mais desenvolvimento e mais crescimento. O Meirelles, justa ou injustamente, ficou marcado no partido como um obstáculo a esse desejo, um entrave ao crescimento do país. Sua saída não vai merecer aplausos no PT, mas vai criar a expectativa de que possibilite mais crescimento. Qualquer um no PT ou fora do PT pode discordar do Meirelles, pode <b>desejar</b> mudanças, mas não pode negar que ele teve participação relevante nos resultados do governo até agora. Edição 2061, <b>21/05/2008</b>.</p>	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
3	<p><b>Veja – É possível fazer uma eleição limpa no Brasil? Britto</b> – Estamos trabalhando para que isso aconteça. A própria sociedade tem demonstrado que <b>deseja</b> isso. O Brasil quer eleições eticamente depuradas. Há uma espécie de água na boca das pessoas por um Brasil passado a limpo, um Brasil com políticos comprometidos com a causa pública. Percebe-se nitidamente uma santa curiosidade social pelas coisas do poder. Isso me encanta. Para que o voto seja consciente, a Justiça Eleitoral tem de providenciar o acesso desembaraçado às informações dos candidatos – inclusive quanto a sua biografia e eventuais processos criminais. Edição 2068, <b>16/07/2008</b>.</p>	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>



Verbo DESEJAR – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
4	<b>O que o senhor acha da idéia do terceiro mandato, que volta e meia surge entre os petistas?</b> A Constituição não permite. Mas a verdade – eu já falei e vou repetir – é que, se alguém perguntar o que o povo <b>deseja</b> , vai ouvir que o povo quer que o presidente Lula continue no poder. E por motivos óbvios: o bom desempenho da economia, a sensibilidade com os programas sociais, o apreço às camadas menos favorecidas da sociedade. Mas, para o presidente Lula, isso está fora de cogitação. Ele não topa de forma nenhuma. Edição 2074, <b>20/08/2008</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>

O verbo *desejar* é o menos freqüente entre os volitivos estudados, o que nos leva a afirmar que, nesse sentido, ele se comporta, predominantemente, como um verbo pleno. Foram encontrados somente 02 (dois) usos de *desejar* nos artigos de opinião e 04 (quatro) nas entrevistas. A média de uso desse verbo, a cada 10.000 (dez mil) palavras, é, portanto, muito baixa: 0,49 (zero vírgula quarenta e nove) nos artigos de opinião e 0,44 (zero vírgula quarenta e quatro) nas entrevistas.

Apesar do pequeno número de dados, optamos por manter o verbo *desejar* entre os volitivos eleitos para o nosso estudo. A razão é justamente mostrar que esse é um volitivo pouco usado, se comparado aos demais verbos do mesmo grupo semântico.

Há dois possíveis motivos, correlacionados, para a baixa freqüência verificada para o verbo *desejar*: o primeiro é a pouca possibilidade de uso desse verbo em contextos diferentes. No Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004) são listados apenas quatro significados para *desejar*: ter desejo ou vontade de; querer; ambicionar; fazer votos de (saúde, felicidade, etc.). Por conseguinte, se comparado ao de outros volitivos, como *querer*, *mandar* e *deixar*, é restrito o número de contextos em que esse verbo pode ocorrer. O segundo motivo pode ser o alto uso do verbo *querer* em lugar de *desejar*. Em nossa análise do verbo *querer*, constatamos que esse verbo é empregado, na maioria dos casos, com o sentido de *desejar*. Assim, por razões que não podemos assegurar, parece haver uma substituição, ou preferência, por parte do falante, de um verbo em lugar do outro. Uma explicação plausível para essa substituição parece ser a classificação do verbo *querer* no contínuo *Verb-to-TAM*: esse verbo apresenta usos nos Estágios C e D, o que indica que ele já iniciou o processo de gramaticalização, que possui alguns traços de auxiliar e que, portanto, tem seu contexto de uso ampliado.

Com relação aos sentidos do verbo, não houve predominância de um sobre o outro nos dados do *corpus*. Em todos os casos, pode-se atribuir um grupo de sentidos (ter desejo ou vontade de; querer; ambicionar), e não apenas um, a uma mesma ocorrência de *desejar*:

- (1) [...] Esse imposto incide sobre o "juro" nominal, e não sobre o juro real, que é o verdadeiro juro. Se o juro real for igual à inflação, o imposto vai para 50%, o dobro dos 25% esperados no futuro. Portanto, calculando-se 50% de imposto sobre 2,5% a 3% de juros, sobrarão somente 1,2% a 1,5% ao ano de rendimento. Para cada 1.000 reais de renda mensal de aposentadoria que você *desejar* receber, precisará acumular no mínimo 1 milhão de reais. Lamento muito, é só fazer as contas. Edição 2012, 13/06/2007. (Artigo de opinião).

No que se refere aos estágios do contínuo *Verb-to-TAM*, a análise apontou os seguintes resultados para o verbo *desejar*:

	Estágio <b>A</b>		Estágio <b>B</b>		Estágio <b>C</b>		Estágio <b>D</b>		Estágio <b>E</b>		Estágio <b>F</b>		Estágio <b>G</b>	
	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%
<b>Artigos de opinião</b>	0	-	1	50	1	50	0	-	0	-	0	-	0	-
Classificação	-		<b>1º</b>		<b>1º</b>		-		-		-		-	
<b>Entrevistas</b>	3	75	1	25	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Classificação	<b>1º</b>		<b>2º</b>		-		-		-		-		-	

Tabela 16: Resultado da classificação do verbo *desejar* no contínuo *Verb-to-TAM*.

A tabela 16 mostra a porcentagem dos dados em cada um dos estágios e a ordem de classificação dos resultados, ou seja, qual dos estágios é o 1º ou o 2º no índice de ocorrência de dados.

O gráfico 4 ilustra, de forma comparativa, os estágios em que foram classificados os dados com o verbo *desejar* nos artigos de opinião e nas entrevistas:

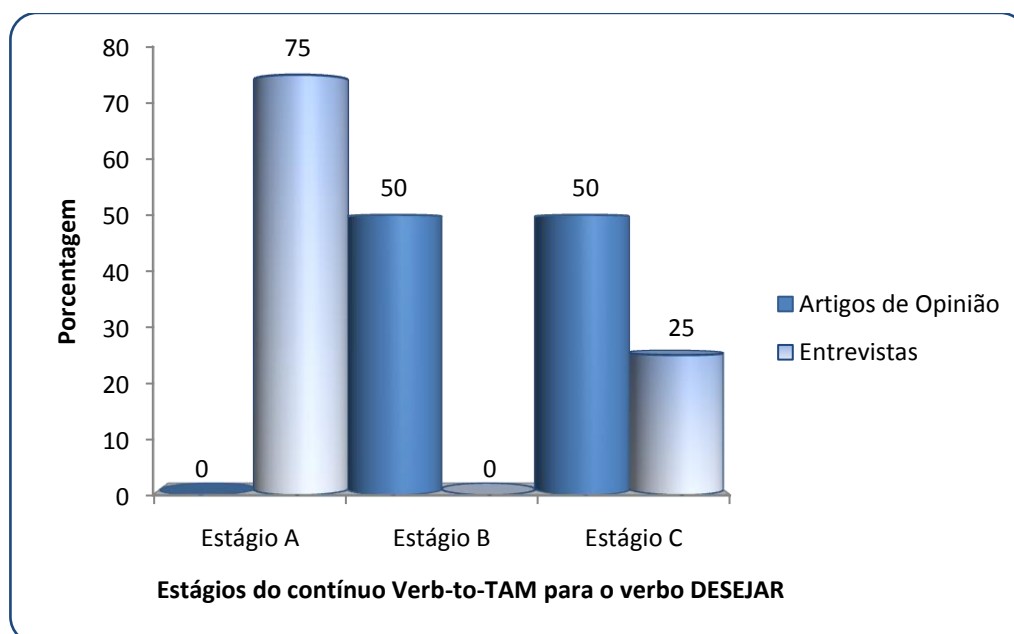


Gráfico 4: Estágios do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *DESEJAR*.

O verbo *desejar* teve seus dados classificados nos três primeiros estágios do contínuo *Verbo-to-TAM* (A, B e C). Nos artigos de opinião, esses dados se dividem entre os Estágios B e C e, nas entrevistas, entre os Estágios A e C.

Tendo em vista o pequeno número ocorrências de *desejar*, torna-se difícil fazer uma análise mais aprofundada e, até mesmo, segura desse verbo. Nos artigos de opinião, por exemplo, 50% (cinquenta por cento) dos dados estão no Estágio B e os outros 50% (cinquenta por cento) no Estágio C. Porém, esses 50% (cinquenta por cento) correspondem a somente 01 (uma) ocorrência de *desejar* em cada estágio, já que, no total, ele apresentou apenas 02 (dois) dados nos artigos de opinião. Do mesmo modo, nas entrevistas, 75% (setenta e cinco por cento) dos dados foram classificados no Estágio A e 25% (vinte e cinco por cento) no Estágio C, mas eles correspondem, respectivamente, a apenas 03 (três) e 01 (um) dados, do total de 04 (quatro) encontrados nas entrevistas.

O que se pode depreender desses resultados, sem muita segurança, é que o verbo *desejar* ainda é, predominantemente, usado como verbo pleno (Estágios A e B), embora, em certos contextos, ele apresente alguns traços de auxiliaridade, o que o leva, nesses casos, a ser classificado no Estágio C. No entanto, seria necessário um volume maior de dados para comprovarmos os resultados obtidos em nossas análises.

As características pontuadas em cada estágio, para o verbo *desejar*, são as descritas na tabela 17:

Estágio	Características		Porcentagem apresentada			
			Artigos de opinião		Entrevistas	
			APLIC	%	APLIC	%
<b>A</b>	01	O verbo apresenta significado lexical completo.	2	100%	4	100%
	02	O complemento do verbo é um objeto concreto.	0	0	0	0
<b>B</b>	03	O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade.	2	100%	1	25%
	04	Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio.	1	50%	1	25%
	05	O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico.	1	50%	0	0
	06	O complemento consiste de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita.	1	50%	0	0

<b>C</b>	07	O sujeito não é um referente humano.	0	0	0	0
	08	O verbo expressa apenas as noções de tempo, aspecto ou modo (ou seja, começa a perder conteúdo lexical).	0	0	0	0
	09	O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita. Ainda que o complemento seja um substantivo, é provável que ele se refira a uma atividade ou denote um evento.	1	50%	1	25%
	10	O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico.	1	50%	1	25%
	11	O verbo e o seu complemento referem-se ao mesmo tempo.	0	0	0	0
	12	A capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo ("TAM distinctions") é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica.	0	0	0	0
	13	O verbo e o complemento representam uma só unidade semântica.	0	0	0	0
<b>D</b>	14	O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva.	0	0	0	0
	15	O verbo não apresenta mais um substantivo como complemento.	0	0	0	0
	16	O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita.	0	0	0	0
<b>E</b>	17	O item verbal perde sua capacidade de ser negado.	0	0	0	0
	18	Os processos de <i>erosão</i> e de <i>clitização</i> começam a ser desencadeados e, como efeito, o verbo, além de perder substância fonológica, perde também seu <i>status</i> de palavra.	0	0	0	0
<b>F</b>	19	O complemento do verbo passa a ser interpretado como verbo principal.	0	0	0	0
	20	O <i>status</i> do item verbal muda de clítico para afixo.	0	0	0	0
<b>G</b>	21	O verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical incapaz de apresentar tom ou intensidade. O que era um afixo no Estágio F torna-se agora uma flexão.	0	0	0	0

Tabela 17: Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *DESEJAR*.

No Estágio A, a única característica pontuada pelo verbo *desejar* foi a de número **1** (O verbo apresenta significado lexical completo). Ela está presente em todos os dados dos artigos de opinião e das entrevistas.

No Estágio B, todas as características se mostraram aplicáveis aos dados dos artigos de opinião. No entanto, a de número **3** (O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade) é a mais recorrente: ela se verifica em 100% (cem por cento) dos dados dos artigos. Nas entrevistas, os resultados foram um pouco diferentes: apenas as características **3** e **4** (Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio) foram marcadas. Elas ocorrem em 25% (vinte e cinco por cento) dos dados desse gênero.

No Estágio C, as únicas características pontuadas para os dois gêneros foram a **9** (O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita) e a **10** (O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico). Nos artigos de opinião, a porcentagem de ocorrência é o dobro da encontrada nas entrevistas.

Não foram identificadas características dos Estágios D, E, F e G para o verbo *desejar*, tanto nos artigos de opinião como nas entrevistas.

Embora essas informações não possam ser desconsideradas, elas revelam, como já afirmamos, o comportamento de um discreto número de dados do verbo *desejar*. Se um volume maior de elementos for coletado, ele pode apontar outras características que não foram identificadas nos usos de *desejar* em nosso *corpus*.

Apesar disso, uma observação interessante possa talvez ser feita: considerando a baixa frequência de uso, o mais esperado, com relação ao verbo *desejar*, é que ele se comportasse somente como verbo pleno (Estágios A e B), com poucos ou nenhum traço de auxiliaridade verbal. O que constatamos, porém, é a presença de alguns traços do Estágio C já em uma pequena amostra de dados desse verbo. Esses traços, no entanto, podem ter ocorrido justamente por conta do significado do verbo e do grupo semântico (volitivo) a que ele pertence.

Como notou Cezario (2001, p. 9), os verbos volitivos são aqueles que apresentam “um sentido básico predominantemente ligado à vontade o referente-sujeito”. No caso do verbo *desejar*, essa vontade pode ser expressa de duas formas: a) um desejo do referente-sujeito de que algo aconteça ou se dê para ele mesmo; b) um desejo do referente-sujeito de que algo aconteça ou se dê para outro ser. Quando o primeiro sentido é o que está sendo realizado, o verbo e o seu complemento têm sujeitos idênticos (característica **10** do Estágio C):

- (2) [...] Para cada 1.000 reais de renda mensal de aposentadoria que você *desejar receber*, precisará acumular no mínimo 1 milhão de reais. Lamento muito, é só fazer as contas. Edição 2012, 13/06/2007. (Artigo de opinião. Uso de *desejar* com sujeito idêntico entre o verbo e o complemento: (você) *desejar* (você) *receber*).

Entre os volitivos que estamos estudando, a manifestação de desejo ou vontade do referente-sujeito para si próprio parece ser possível apenas com os verbos *querer* e *desejar*. Nos demais verbos (*mandar*, *deixar*, *pedir* e *exigir*), a vontade, que pode ser uma ordem, uma permissão

ou um pedido, é mais freqüentemente expressa com relação a um outro ser como, por exemplo, em: (*eu*) mandar/deixar/pedir/exigir (*você*) fazer.

Parece, portanto, que o sentido de *desejar* favorece, em certos contextos, o uso com sujeito idêntico entre o verbo e o complemento. Nesses casos, a característica **10** do Estágio C é marcada e faz com que *desejar* seja classificado nesse estágio. A característica **9** do Estágio C (O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita), também verificada para alguns usos do verbo *desejar* em nosso *corpus*, está, de certo modo, relacionada à presença da característica **10**: o uso de sujeito idêntico e a não-inserção de material fônico entre o verbo e complemento faz com que um e outro se tornem bastante associados.

O que pretendemos esclarecer, com base nessa reflexão, é que não é suficiente observar o estágio em que o uso do verbo foi classificado. O estágio é importante, mas ele apenas indica que o verbo pode apresentar traços que o aproximam um pouco mais da auxiliaridade. *Quantos e quais* são esses traços são também informações fundamentais e importantes para que possamos compreender melhor o comportamento e os usos do verbo. Vejamos um exemplo: o verbo *desejar* teve usos classificados no Estágio C e, no entanto, apresentou somente duas características desse estágio (**9** e **10**). O verbo *querer*, por outro lado, também teve usos classificados no Estágio C, porém, com uma diferença: os dados indicaram que ele, de acordo com o contexto, exhibe *todas* as características (ainda que não-simultaneamente) do estágio em questão. Ou seja, comparado a *desejar*, o verbo *querer*, ainda que no mesmo estágio, exhibe um comportamento mais próximo da auxiliaridade. Esse é um resultado esperado quando se trabalha com a noção de contínuo e de gradação.

5.1.5 O VERBO *PEDIR*

Verbo PEDIR – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							
		A	B	C	D	E	F	G	Total
1	Nesses textos, há asneiras irremediáveis e assuntos que coroariam um processo de amadurecimento intelectual. Contudo, para jovens que iniciam seus estudos, são fórmulas certeiras para uma grande balbúrdia mental, em uma idade que pede a consolidação de idéias claras e a compreensão rigorosa e analítica do texto escrito. Embaçamos o ensino ao solicitar aos alunos que "reinterpretem" o pensamento dos grandes cientistas e filósofos, segundo Mortimer Adler, " <b>pedindo</b> sua opinião a respeito de tudo". Edição 1990, <b>10/01/2007</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	A
2	Durante a longa espera, uma gravação <b>pede</b> : "Favor digitar o número do seu cartão de crédito, o número do seu protocolo de reclamação, o seu CEP, CPF e RG, bem como o nome completo de solteira da sua mãe". Só que a primeira voz humana que aparece pede para eu repetir tudo novamente. Quem manda obedecer a uma gravação? Edição 2004, <b>18/04/2007</b> .	0	0	1	0	0	0	0	1
		1	-	7	-	-	-	-	B
3	[...] Durante a longa espera, uma gravação pede: "Favor digitar o número do seu cartão de crédito, o número do seu protocolo de reclamação, o seu CEP, CPF e RG, bem como o nome completo de solteira da sua mãe". Só que a primeira voz humana que aparece <b>pede</b> para eu repetir tudo novamente. Quem manda obedecer a uma gravação? Edição 2004, <b>18/04/2007</b> .	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3 4 5	7	-	-	-	-	C
4	Quando o crime é irreparável e atinge todas as nossas relações, a única saída é o suicídio de honra, a auto-execução que liberta tanto o ofensor quanto a sua família, partido ou segmento de suas faltas. É o que ocorre no Japão e foi o que aconteceu, no caso brasileiro, apenas no suicídio de Getúlio Vargas. Quando, por sua vez, a culpa é intolerável, o sujeito vai à televisão, <b>pede</b> perdão público aos seus concidadãos e aguarda o julgamento, como fizeram Ted Kennedy, Richard Nixon e Bill Clinton. Edição 2021, <b>15/08/2007</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	A
5	Se em vez de <b>pedirem</b> moratória, implorarem por mais prazo, nossos negociadores tivessem exigido a troca do "corroído pela inflação" por um "corrigido pela inflação", os bancos americanos teriam tido o necessário espaço para respirar e teríamos resolvido a não-crise numa boa. [...] Edição 2024, <b>05/09/2007</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	A



Verbo PEDIR – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							
		A	B	C	D	E	F	G	Total
6	Alguns ex-presidentes <b>pedem</b> que os esqueçam, outros fazem futrica política. Alguns pontificam sobre os destinos do mundo. [...] Edição 2034, <b>14/11/2007</b> .	0	1	0	0	0	0	0	1
		1	5, 6	-	-	-	-	-	<b>B</b>
7	No sábado, às 10 horas em ponto, seu amigo está à porta, quando seu filho, absolutamente estarecido, lhe pergunta: "Pai, você esqueceu o nosso filme?".  O que você faz numa situação dessas?  1. Você diz que não irá ao futebol. Pede mil desculpas ao amigo, diz que não poderá jogar conforme o prometido, <b>pede</b> que ele explique o ocorrido ao seu chefe, e fim de papo. Edição 2053, <b>26/03/2008</b> .	0	1	0	0	0	0	0	1
		1	3 5 6	-	-	-	-	-	<b>B</b>
8	No sábado, às 10 horas em ponto, seu amigo está à porta, quando seu filho, absolutamente estarecido, lhe pergunta: "Pai, você esqueceu o nosso filme?".  O que você faz numa situação dessas? [...]  2. Você <b>pede</b> mil desculpas aos seus filhos, explica a situação, diz que o chefe vai estar lá, que você os levará no sábado que vem, com direito a pipoca em dobro. E tudo se resolverá a contento, sem prejuízo de ninguém. Edição 2053, <b>26/03/2008</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
9	Em ampla pesquisa com professores, que resultou no livro <i>O Perfil dos Professores Brasileiros</i> , a Unesco <b>pediu</b> aos docentes que identificassem, em uma lista com várias opções, quais os fatores que mais influenciam o aprendizado de seus alunos. O vencedor, disparado, foi "acompanhamento e apoio familiar", com 78% dos votos. [...] Edição 2068, <b>09/07/2008</b> .	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3 5 6	7	-	-	-	-	<b>C</b>
10	Antes de propor que a agressão sofrida pela democracia em Honduras fosse revidada com sanções econômicas ainda mais duras, Lula <b>pediu</b> aos Estados Unidos que suspendessem as sanções impostas a Cuba, gerenciada pela mais antiga ditadura do mundo. Depois de reiterar que a crise hondurenha pode transformar a América Latina em zona conflagrada, Lula festejou a confirmação da visita ao Brasil do iraniano Ahmadinejad, que a cada meia hora acaricia a ideia de começar a III Guerra Mundial amputando do mapa o território de Israel. Edição 2132, <b>30/09/2009</b> .	0	1	0	0	0	0	0	1
		1 2	3 5 6	-	-	-	-	-	<b>B</b>

Verbo PEDIR – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
1	<p><b>Veja – Quase sempre se associa burocracia a órgãos públicos. Mas, com serviços como telemarketing e atendimento eletrônico, não estaríamos diante de uma nova fase de burocratização, desta vez no setor privado? Piquet</b> – Sim, mas, mais uma vez, boa parte da culpa cabe ao governo. A burocracia desses serviços decorre de deficiências regulatórias. Quando se pede o cancelamento de uma linha telefônica devido à morte do titular, algumas companhias exigem uma procuração assinada pelo falecido. Helio Beltrão dizia que, no Brasil, a certidão de óbito é mais importante que o defunto. Edição 2025, 12/09/2007.</p>	0	1	0	0	0	0	0	1
		1	3	-	-	-	-	-	B
2	<p><b>Veja – Como foi exatamente o assalto? Huck</b> – Foi um assalto-padrão, que ocorre nas esquinas de São Paulo todos os dias. Durou no máximo quinze segundos. Eu saía de um restaurante com um amigo. Estava no banco do carona. Os bandidos chegaram de moto e bateram no vidro com o revólver. Abri a janela uns 15 centímetros. Eles pediram o relógio. Eu entreguei. Depois, pediram o do meu amigo, que também entregou. Eles foram embora. Não deu para ver como eram, porque estavam de capacete. Provavelmente me seguiram desde o restaurante, porque sabiam que eu estava com um Rolex. Só pediram isso. Tem uma máfia especializada em roubo de relógio em São Paulo. São profissionais. Edição 2029, 10/10/2007.</p>	0	0	0	0	0	0	0	0
		1 2	-	-	-	-	-	-	A
3	<p><b>Veja – No caso das favelas, onde o estado não se faz presente, é possível uma entidade ou até serviços públicos atuarem sem autorização do tráfico? Beltrame</b> – Hoje, na maioria das favelas, não. No entanto, o estado não pode compactuar com bandidos de forma alguma. A polícia tem de ir lá e fazer o seu trabalho. Os moradores das favelas se tornaram reféns, e nosso trabalho é resgatá-los. Como um professor pode dar aulas às crianças se o colégio é monitorado 24 horas por marginais armados? Já houve caso de diretora de escola que encontrou armas com as crianças e tentou recolhê-las, mas os alunos disseram: "Tia, não faz isso, senão eu e minha família não chegamos em casa. Tenho de entregar isso mais tarde para uma pessoa". Que educação é essa que as crianças vão ter? Se o estado tiver de ir lá fazer algum tipo de intervenção, precisa entrar sem pedir licença a ninguém. Aquele território é público. Infelizmente, nem sempre se procedeu assim. E, conforme o tempo passa, pior vai ficando. Edição 2032, 31/10/2007.</p>	0	0	1	0	0	0	0	1
		1	-	7	-	-	-	-	B



Verbo PEDIR – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
7	<b>O senhor acredita que ela o ouve?</b> Muito, principalmente depois que simplifiquei o licenciamento ambiental para a execução de obras. Não eliminei as tensões do meu ministério com os desenvolvimentistas, mas as amainei. Já concedi quase 200 licenças em seis meses. Cada vez que uma sai, o sorriso da Dilma vai de uma orelha à outra. Isso me credenciou a <b>pedir</b> mais fiscais, parques, recursos. Saco sempre a lista de licenças do bolso na hora de negociar mais dinheiro e pessoal. Edição 2090, <b>10/12/2008</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
		2	-	-	-	-	-	-	
8	<b>E quanto ao deputado Jader Barbalho, o senhor se sente constrangido?</b> O Jader tem recato, não está <b>pedindo</b> cargo nenhum. Ele renunciou ao Senado e voltou como deputado absolvido pelas urnas. Está, portanto, legitimado no Parlamento. Edição 2091, <b>17/12/2008</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
9	<b>Seu marido, Marcelo Silva, foi preso e expulso da Polícia Militar do Rio por se drogar e espancar uma prostituta em um motel. Depois, a senhora descobriu que ele mantinha uma amante. Em seguida, Marcelo morreu de overdose ao lado dela. Qual foi o pior desses momentos?</b> Nunca vivi nada comparável ao primeiro grande baque, que foi o episódio do motel. Mas também nada se compara à nossa separação e à morte dele. Nem <i>(a autora de novelas)</i> Glória Perez seria capaz de escrever uma história como essa. Depois do escândalo do motel, perdoei o Marcelo porque jamais imaginei que ele aprontaria de novo. Mas nem o Marcelo nem aquela amante dele <i>(a nutricionista Fernanda Cunha)</i> eram inocentes. Só <b>peço</b> que não escreva o nome dessa mulher junto do de Susana Vieira, que é a vítima. Edição 2095, <b>14/01/2009</b> .	0	1	0	0	0	0	0	1
			3						<b>B</b>
		1	5	-	-	-	-	-	
10	<b>Em uma entrevista publicada há dois meses, o senador Jarbas Vasconcelos afirmou que o PMDB é corrupto e só pensa em ocupar cargos para fazer negócios.</b> Tenho muito respeito pelo senador Jarbas, mas ele foi genérico demais naquela entrevista. Fui pressionado para mandá-lo para a comissão de ética do partido, para expulsá-lo do PMDB, mas não fiz nada disso. Apenas <b>pedi</b> que especificasse as acusações, o que ele nunca fez. Como a afirmação é muito genérica, não há condições de apurar essa corrupção. Edição 2109, <b>22/04/2009</b> .	0	1	0	0	0	0	0	1
		1	3 5 6	-	-	-	-	-	<b>B</b>

O verbo *pedir* foi usado 18 (dezoito) vezes nos artigos de opinião e 28 (vinte e oito) nas entrevistas. A média de uso desse verbo, a cada 10.000 (dez mil) palavras, é relativamente próxima nos dois gêneros: 4,47 (quatro vírgula quarenta e sete) nos artigos de opinião e 3,08 (três vírgula zero oito) nas entrevistas.

Entre os volitivos estudados, *pedir* é o quarto mais freqüente nos artigos de opinião (depois de *querer*, *deixar* e *exigir*) e o terceiro mais freqüente nas entrevistas (depois de *querer* e *deixar*). No entanto, embora seja um dos verbos volitivos mais freqüentes em nosso *corpus*, *pedir* ainda revela uma média de ocorrência baixa se comparada a dos verbos mais usados, *querer* e *deixar*, que apresentam, respectivamente, a cada 10.000 (dez mil) palavras, médias de 13,42 (treze vírgula quarenta e dois) e 5,46 (cinco vírgula quarenta e seis) usos nos artigos de opinião e de 16,31 (dezesseis vírgula trinta e um) e 7,05 (sete vírgula zero cinco) usos nas entrevistas. Portanto, quanto à freqüência, podemos dizer que *pedir* se comporta como um verbo pleno.

O sentido básico identificado para o verbo *pedir* foi o de “solicitar”, havendo, em alguns poucos casos, a possibilidade de se atribuir a *pedir* o sentido de “requerer”.

Ainda com relação ao sentido, de acordo com Luft (2010), o verbo *pedir* é regido pela preposição *para* quando o sentido subentendido, entre o verbo e a preposição, é o de autorização, licença ou permissão, como em “João pediu para sair mais cedo do serviço”, que equivale a “João pediu permissão/autorização para sair mais cedo do serviço”. No *corpus*, a estrutura *pedir para* + *infinitivo* ocorre quatro vezes: três nos artigos de opinião e uma nas entrevistas. Dessas quatro ocorrências, porém, apenas uma parece ter o sentido de “solicitar autorização, licença ou permissão”, como exemplificado em (1). As demais se referem ao uso de *pedir para* + *infinitivo* com o sentido único de “solicitar”, sem que se subentenda um pedido de autorização, licença ou permissão, como mostra o exemplo (2):

- (1) O que a maioria das pessoas não sabe é que você nem sequer está conversando com um funcionário da empresa que lhe presta serviços. Você está conversando com uma empresa especializada, terceirizada, que pesquisou anos a fio a melhor forma de tratar você. É o melhor que eles conseguem. Não adianta ***pedir*** para falar com o presidente da empresa, porque eles estão a quilômetros de distância, e de propósito. Você é tão insignificante que falar com você foi considerado um serviço não essencial, por isso você foi terceirizado para uma outra empresa. Edição 2004, 18/04/2007. (Artigo de opinião. Uso de *pedir para* + *infinitivo* com o sentido de *pedir permissão/licença/autorização para*)

- (2) [...] Durante a longa espera, uma gravação pede: "Favor digitar o número do seu cartão de crédito, o número do seu protocolo de reclamação, o seu CEP, CPF e RG, bem como o nome completo de solteira da sua mãe". Só que a primeira voz humana que aparece *pede para eu repetir* tudo novamente. Quem manda obedecer a uma gravação? Edição 2004, 18/04/2007. (Artigo de opinião. Uso de *pedir para* + *infinitivo* com o sentido de *solicitar*).

No que se refere aos estágios do contínuo *Verb-to-TAM*, a análise apontou os seguintes resultados para o verbo *pedir*:

	Estágio A		Estágio B		Estágio C		Estágio D		Estágio E		Estágio F		Estágio G	
	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%
<b>Artigos de opinião</b>	7	38,89	7	38,89	4	22,22	0	-	0	-	0	-	0	-
Classificação	1º		1º		2º		-		-		-		-	
<b>Entrevistas</b>	15	53,57	12	42,85	1	3,57	0	-	0	-	0	-	0	-
Classificação	1º		2º		3º		-		-		-		-	

Tabela 18: Resultado da classificação do verbo *pedir* no contínuo *Verb-to-TAM*.

A tabela 18 mostra a porcentagem dos dados em cada um dos estágios e a ordem de classificação dos resultados, ou seja, qual dos estágios é o 1º, o 2º ou o 3º no índice de ocorrência de dados.

O gráfico 5 ilustra, de forma comparativa, os estágios em que foram classificados os dados com o verbo *pedir* nos artigos de opinião e nas entrevistas:

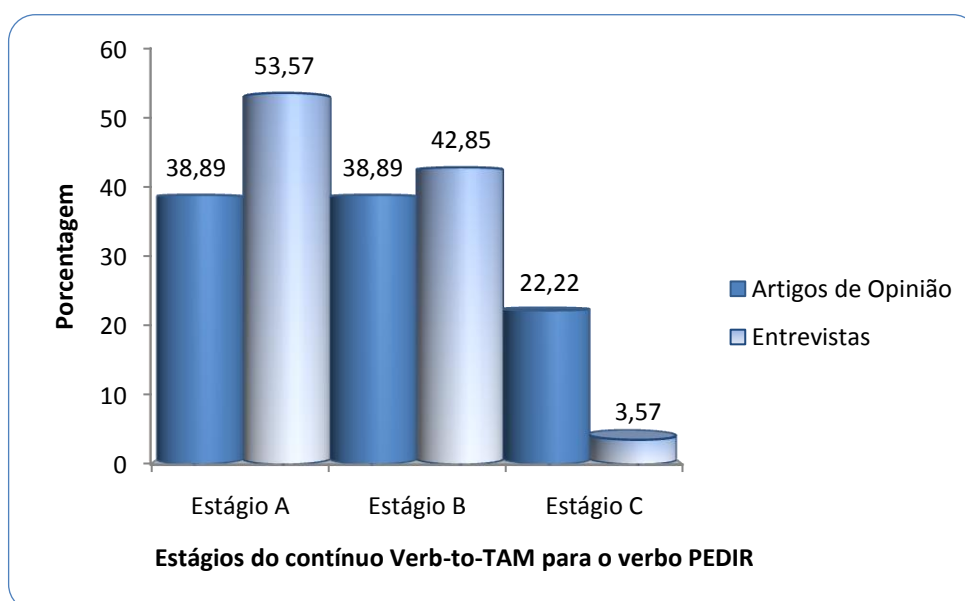


Gráfico 5: Estágios do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *PEDIR*.

O verbo *pedir* teve seus dados classificados nos três primeiros estágios do contínuo *Verb-to-TAM*: A, B e C. Note-se, porém, que os estágios A e B concentram a maior parte dos resultados: somados, eles acumulam 77,78% (setenta e sete vírgula setenta e oito por cento) dos dados dos artigos de opinião e 96,42% (noventa e seis vírgula quarenta e dois por cento) dos dados das entrevistas. O alto índice de resultados nos dois primeiros estágios do contínuo *Verb-to-TAM* aponta que, embora possa ser usado com alguns traços de auxiliaridade, o verbo *pedir* porta-se, predominantemente, como um verbo pleno.

As porcentagens no Estágio C correspondem a 04 (quatro) dados dos artigos de opinião e a 01 (um) dado das entrevistas. As razões para a classificação de *pedir* nesse estágio foram basicamente duas: (a) em três dados dos artigos de opinião e no dado da entrevista, o verbo *pedir* foi usado com sujeito não-humano e (b) em um dado do artigo de opinião, ocorre sujeito idêntico entre *pedir* e o seu complemento. Os exemplos (3) e (4) ilustram, respectivamente, essas situações:

- (3) Em ampla pesquisa com professores, que resultou no livro *O Perfil dos Professores Brasileiros*, a Unesco **pediu** aos docentes que identificassem, em uma lista com várias opções, quais os fatores que mais influenciam o aprendizado de seus alunos. O vencedor, disparado, foi "acompanhamento e apoio familiar", com 78% dos votos. [...] Edição 2068, 09/07/2008. (Artigo de opinião. Uso de *pedir* com sujeito não-humano).
- (4) O que a maioria das pessoas não sabe é que você nem sequer está conversando com um funcionário da empresa que lhe presta serviços. Você está conversando com uma empresa especializada, terceirizada, que pesquisou anos a fio a melhor forma de tratar você. É o melhor que eles conseguem. Não adianta **pedir** para falar com o presidente da empresa, porque eles estão a quilômetros de distância, e de propósito. Você é tão insignificante que falar com você foi considerado um serviço não essencial, por isso você foi terceirizado para uma outra empresa. Edição 2004, 18/04/2007. (Artigo de opinião. Uso de *pedir* com sujeito idêntico entre o verbo e o complemento: (você) *pedir para (você) falar*).

Esses dados, exemplificados em (3) e (4), já haviam recebido pontuação referente a características do Estágio B. Como apresentaram, também, as características mostradas acima, eles receberam mais um ponto e, portanto, foram classificados no Estágio C.

O que ocorre com o verbo *pedir* é semelhante ao que percebemos na análise de outros verbos, como *mandar* e *desejar*: apesar de ter alguns dados classificados no Estágio C, o verbo *pedir* apresenta poucas características de auxiliaridade verbal, se comparado, por exemplo, aos dados com o verbo *querer* que foram classificados nesse mesmo estágio.

Com relação às características pontuadas em cada estágio, o verbo *pedir*, nos artigos de opinião e entrevistas, mostrou os resultados descritos na tabela 19:

Estágio	Características		Porcentagem apresentada			
			Artigos de opinião		Entrevistas	
			APLIC	%	APLIC	%
<b>A</b>	01	O verbo apresenta significado lexical completo.	18	100%	28	100%
	02	O complemento do verbo é um objeto concreto.	2	11,11%	8	28,57%
<b>B</b>	03	O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade.	7	38,88%	12	42,85%
	04	Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio.	3	16,67%	2	7,14%
	05	O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico.	7	38,88%	9	32,14%
	06	O complemento consiste de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita.	5	27,77%	9	28,57%
<b>C</b>	07	O sujeito não é um referente humano.	6	33,33%	2	7,14%
	08	O verbo expressa apenas as noções de tempo, aspecto ou modo (ou seja, começa a perder conteúdo lexical).	0	0	0	0
	09	O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita. Ainda que o complemento seja um substantivo, é provável que ele se refira a uma atividade ou denote um evento.	0	0	0	0
	10	O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico.	1	5,55%	0	0
	11	O verbo e o seu complemento referem-se ao mesmo tempo.	0	0	0	0
	12	A capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo (" <i>TAM distinctions</i> ") é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica.	0	0	0	0
	13	O verbo e o complemento representam uma só unidade semântica.	0	0	0	0
<b>D</b>	14	O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva.	0	0	0	0
	15	O verbo não apresenta mais um substantivo como complemento.	0	0	0	0
	16	O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita.	0	0	0	0
<b>E</b>	17	O item verbal perde sua capacidade de ser negado.	0	0	0	0
	18	Os processos de <i>erosão</i> e de <i>clitização</i> começam a ser desencadeados e, como efeito, o verbo, além de perder substância fonológica, perde também seu <i>status</i> de palavra.	0	0	0	0
<b>F</b>	19	O complemento do verbo passa a ser interpretado como verbo principal.	0	0	0	0
	20	O <i>status</i> do item verbal muda de clítico para afixo.	0	0	0	0



<b>G</b>	21	O verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical incapaz de apresentar tom ou intensidade. O que era um afixo no Estágio F torna-se agora uma flexão.	0	0	0	0
----------	----	--	---	---	---	---

Tabela 19: Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *PEDIR*.

Todos os dados com o verbo *pedir* possuem a característica **1** do Estágio A (O verbo apresenta significado lexical completo). Ainda nesse estágio, a característica **2** (O complemento do verbo é um objeto concreto) é quase duas vezes e meia mais recorrente nas entrevistas do que nos artigos de opinião.

No Estágio B, todas as características se mostraram presentes, tanto nos artigos de opinião como nas entrevistas. No entanto, as de número **3** (O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade) e **5** (O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico) são as mais recorrentes nos dois gêneros.

A característica **5**, em especial, parece decorrer do sentido básico expresso pelo verbo *pedir* (“solicitar”). Nos dados do *corpus*, são comuns as situações em que o falante (no caso, o autor do artigo ou o entrevistado) *pede* algo a alguém ou apresenta um actante que *pede* a um outro que faça algo:

- (5) Antes de propor que a agressão sofrida pela democracia em Honduras fosse revidada com sanções econômicas ainda mais duras, Lula ***pediu*** aos Estados Unidos que suspendessem as sanções impostas a Cuba, gerenciada pela mais antiga ditadura do mundo. [...] Edição 2132, 30/09/2009. (Artigo de opinião. Uso do verbo *pedir* com sujeito diferente entre o verbo e o complemento)

Há um único dado, pertencente aos artigos de opinião, em que há sujeito idêntico entre o verbo e o complemento (característica **10** do Estágio C), como mostramos no exemplo (4). Além da característica **10**, a única característica do Estágio C presente nos dados com o verbo *pedir* foi a de número **7** (O sujeito não é um referente humano). Ela é quase quatro vezes e meia mais recorrente nos artigos de opinião do que nas entrevistas:

- (6) [...] Pior é quando uma empresa telefônica ***pede*** para digitar o número de seu telefone e DDD. Se nem a sua própria empresa de telefonia sabe o seu número de telefone, você está na empresa errada. Edição 2004, 18/04/2007. (Artigo de opinião. Uso de *pedir* com referente-sujeito não-humano).

Os dados com o verbo *pedir*, nos artigos de opinião e nas entrevistas, não apresentaram características dos Estágios D, E, F e G.

5.1.6 O VERBO *EXIGIR*

Verbo <b>EXIGIR</b> – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
1	O dilema mais grave do médio é preparar para o trabalho ou preparar para o superior, objetivos que competem seriamente pelo tempo do aluno. Preparar para o trabalho pode <b>exigir</b> a formação profissional. É o império da prática, do conhecimento voltado para a aplicação concreta. Contudo, a metade dos alunos vai diretamente para o mercado de trabalho. O que ensinar a eles no médio? Conhecimentos práticos? Mas não há nada mais prático do que uma boa teoria, pois é a ferramenta para pensar corretamente. [...] Edição 2006, <b>02/05/2007</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
2	Uma aposentadoria de 10.000 reais por mês <b>exigirá</b> uma poupança acumulada aos 65 anos em torno de 10 milhões de reais. Dez mil é a aposentadoria típica de um professor titular de filosofia, sociologia, economia de uma universidade pública. Há alguns que ganham até mais. Edição 2012, <b>13/06/2007</b> .	0	0	1	0	0	0	0	1
		1 2	-	7	-	-	-	-	<b>B</b>
3	Os mais bem colocados em vestibulares de engenharia e medicina costumavam ser logo selecionados para virar professores dos cursinhos em que estudavam (não se <b>exigem</b> diplomas, só talento). A mensalidade precisava ser competitiva, os <i>super-teachers</i> eram disputados entre os cursinhos e os materiais eram avaliados pelos alunos. A transparência de resultados é total: no dia seguinte, os jornais mostram quem passou onde. [...] Edição 2026, <b>19/09/2007</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1 2	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
4	[...] <b>4.</b> que o setor privado só pode correr riscos bem avaliados e limitados, o que <b>exige</b> , primeiro, o respeito absoluto à propriedade privada e, segundo, a total estabilidade da regulação por meio de agências bem concebidas; [...] Edição 2027, <b>26/09/2007</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>

Verbo EXIGIR – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
5	Se nossos médicos estão preocupados com saúde, em vez de lutar pela volta da CPMF, devem lutar pela redução dos riscos à saúde e de despesas médicas desnecessárias como essa. O problema não é somente de quem tem início de hérnia ou sofre uma distensão muscular totalmente desnecessária no meio de uma viagem. Muitas pessoas idosas se enganam com os novos métodos cirúrgicos minimamente invasivos, que não deixam quase cicatriz e cortam o tempo de internação pela metade. Eles reduzem a cicatrização por fora, mas por dentro continua a mesma encrenca, o que <b>exige</b> tempo e comedimento. Há recém-operados que se esquecem disso e dois meses depois estão lá na fila, lutando pelas malas, sem saber dos perigos que correm. Edição 2049, <b>27/02/2008</b> .	0	0	0	0	0	0	0	0 <b>A</b>
		1	-	-	-	-	-	-	
6	O grau de investimento é um sinal de segurança para os investidores emitido pelas agências de classificação. Por que, então, tanto se comemora essa elevação de grau? [...] Há várias razões. Para alguns, a mais importante é o impacto sobre os investimentos. Diversos investidores institucionais estrangeiros – como fundos de pensão, hoje proibidos pelos seus regulamentos de colocar recursos em economias com grau especulativo – agora vão poder aplicar no Brasil. Isso trará mais financiamento a custos menores para as empresas. Uma parte dessa melhora, é verdade, já ocorreu nos últimos anos com a simples expectativa de promoção do país a grau de investimento. E o regulamento de algumas instituições <b>exige</b> ainda que uma segunda agência de classificação confirme o grau de investimento antes de investir no Brasil, o que retardaria, por enquanto, boa parte dos efeitos benéficos ao país. [...] Edição 2059, <b>07/05/2008</b> .	0	1	1	0	0	0	0	2 <b>C</b>
		1	3 5 6	7	-	-	-	-	
7	Em realidade, o que ocorre é exatamente o oposto: quanto mais capitalista o país, melhor e mais abrangente é o seu sistema educacional. Cruzei os dados referentes a educação e capitalismo de 167 países. Usando o instrumento da estatística de regressão, descobre-se que o desempenho educacional explica, por si só, 47% da posição de um país na escala do capitalismo. A relação é estatisticamente fortíssima: a probabilidade que a percebida ligação entre as duas variáveis seja fruto de erro é inferior a 0,00000001%. Essa robustez não é casual: indica que o sistema capitalista <b>exige</b> sociedades com alto nível educacional, e, quanto mais instruída é a população, mais capitalista o país tende a ser, e vice-versa. Edição 2060, <b>14/05/2008</b> .	0	0	1	0	0	0	0	1 <b>B</b>
		1	-	7	-	-	-	-	

Verbo EXIGIR – Artigos de opinião   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
8	A pergunta-título deveria ser formulada de maneira invertida: o que o Brasil tem a ver com Obama? Não o Brasil dos acadêmicos, desconectados do Brasil de carne e osso, tampouco o país do "faz melhor", campeão da produtividade e detentor de um sem-número de certificações de qualidade. O mundo tende a ser uma imensa commodity, o que <b>exige</b> fazer o melhor – sim –, mas da melhor maneira. Isso é que fará, cada vez mais, a diferença. Fazer o melhor da melhor maneira é crescer sem desperdiçar talentos – quaisquer talentos. Edição 2086, <b>12/11/2008</b> .	0	1	0	0	0	0	0	1
		1	3 4	-	-	-	-	-	<b>B</b>
9	Quando se fala em educação no Brasil, algo não faz sentido. Todos exaltam o benefício da educação e apontam-na como a solução de nossos problemas. Todos parecem engajados em sua melhoria. Apesar desse consenso e da boa vontade, nossas escolas patinam, e sua qualidade só tem decaído. Para explicar essa curiosa dissonância, era comum ouvir, dez anos atrás, a ideia de que nosso fracasso na área se devia à falta de "vontade política" de nossos governantes, ou ainda ao complô das elites pela alienação do proletariado, ou, finalmente, às imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI), que supostamente <b>exigia</b> o corte de gastos na educação em seus acordos com o país. Edição 2100, <b>18/02/2009</b> .	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3	7	-	-	-	-	<b>C</b>
10	Os candidatos fazem a prova e ganham uma nota. Mas e aí? O sistema vai parecer um pouco com o americano (exceto pela diferença nas provas). Lá, os alunos fazem o teste SAT, que passa a ser o certificado nacional do tanto que aprenderam na escola. Munidos dele, apresentam-se a diferentes instituições. Estas, por sua vez, decidem se aceitam um candidato com tal ou qual pontuação. Ademais, antes de decidir, costumam <b>exigir</b> outras demonstrações de aptidão ou vocação. Edição 2106, <b>01/04/2009</b> .	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3	7	-	-	-	-	<b>C</b>

Verbo EXIGIR – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
1	<p><b>Veja – Mas essa idéia não é exclusiva de Marx. Ele mesmo a creditou a Adam Smith. Delfim –</b> Mas os agentes de Adam Smith eram lordes ingleses quando lordes ingleses eram seres morais. Melhor comparar com Friedrich Hayek (<i>um dos maiores pensadores liberais do século XX</i>), que veio depois de Marx e acreditava que o mercado era um ser natural perfeito do qual não se pode <b>exigir</b> moralidade. Ele era um purista. Rejeitava o Estado, mas é justamente aqui que deveria entrar o papel do Estado – para equalizar as oportunidades. Por isso, surpreende que economistas sofisticadíssimos peçam apenas crescimento e briguem contra um governo inclinado a reduzir a desigualdade. Edição 1993, <b>31/01/2007</b>.</p>	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
2	<p><b>Veja – Em que medida o Programa de Aceleração do Crescimento assegura o crescimento? Delfim –</b> O plano não tem grandes novidades. A maior parte dos projetos de infra-estrutura nele previstos está parada desde 1997. O mérito do plano foi recuperar um projeto de desenvolvimento econômico e procurar acender o espírito animal dos empresários. O setor privado precisa de duas garantias para investir: a de que haverá crescimento e a de que não faltará energia. Se houver essas duas garantias, os investimentos virão. Veja o caso do complexo hidrelétrico Belo Monte, no Rio Xingu. Por mais nobre que seja a questão indígena, é absurdo <b>exigir</b> dos investidores que reduzam pela metade a potência de energia prevista num projeto gigantesco porque doze índios cocorocós moram na região e um jesuíta quer publicar a gramática cocorocó em alemão. Com o plano, o presidente tenta abordar essa e outras questões. Mas existe uma lista enorme de emergências no setor público. Não dá para fazer tudo ao mesmo tempo. Edição 1993, <b>31/01/2007</b>.</p>	0	1	0	0	0	0	0	1
		1	3 6	-	-	-	-	-	<b>B</b>
3	<p><b>Veja – Mas o que dizer aos que temem que a cidade se torne uma praça-de-guerra? Cabral –</b> O ex-primeiro-ministro inglês Tony Blair já disse que a segurança é a primeira das liberdades. A esquerda, durante muitos anos, confundiu a gestão de segurança com violência contra o cidadão. A segurança pública, em muitos casos, <b>exige</b> ações enérgicas, que são violentas. Elas têm uma imagem ruim, mas são necessárias para a garantia da ordem pública. [...] Edição 2016, <b>11/07/2007</b>.</p>	0	0	1	0	0	0	0	1
		1	-	7	-	-	-	-	<b>B</b>
4	<p><b>Veja – Quase sempre se associa burocracia a órgãos públicos. Mas, com serviços como telemarketing e atendimento eletrônico, não estaríamos diante de uma nova fase de burocratização, desta vez no setor privado? Piquet -</b> Sim, mas, mais uma vez, boa parte da culpa cabe ao governo. A burocracia desses serviços decorre de deficiências regulatórias. Quando se pede o cancelamento de uma linha telefônica devido à morte do titular, algumas companhias <b>exigem</b> uma procuração assinada pelo falecido. Helio Beltrão dizia que, no Brasil, a certidão de óbito é mais importante que o defunto. Edição 2025, <b>12/09/2007</b>.</p>	0	0	1	0	0	0	0	1
		1 2	-	7	-	-	-	-	<b>B</b>

Verbo EXIGIR – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
5	<p><b>Veja – Qual é a parcela da criminalidade que se pode atribuir hoje ao tráfico? Beltrame</b> – No Rio não existe mais o crime famélico. Ninguém mais rouba um celular aqui para trocar por um pedaço de pão. O menino rouba um celular porque a facção criminosa do lugar onde ele mora quer um ou dois aparelhos para usá-los em negócios ilícitos. Uma criança que rouba um celular na rua quer aquilo para quê? Não é para falar com a mãe ou o pai. O celular faz parte da logística do traficante, assim como o carro e o dinheiro obtido em assaltos na saída do banco. Os pobres não são responsáveis pela violência. Eles são, aliás, os que mais sofrem com a ação desses bandidos. É nas favelas que o tráfico impõe a lei do silêncio, <b>exige</b> que as pessoas durmam com os portões abertos, obriga moradores a esconder uma arma em casa ou a abrigar o próprio criminoso lá dentro. O pior é que a permanência dessa situação é favorecida, em parte, por cidadãos comuns, que às vezes nem se dão conta de que seus atos beneficiam os criminosos. Edição 2032, <b>31/10/2007</b>.</p>	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3 5 6	7	-	-	-	-	<b>C</b>
6	<p><b>Veja – A sociedade não acaba prejudicada por esses excessos legislativos? Ramos</b> – Nosso país sofre contradições enormes em matéria de leis. Há algumas excelentes, outras medíocres, discriminatórias e mal redigidas. Somente em matéria de leis tributárias tivemos, a partir de 1988, a edição de 225.600 normas federais, estaduais e municipais, isto é, 36 normas tributárias por dia, o que enlouquece contribuintes e advogados. No processo legislativo, passamos ao abuso deslavado de legislar por medidas provisórias em quase todas as matérias, sem urgência e sem relevância, como <b>exige</b> a Constituição. O processo legislativo tem sido violentamente deturpado, e isso desfigura a democracia, pois o Congresso não legisla corretamente, o Judiciário não tem instrumentos científicos para aplicar o direito, o povo não sente legitimidade nem segurança na ordem jurídica. Edição 2036, <b>28/11/2007</b>.</p>	0	0	1	0	0	0	0	1
		1 2	-	7	-	-	-	-	<b>B</b>
7	<p><b>Veja – E quanto se ganha em uma causa dessas? Baptista</b> – No caso do algodão, o tribunal calculou que o Brasil teve perdas de 3,2 bilhões de dólares devido à política de subsídios americana. Por isso, além de cortar os subsídios, os Estados Unidos deveriam ressarcir esse valor. Deveriam, mas não ressarciram. Nós demos ao Brasil o direito de cobrar esse prejuízo. O Itamaraty teria de negociar com Washington uma redução nas exportações americanas de algodão durante um período determinado, para que os produtores brasileiros pudessem ocupar o espaço com seus produtos. Mas, pelo que sei, isso não foi feito. O Brasil não <b>exigiu</b> essa compensação financeira a que teria direito. Edição 2039, <b>19/12/2007</b>.</p>	0	0	1	0	0	0	0	1
		1	-	7	-	-	-	-	<b>B</b>

Verbo EXIGIR – Entrevistas   Contexto		Característica do Estágio							Total
		A	B	C	D	E	F	G	
8	<p><b>Veja – A que tipo de "pirotecnia" a senhora se refere? Maria Helena</b> – À construção de escolas monumentais, repletas de quadras poliesportivas, piscinas olímpicas e centenas de computadores, por exemplo. Em geral, elas são um convite à ganância de dinheiro sem nenhuma evidência de retorno para a sala de aula a longo prazo. Isso porque, segundo indica a experiência, em pouco tempo essas escolas entram em decadência por <b>exigir</b> uma manutenção cara demais para os cofres públicos. Volto à mesma tecla: o que dá certo na educação é a aplicação disciplinada de um conjunto de medidas bem mais básicas – e não aquelas de efeito festivo e mais vistosas, como ainda preferem alguns. Edição 2047, <b>13/02/2008</b>.</p>	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	-	-	-	-	-	-	<b>A</b>
9	<p><b>Veja – O governo distribui corretamente seus investimentos em pesquisa? Schwartzman</b> – Esse é outro problema. O governo pulveriza muito os recursos. E os projetos contemplados não conseguem crescer. O CNPq (<i>responsável pelo financiamento de pesquisas universitárias</i>) criou o Instituto do Milênio, cuja idéia inicial era fortalecer alguns centros. Mas isso foi sendo pulverizado. Em vez de concentrar o dinheiro em centros de excelência, a estratégia foi diluir. É um critério democrático, mas com isso você não cria densidade. Dessa forma é impossível dar um salto de qualidade. A atividade científica é cara e concentrada. Não é para qualquer grupo. Hoje, a legislação brasileira <b>exige</b> que todas as universidades façam pesquisa. Isso só estimula uma mimetização. O professor participa de um congresso qualquer ou publica um artigo numa revista que ninguém lê. É algo que tem aparência de pesquisa, mas não produz conhecimento. [...] Edição 2059, <b>07/05/2008</b>.</p>	0	1	1	0	0	0	0	2
		1	3 5 6	7	-	-	-	-	<b>C</b>
10	<p><b>Não é possível facilitar a liberação de recursos em casos como o de Santa Catarina?</b> Já fizemos isso. Antes, o governo federal <b>exigia</b> 22 documentos para fazer os repasses. Hoje, são quatro. Vou reduzir para três, mas ainda assim os estados e municípios têm dificuldade em enviar os documentos. Até liguei para o governador Luiz Henrique para cobrar esses papéis. Edição 2091, <b>17/12/2008</b>.</p>	0	0	1	0	0	0	0	1
		1 2	-	7	-	-	-	-	<b>B</b>

O verbo *exigir*, entre os volitivos estudados, é o terceiro mais freqüente nos artigos de opinião (depois de *querer* e *deixar*). A cada 10.000 (dez mil) palavras, esse verbo é usado cerca de 4,97 (quatro vírgula noventa e sete vezes). Essa é uma média bem próxima daquela apresentada pelo verbo *pedir* também nos artigos: 4,47 (quatro vírgula quarenta e sete).

Nas entrevistas, o verbo *exigir* se mostrou pouco recorrente: ele é usado em média 1,76 (uma vírgula setenta e seis) vezes a cada 10.000 (dez mil) palavras. Nesse gênero, ele é o segundo volitivo menos freqüente.

No que tange à freqüência de uso, o verbo *exigir* parece se comportar como verbo pleno, nos dois gêneros. Mesmo a freqüência encontrada nos artigos pode ser considerada baixa (4,97), se comparada com a apresentada pelos verbos *querer* (13,42) e *deixar* (5,46).

Os sentidos identificados para o verbo *exigir* foram, predominantemente, os de “requerer, demandar” e, em alguns casos, o de “determinar”. Há um único dado, pertencente às entrevistas, em que *exigir* assume uma conotação mais negativa e admite, entre outros, os significados de “ordenar, pedir com autoridade, intimidar”:

- (1) *Veja – Qual é a parcela da criminalidade que se pode atribuir hoje ao tráfico?* Beltrame – [...] Os pobres não são responsáveis pela violência. Eles são, aliás, os que mais sofrem com a ação desses bandidos. É nas favelas que o tráfico impõe a lei do silêncio, **exige** que as pessoas durmam com os portões abertos, obriga moradores a esconder uma arma em casa ou a abrigar o próprio criminoso lá dentro. O pior é que a permanência dessa situação é favorecida, em parte, por cidadãos comuns, que às vezes nem se dão conta de que seus atos beneficiam os criminosos. Edição 2032, 31/10/2007. (Entrevistas. Uso de *exigir* com os sentidos de *ordenar*, *pedir com autoridade*, *intimar*).

Quando o significado de *exigir* é “determinar”, o sujeito é geralmente “uma instituição”, “a legislação”, ou “a Constituição”, e não um ser animado que *exige* ou *determina* algo para outro ser animado. Não há, dessa forma, uma idéia negativa associada ao uso de *exigir* nesses contextos:

- (2) *Veja – O governo distribui corretamente seus investimentos em pesquisa?* Schwartzman – [...] A atividade científica é cara e concentrada. Não é para qualquer grupo. Hoje, a legislação brasileira **exige** que todas as universidades façam pesquisa. Isso só estimula uma mimetização. O professor participa de um congresso qualquer ou publica um artigo numa revista que ninguém lê. É algo que tem aparência de pesquisa, mas não produz conhecimento. [...] Edição 2059, 07/05/2008. (Entrevista. Uso de *exigir* com o sentido de *determinar*).



Com relação aos estágios do contínuo *Verb-to-TAM*, a análise apontou os seguintes resultados para o verbo *exigir*:

	Estágio <b>A</b>		Estágio <b>B</b>		Estágio <b>C</b>		Estágio <b>D</b>		Estágio <b>E</b>		Estágio <b>F</b>		Estágio <b>G</b>	
	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%	APLIC	%
<b>Artigos de opinião</b>	8	40	9	45	3	15	0	-	0	-	0	-	0	-
Classificação	<b>2º</b>		<b>1º</b>		<b>3º</b>		-		-		-		-	
<b>Entrevistas</b>	4	25	10	62,5	2	12,5	0	-	0	-	0	-	0	-
Classificação	<b>2º</b>		<b>1º</b>		<b>3º</b>		-		-		-		-	

Tabela 20: Resultado da classificação do verbo *exigir* no contínuo *Verb-to-TAM*.

A tabela 20 apresenta a porcentagem dos dados em cada um dos estágios e a ordem de classificação dos resultados, ou seja, qual dos estágios é o 1º, o 2º ou o 3º no índice de ocorrência de dados.

O gráfico 6 ilustra, de modo comparativo, os estágios em que foram classificados os dados com o verbo *exigir* nos artigos de opinião e nas entrevistas:

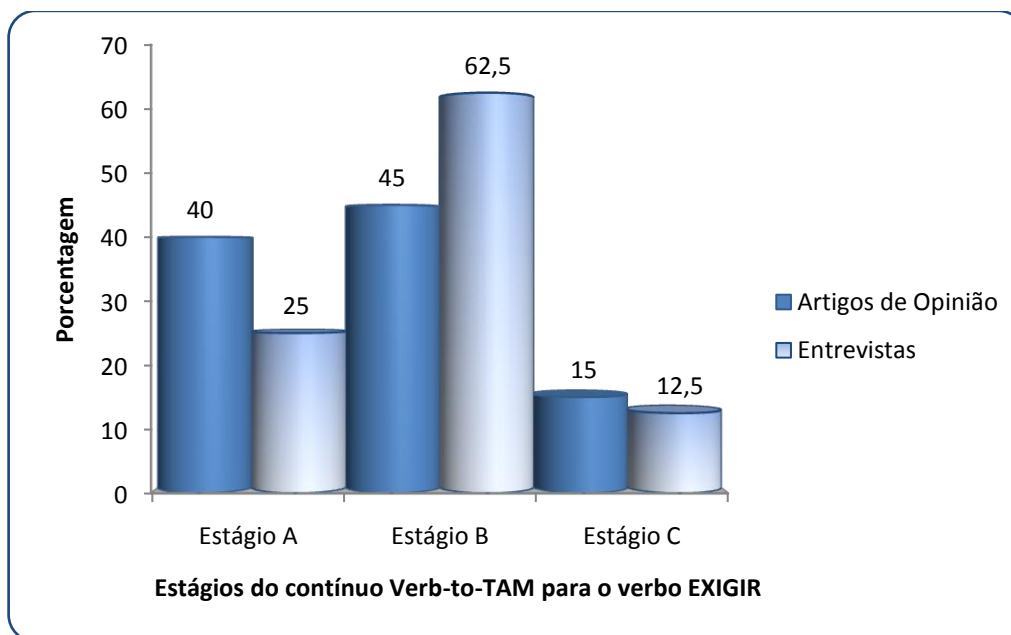


Gráfico 6: Estágios do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *EXIGIR*.

À semelhança dos verbos *mandar*, *pedir* e *desejar*, o verbo *exigir* teve seus dados concentrados nos estágios A e B do contínuo *Verb-to-TAM*. Há, ainda, alguns dados classificados no Estágio C, nos dois gêneros.

A ordem de classificação dos resultados foi a mesma para os artigos de opinião e para as entrevistas: o Estágio B é aquele em que está classificada a maior parte dados, seguido do Estágio A e do Estágio C.

Nos estágios A e B, de acordo com Heine (1993), os verbos são considerados plenos, embora em B eles já apresentem alguns poucos traços de auxiliaridade. Considerando, portanto, os resultados obtidos, podemos dizer que o verbo *exigir* tem sido usado recorrentemente como um verbo pleno.

Ainda segundo o autor, é no Estágio C que tem início o processo de gramaticalização e, portanto, nesse estágio, é possível percebermos um número maior de características de auxiliaridade verbal. No entanto, em nosso *corpus*, a única característica do Estágio C que identificamos para *exigir* foi o uso desse verbo com sujeitos não-humanos:

- (3) [...] Diversos investidores institucionais estrangeiros – como fundos de pensão, hoje proibidos pelos seus regulamentos de colocar recursos em economias com grau especulativo – agora vão poder aplicar no Brasil. Isso trará mais financiamento a custos menores para as empresas. Uma parte dessa melhora, é verdade, já ocorreu nos últimos anos com a simples expectativa de promoção do país a grau de investimento. E o *regulamento de algumas instituições exige* ainda que uma segunda agência de classificação confirme o grau de investimento antes de investir no Brasil, o que retardaria, por enquanto, boa parte dos efeitos benéficos ao país. [...] Edição 2059, 07/05/2008. (Artigo de opinião. Uso de *exigir* com sujeito não-humano).

Há casos, ainda, em que o referente-sujeito da oração está codificado como “que”. E o “que”, por sua vez, remete a um elemento não-humano:

- (4) É a "renda fixa" que eleva a "renda variável e a taxa de retorno" dos empresários e acionistas. Por isso, no Brasil, só desengavetamos projetos que rendam no mínimo 19% ao ano, projetos com "elevado valor adicionado", *projetos que exigem* subsídios e renúncias fiscais, projetos com empréstimos subsidiados pelo BNDES, com "zonas francas fiscais", que requerem câmbio favorável e elevados investimentos em "ciência e tecnologia". [...] Edição 2000, 21/03/2007. (Artigo de opinião. Uso de *que* para codificar o referente-sujeito do verbo *exigir* [projetos]).

As porcentagens do Estágio C para o verbo *exigir* correspondem a apenas três dados dos artigos de opinião e a dois das entrevistas. Como esses dados já haviam recebido pontuação referente a características do Estágio B, o uso do verbo com sujeitos ou referentes-sujeitos não-humanos somou a eles mais um ponto, classificando-os no Estágio C.

No que se refere às características pontuadas em cada estágio, o verbo *exigir* apresentou os seguintes resultados:

Estágio	Características		Porcentagem apresentada			
			Artigos de opinião		Entrevistas	
			APLIC	%	APLIC	%
<b>A</b>	01	O verbo apresenta significado lexical completo.	20	100%	16	100%
	02	O complemento do verbo é um objeto concreto.	3	15%	4	25%
<b>B</b>	03	O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade.	5	25%	4	25%
	04	Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio.	1	5%	0	0
	05	O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico.	1	5%	2	12,5%
	06	O complemento consiste de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita.	2	10%	4	25%
<b>C</b>	07	O sujeito não é um referente humano.	9	45%	10	62,5%
	08	O verbo expressa apenas as noções de tempo, aspecto ou modo (ou seja, começa a perder conteúdo lexical).	0	0	0	0
	09	O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita. Ainda que o complemento seja um substantivo, é provável que ele se refira a uma atividade ou denote um evento.	0	0	0	0
	10	O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico.	0	0	0	0
	11	O verbo e o seu complemento referem-se ao mesmo tempo.	0	0	0	0
	12	A capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo (" <i>TAM distinctions</i> ") é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica.	0	0	0	0
	13	O verbo e o complemento representam uma só unidade semântica.	0	0	0	0
<b>D</b>	14	O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva.	0	0	0	0
	15	O verbo não apresenta mais um substantivo como complemento.	0	0	0	0
	16	O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita.	0	0	0	0
<b>E</b>	17	O item verbal perde sua capacidade de ser negado.	0	0	0	0
	18	Os processos de <i>erosão</i> e de <i>clitização</i> começam a ser desencadeados e, como efeito, o verbo, além de perder substância fonológica, perde também seu <i>status</i> de palavra.	0	0	0	0
<b>F</b>	19	O complemento do verbo passa a ser interpretado como verbo principal.	0	0	0	0
	20	O <i>status</i> do item verbal muda de clítico para afixo.	0	0	0	0

<b>G</b>	21	O verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical incapaz de apresentar tom ou intensidade. O que era um afixo no Estágio F torna-se agora uma flexão.	0	0	0	0
----------	----	--	---	---	---	---

Tabela 21: Porcentagem de ocorrência das características de cada estágio do contínuo *Verb-to-TAM* para o verbo *EXIGIR*.

A tabela 21 nos revela informações interessantes: embora o verbo *exigir* tenha tido a maior parte dos seus dados classificada no Estágio B, ele ainda apresenta porcentagens muito pequenas de características desse estágio. A característica **3**, por exemplo, que é a mais pontuada, se aplica a apenas 25% (vinte e cinco por cento) dos dados, nos dois gêneros. Isso demonstra que o verbo *exigir* tem sido usado com poucos traços de auxiliariade verbal.

Os resultados do Estágio C, por sua vez, também requerem especial atenção: em quase cinquenta por cento dos dados dos artigos de opinião e em mais da metade dos dados das entrevistas, o verbo *exigir* exibe a característica **7** (O sujeito não é um referente humano). Ela é a segunda mais presente nesse verbo, estando atrás somente da característica **1** (O verbo apresenta significado lexical completo) do Estágio A, que se aplica a 100% (cem por cento) dos dados nos dois gêneros. Outra observação importante é que, entre os volitivos estudados, *exigir* é o que demonstra o maior percentual de itens com a característica **7**, ou seja, ele é o verbo que mais ocorre com sujeitos ou referentes-sujeitos não-humanos. Além disso, ele é também o verbo com os menores percentuais de aplicação das características do Estágio B.

Os dados com o verbo *exigir*, nos artigos de opinião e nas entrevistas, não apresentaram características dos estágios D, E, F e G.

## 5.2 OS VERBOS VOLITIVOS E O CONTÍNUO *Verb-to-TAM*

A tabela 22 apresenta os estágios do contínuo *Verb-to-TAM* em que foram classificados os dados com os verbos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* retirados dos artigos de opinião:

Verbos	Estágios – Artigos de opinião						
	A	B	C	D	E	F	G
Querer	0	18,51%	3,70%	<b>70,37%</b>	<b>7,40%</b>	0	0
Mandar	27,27%	45,45%	<b>27,27%</b>	0	0	0	0
Deixar	18,18%	27,27%	18,18%	36,36%	0	0	0
Desejar	0	50%	50%	0	0	0	0
Pedir	38,89%	38,89%	22,22%	0	0	0	0
Exigir	<b>40%</b>	<b>45%</b>	15%	0	0	0	0

Tabela 22: Estágios do contínuo *Verb-to-TAM* para os verbos volitivos – *corpus* artigo de opinião.

O gráfico 7 serve para ilustrar o resultado:

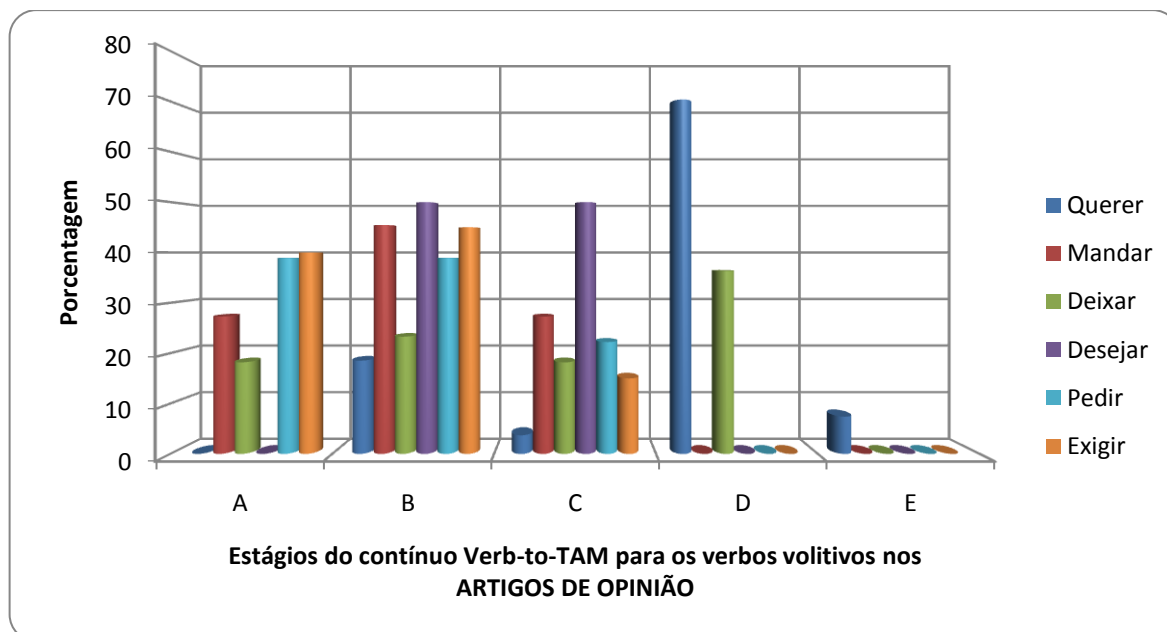


Gráfico 7: Estágios do contínuo *Verb-to-TAM* para os verbos volitivos nos artigos de opinião.

Nos artigos de opinião, os verbos *querer* e *desejar* não tiveram dados classificados no Estágio A. Com relação a esse último verbo, o volume de dados é muito pequeno para apresentarmos, com segurança, alguma conclusão: foram encontradas apenas duas ocorrências do verbo

*desejar* nos 47 (quarenta e sete) artigos pesquisados. Por essa razão, não levaremos tão em conta os resultados de *desejar* comparados aos dos demais verbos.

No entanto, com o verbo *querer* a situação é inversa: entre os volitivos estudados, ele é o mais freqüente nos artigos, com uma média de 13,42 usos em 10.000 palavras. A alta freqüência de *querer* é o que parece justificar a ausência de dados desse verbo no Estágio A: segundo Bybee (2003; 2007), o aumento da freqüência de uso da forma é uma característica evidente do processo de gramaticalização. Logo, se a trajetória de gramaticalização foi iniciada, o verbo passa a adquirir alguns traços de auxiliaridade, afastando-se, em certos contextos, do uso como verbo pleno. Como o Estágio A é aquele em que os verbos são considerados plenos, o verbo *querer* deixa de ter seus dados classificados nesse estágio por já haver assumido algumas características de auxiliar. Isso não significa, porém, que ele tenha perdido suas características de verbo pleno, e sim que ele adquiriu outras que o aproximam do uso como auxiliar. Conforme se observa dos resultados (cf. subseção 5.1.1 desta dissertação), o verbo *querer* mantém significado lexical completo em grande parte de seus usos e, em alguns casos, tem como complemento um objeto concreto. Tanto uma como outra são características do Estágio A ainda preservadas por *querer*.

A freqüência de uso parece explicar, também, os demais resultados para o Estágio A: o verbo *deixar*, segundo mais freqüente nos artigos, é, depois de *querer*, o que teve o menor número de dados classificados no Estágio A. Em contrapartida, os verbos menos freqüentes – *exigir*, *pedir* e *mandar* – concentram mais dados nesse estágio. Ou seja, os verbos menos freqüentes foram os que apresentaram mais usos como verbos plenos. Os verbos *exigir* e *pedir*, que mostraram médias de uso bastante próximas, respectivamente, 4,97 e 4,47 em 10.000 palavras, tiveram, também, resultados muito parecidos no Estágio A.

O Estágio B, se comparado aos demais, é o que reúne a maior parte dos resultados. Todos os verbos volitivos coletados dos artigos de opinião tiveram dados classificados nesse estágio. Mais uma vez, é possível correlacionar a freqüência ao cômputo final: os verbos mais freqüentes, *querer* e *deixar*, são os que têm menos dados classificados em B. Já os menos freqüentes, *mandar*, *desejar*, *pedir* e *exigir*, são aqueles com os maiores percentuais. No Estágio B, de acordo com Heine (1993), os itens ainda são classificados como verbos, embora apresentem traços de auxiliaridade. Por conseguinte, considerando os resultados, podemos depreender que os volitivos estudados têm, predominantemente, sido usados com algumas características de auxiliar, ao menos nos artigos de opinião. Nesse gênero, inclusive, para

todos os verbos, os percentuais de B são maiores (ou iguais, para o verbo *pedir*) do que os de A.

O Estágio C é o segundo em volume de dados. À semelhança do Estágio B, todos os verbos volitivos retirados dos artigos de opinião também tiveram dados classificados em C, porém, com percentuais menores.

Ainda no Estágio C, o verbo *desejar* é o que registra o maior percentual: 50% dos dados com esse verbo foram classificados nesse estágio. Porém, esse valor corresponde a apenas um dado, já que *desejar*, ao todo, apresentou somente duas ocorrências nos artigos de opinião. A discrepância existente entre os resultados de *desejar* e dos demais verbos não deve, portanto, ser levada em conta.

O Estágio C, segundo Heine (1993), é aquele em que começa a gramaticalização. No Estágio C, há um maior número de características de auxiliaridade que podem ser adquiridas pelos itens em processo de gramaticalização. Não significa, porém, que todos os verbos que estão em um mesmo estágio possuem os mesmos traços de auxiliaridade. Tendo em vista que a gramaticalização é um processo gradual de mudança, é esperado que os itens nesse processo, neste caso, os verbos, cada um a seu tempo, adquiram gradativamente, e não simultaneamente, novas características.

Nesse sentido, embora todos os volitivos estudados tenham tido dados classificados no Estágio C, eles não se comportam de maneira igual. Novamente, a frequência parece ter uma relação direta com os resultados: o verbo *querer* foi o único a apresentar todas as características de C. Logo depois, está o verbo *deixar*, o segundo mais frequente, que também possui vários indícios desse estágio. Os verbos menos frequentes – *mandar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* – mostram, no máximo, dois traços de C. Para esses quatro últimos verbos, a característica mais comum de C é o uso com sujeitos ou referentes-sujeitos não-humanos. Essa, inclusive, é uma característica bastante recorrente nos dados dos artigos de opinião: com exceção do verbo *desejar*, todos os verbos marcam percentuais entre 27% e 45% quando se trata desse quesito.

No Estágio D, estão classificados somente os verbos *deixar* e *querer*, este último com percentuais quase duas vezes maiores que o primeiro. O verbo *querer*, no entanto, é o único que exhibe todos os traços de D. Esse é um estágio intermediário no contínuo *Verb-to-TAM* e

indica que *querer* e *deixar*, ao contrário dos outros verbos, estão um pouco mais avançados no processo de gramaticalização.

No Estágio E, foram classificados alguns dados do verbo *querer*, pelas razões que elencamos na subseção 5.1.1. Trata-se de usos específicos desse verbo em alguns contextos como, por exemplo, nas construções *querer* + *dizer* (*quer dizer*).

Em suma, portanto, constatamos que os verbos volitivos *querer* e *deixar* são aqueles que mais evidenciam características de auxiliaridade verbal em usos nos artigos de opinião da Veja. O verbo *querer*, em especial, entre os volitivos estudados, é o que mais acumula traços de auxiliar. Por sua vez, *mandar*, *desejar*, *pedir* e *exigir*, nesse gênero, são usados predominantemente como verbos plenos.

Na tabela 23, reunimos os seis verbos volitivos – *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* – e fizemos um panorama dos traços identificados em cada um deles nos artigos de opinião. Com as informações dispostas, é possível perceber as diferenças entre os usos de cada um dos verbos.



Estágio	Características		Porcentagem apresentada – ARTIGOS DE OPINIÃO					
			Querer	Mandar	Deixar	Desejar	Pedir	Exigir
<b>A</b>	01	O verbo apresenta significado lexical completo.	92,59%	90,90%	95,45%	100%	100%	100%
	02	O complemento do verbo é um objeto concreto.	5,55%	18,18%	18,18%	0	11,11%	15%
<b>B</b>	03	O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade.	64,81%	63,63%	40,90%	100%	38,88%	25%
	04	Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio.	66,67%	27,27%	50%	50%	16,67%	5%
	05	O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico.	5,55%	63,63%	13,63%	50%	38,88%	5%
	06	O complemento consiste de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita.	5,55%	36,36%	0	50%	27,77%	10%
<b>C</b>	07	O sujeito não é um referente humano.	33,33%	27,27%	45,45%	0	33,33%	45%
	08	O verbo expressa apenas as noções de tempo, aspecto ou modo (ou seja, começa a perder conteúdo lexical).	7,40%	0	0	0	0	0
	09	O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita. Ainda que o complemento seja um substantivo, é provável que ele se refira a uma atividade ou denote um evento.	62,96%	0	40,90%	50%	0	0
	10	O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico.	64,81%	0	36,36%	50%	5,55%	0
	11	O verbo e o seu complemento referem-se ao mesmo tempo.	57,40%	0	45,45%	0	0	0
	12	A capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo ("TAM distinctions") é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica.	7,40%	0	0	0	0	0
	13	O verbo e o complemento representam uma só unidade semântica.	3,70%	0	0	0	0	0
<b>D</b>	14	O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva.	100%	0	0	0	0	0
	15	O verbo não apresenta mais um substantivo como complemento.	7,40%	0	36,36%	0	0	0
	16	O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita.	5,55%	0	36,36%	0	0	0
<b>E</b>	17	O item verbal perde sua capacidade de ser negado.	5,55%	9,09%	0	0	0	0
	18	Os processos de <i>erosão</i> e de <i>clitização</i> começam a ser desencadeados e, como efeito, o verbo, além de perder substância fonológica, perde também seu <i>status</i> de palavra.	0	0	0	0	0	0
<b>F</b>	19	O complemento do verbo passa a ser interpretado como verbo principal.	0	0	0	0	0	0
	20	O <i>status</i> do item verbal muda de clítico para afixo.	0	0	0	0	0	0
<b>G</b>	21	O verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical incapaz de apresentar tom ou intensidade. O que era um afixo no Estágio F torna-se agora uma flexão.	0	0	0	0	0	0

Tabela 23: Características dos verbos volitivos no contínuo *Verb-to-TAM – corpus* artigo de opinião.

Com relação às entrevistas, a tabela 24 exhibe os estágios do contínuo *Verb-to-TAM* em que foram classificados os dados com os verbos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* coletados desse gênero:

Verbos	Estágios – Entrevistas						
	A	B	C	D	E	F	G
Querer	0	16,89%	11,48%	64,18%	7,43%	0	0
Mandar	61,90%	38,10%	0	0	0	0	0
Deixar	28,12%	31,25%	9,37%	31,25%	0	0	0
Desejar	75%	0	25%	0	0	0	0
Pedir	53,57%	42,85%	3,57%	0	0	0	0
Exigir	25%	62,5%	12,5%	0	0	0	0

Tabela 24: Estágios do contínuo *Verb-to-TAM* para os verbos volitivos – *corpus* entrevista.

O gráfico 8 ilustra esses resultados:

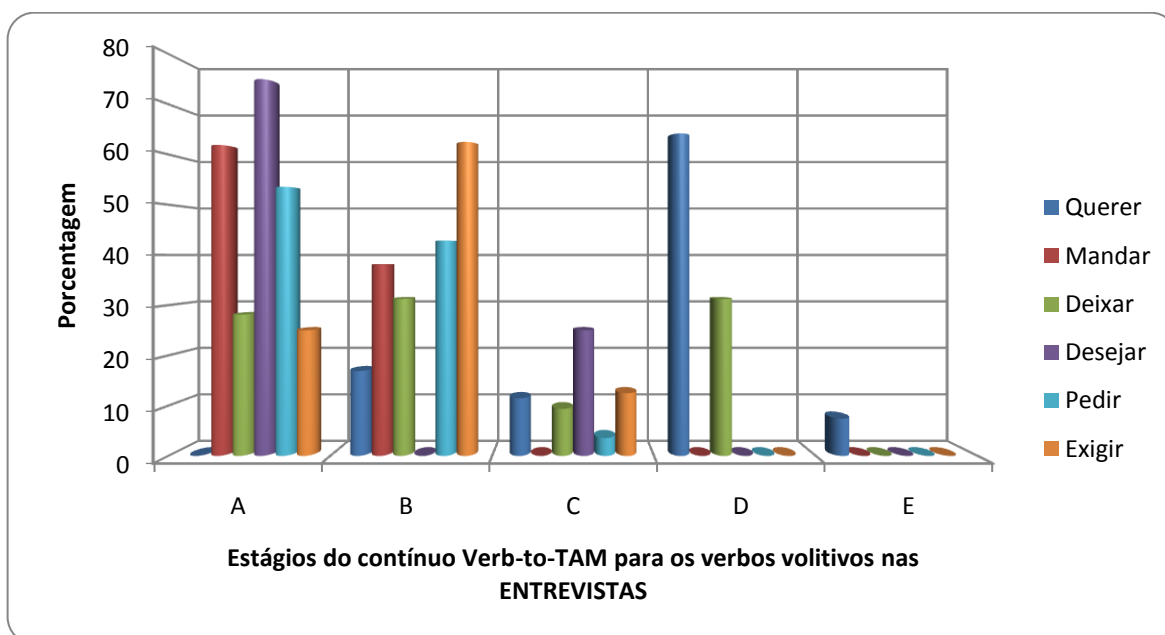


Gráfico 8: Estágios do contínuo *Verb-to-TAM* para os verbos volitivos nas entrevistas.

Nas entrevistas, o verbo *querer* foi o único a não ter dados classificados no Estágio A. Os demais verbos, porém, apresentam percentuais consideráveis nesse estágio. No caso de *desejar*, o alto valor refere-se a apenas três dados, do total de quatro encontrados para esse

verbo nas entrevistas. Portanto, como já afirmamos, tendo em vista o pequeno número de dados com *desejar*, não é possível tecermos conclusões seguras para ele.

O verbo *mandar* é o volitivo com o segundo maior percentual no Estágio A. O alto índice de *mandar* no Estágio A indica que esse verbo, nas entrevistas, tem sido usado predominantemente como verbo pleno. Nesse gênero, ele é o verbo que mais exhibe as características de A: em todos os dados, *mandar* manteve significado lexical completo. Além disso, ele é o que mais apresenta como complemento um objeto concreto, que é também uma característica do Estágio A.

Comparando-se os resultados dos artigos de opinião e das entrevistas para o Estágio A, é possível perceber que, para esse estágio, com exceção do verbo *exigir*, as entrevistas revelam percentuais maiores. Diferentemente do que acontece nos artigos de opinião, nas entrevistas é o Estágio A que concentra a maior parte dos resultados. Isso indica que, nesse gênero, os verbos volitivos têm sido mais usados como verbos plenos do que nos artigos de opinião.

No que diz respeito à frequência, além de o verbo *querer* (o mais freqüente) não haver registrados dados em A, o verbo *deixar*, segundo mais freqüente, mostrou um percentual pequeno, nesse estágio, se equiparado aos outros verbos. Esse é um resultado esperado.

A novidade maior, porém, está por conta do verbo *exigir*: ele é o segundo volitivo *menos* freqüente nas entrevistas e, no entanto, foi o que apresentou o menor percentual no Estágio A quando, supostamente, ele deveria concentrar valores maiores nesse estágio. A justificativa para isso pode estar no fato de que o verbo *exigir*, nas entrevistas, apresenta um elevado uso com sujeitos ou referentes-sujeitos não-humanos: 62,5% dos seus dados possuem essa característica, que pertence a outro estágio. Entre os volitivos estudados, nenhum se mostrou tão associado a referentes não-humanos quanto o *exigir*, nem mesmo os verbos mais freqüentes e mais avançados no processo de gramaticalização.

A “distorção” do verbo *exigir* no Estágio A é corrigida no Estágio B: ele é o volitivo que mais classificou dados nesse último estágio. Ou seja, embora revele alguns traços de auxiliaridade, *exigir* ainda é predominantemente usado como verbo pleno, o que, finalmente, condiz com a sua baixa frequência de uso.

Também no Estágio B, é possível notar a relação da frequência com os resultados: os verbos mais freqüentes, *querer* e *deixar*, foram os que menos classificaram dados nesse estágio. Por

consequente, os índices mais altos de B se referem aos verbos menos frequentes: *mandar*, *pedir* e *exigir*. O verbo *desejar* foi o único que não teve dados para esse estágio.

Ao lado do Estágio A, o Estágio B é o que reúne o maior volume de dados das entrevistas. Assim como em A, em B os itens são considerados plenos, ainda que em B eles já demonstrem alguns traços de auxiliaridade. Com base nesses resultados, é possível afirmar que, nas entrevistas, os verbos volitivos têm sido usados predominantemente como verbos plenos, embora também apresentem certas características de auxiliaridade.

Todos os verbos, com exceção de *mandar*, classificaram dados no Estágio C, considerado por Heine (1993) como o estágio em que começa a gramaticalização. Porém, do mesmo modo que nos artigos de opinião, nas entrevistas, somente o verbo *querer* possui todas as características do Estágio C, seguido do verbo *deixar*, que possui *quase* todas. Os demais verbos apresentam cada qual apenas uma característica desse estágio, sendo a mais recorrente o uso com referentes não-humanos.

Novamente, à semelhança do que ocorre nos artigos de opinião, no Estágio D, estão classificados apenas os verbos *querer* e *deixar*, os mais frequentes do *corpus*. O verbo *querer*, além de apresentar percentuais muito maiores do que os do verbo *deixar*, é o único ao qual se aplicam todos os traços de D. O Estágio D, como afirmamos anteriormente, é intermediário no contínuo *Verb-to-TAM* e revela que *querer* e *deixar* estão traçando uma trajetória de gramaticalização.

No Estágio E, os dados classificados correspondem a usos especiais do verbo *querer*, conforme explanamos na subseção 5.1.1.

Em resumo, verificamos, então, que os verbos volitivos *querer* e *deixar*, nas entrevistas, são os que mais apresentam usos com características de auxiliaridade verbal e, portanto, estão mais avançados no contínuo *Verb-to-TAM*. Por outro lado, os verbos *mandar*, *desejar*, *pedir* e *exigir*, nesse gênero, são mais comumente empregados como verbos plenos.

Os Estágios F e G representam o final do contínuo *Verb-to-TAM*. Os itens que estão no Estágio F, segundo Heine (1993), já perderam quase todas as características verbais e, por essa razão, firmam-se na língua como um elemento da gramática. No Estágio G, de acordo com o autor, o verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical que não

apresenta sequer tom ou intensidade. O que era um afixo no Estágio F torna-se uma flexão no Estágio G.

Como esperávamos, não foram encontrados dados, tanto nos artigos de opinião como nas entrevistas, que pudessem ser classificados nos Estágios F e G. Sobre esse aspecto, é importante fazermos uma observação com base em Heine (1993): o fato de os itens iniciarem uma trajetória de gramaticalização não significa que eles irão fazer todo o percurso e chegar aos últimos estágios. Eles podem, sim, conforme o autor, se deter nos estágios intermediários do processo.

Do mesmo modo, Heine (1993) afirma que um item verbal pode, simultaneamente, acumular mais de um estágio ao longo do contínuo *Verb-to-TAM*. Isso significa que, ao lado de usos mais lexicais, como verbo pleno, um verbo pode apresentar usos mais gramaticais, com alguns traços de auxiliar. Essa afirmação se confirma nos nossos resultados, como demonstramos até aqui.

Na tabela 25, a seguir, é possível visualizar e comparar as diferenças de usos dos verbos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* nas entrevistas.

Estágio	Características		Porcentagem apresentada – ENTREVISTAS					
			Querer	Mandar	Deixar	Desejar	Pedir	Exigir
<b>A</b>	01	O verbo apresenta significado lexical completo.	93,91%	100%	100%	100%	100%	100%
	02	O complemento do verbo é um objeto concreto.	2,70%	38,09%	10,93%	0	28,57%	25%
<b>B</b>	03	O complemento do verbo refere-se a uma situação dinâmica e não a uma entidade.	67,56%	38,09%	40,62%	25%	42,85%	25%
	04	Embora também aceite complementos nominais, o item verbal apresenta como complemento verbos não-finitos: infinitivo, gerúndio ou particípio.	60,81%	23,80%	45,31%	25%	7,14%	0
	05	O sujeito, entre o verbo e o complemento, não é idêntico.	8,10%	38,09%	15,62%	0	32,14%	12,5%
	06	O complemento consiste de uma construção clausal em vez de um verbo na forma não-finita.	9,45%	9,52%	6,25%	0	28,57%	25%
<b>C</b>	07	O sujeito não é um referente humano.	10,81%	0	35,93%	0	7,14%	62,5%
	08	O verbo expressa apenas as noções de tempo, aspecto ou modo (ou seja, começa a perder conteúdo lexical).	4,73%	0	0	0	0	0
	09	O verbo está fortemente associado ao seu complemento na forma não-finita. Ainda que o complemento seja um substantivo, é provável que ele se refira a uma atividade ou denote um evento.	54,05%	0	31,25%	25%	0	0
	10	O sujeito, entre o verbo e o complemento, é idêntico.	59,46%	0	32,81%	25%	0	0
	11	O verbo e o seu complemento referem-se ao mesmo tempo.	24,32%	0	32,81%	0	0	0
	12	A capacidade do verbo de expressar, simultaneamente, as distinções de tempo, aspecto e modo ("TAM distinctions") é, de certa forma, reduzida, ainda que por razões de compatibilidade semântica ou morfológica.	5,40%	0	0	0	0	0
	13	O verbo e o complemento representam uma só unidade semântica.	4,73%	0	0	0	0	0
<b>D</b>	14	O verbo perde sua capacidade de formar imperativos, de ser nominalizado ou de ficar na voz passiva.	100%	0	0	0	0	0
	15	O verbo não apresenta mais um substantivo como complemento.	4,73%	0	36,36%	0	0	0
	16	O verbo tem como complemento apenas um tipo de forma verbal não-finita.	4,73%	0	36,36%	0	0	0
<b>E</b>	17	O item verbal perde sua capacidade de ser negado.	8,10%	0	0	0	0	0
	18	Os processos de <i>erosão</i> e de <i>clitização</i> começam a ser desencadeados e, como efeito, o verbo, além de perder substância fonológica, perde também seu <i>status</i> de palavra.	0	0	0	0	0	0
<b>F</b>	19	O complemento do verbo passa a ser interpretado como verbo principal.	0	0	0	0	0	0
	20	O <i>status</i> do item verbal muda de clítico para afixo.	0	0	0	0	0	0
<b>G</b>	21	O verbo original torna-se simplesmente um marcador gramatical incapaz de apresentar tom ou intensidade. O que era um afixo no Estágio F torna-se agora uma flexão.	0	0	0	0	0	0

Tabela 25: Características dos verbos volitivos no contínuo *Verb-to-TAM* – corpus entrevista.

A figura 5 ilustra o cruzamento dos resultados dos artigos de opinião e das entrevistas. Nela, é possível visualizar, conjuntamente, os estágios em que se classificam os dados nos dois gêneros estudados:

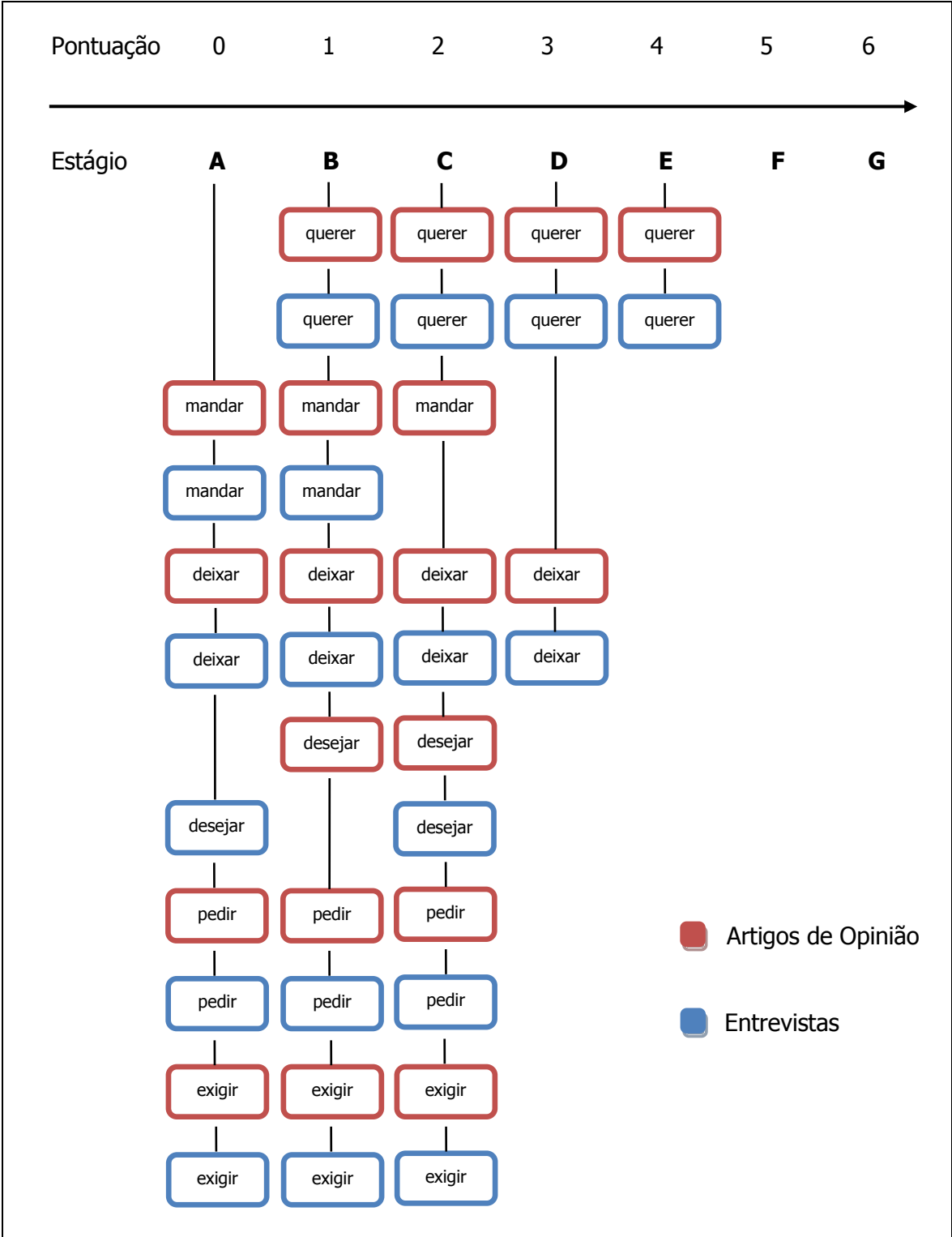


Figura 5: Cruzamento dos resultados dos artigos de opinião e das entrevistas.

## 6 CONCLUSÃO

Buscamos observar, nesta pesquisa, a partir da perspectiva funcionalista, como os verbos volitivos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* têm sido usados em artigos de opinião e entrevistas, ambos gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico. A partir da análise empreendida, classificamos esses verbos ao longo do contínuo *Verb-to-TAM* proposto por Heine (1993).

Partindo da afirmação de que *verbo pleno* e *verbo auxiliar* não são categorias discretas, Heine (1993) propõe sete diferentes estágios, de A a G, que caracterizam a transição gradual de verbo pleno a flexão, passando pelas etapas de auxiliaridade verbal. Nesse sentido, o trabalho de Heine (1993) parece dar conta das limitações, e até mesmo das divergências, que encontramos nas gramáticas tradicionais quando o assunto é auxiliaridade verbal. Como mostramos na seção 2.1, não há acordo entre os gramáticos quanto ao número de verbos auxiliares no português e quanto às características que os definem. Para alguns, esses verbos se resumem a *ter* e *haver*, para outros, os auxiliares constituem listagens abertas. Nossa pesquisa contribui, assim, para essa questão na medida em que, ao aplicar a proposta de Heine (1993) ao estudo de verbos do português brasileiro, apontamos que é possível tratar dos itens verbais sem impor uma rigidez taxionômica e que, além disso, um mesmo item verbal pode, indubitavelmente, ser usado ora como pleno ora como auxiliar.

Ainda com relação aos gramáticos, Bechara (1976), entre os autores que pesquisamos, foi o que mais indicou a diversidade com que os chamados verbos auxiliares (na nomenclatura tradicional) podem ser usados na língua portuguesa. O autor, inclusive, assinala que os “auxiliares acurativos” ajudam a definir mais claramente os aspectos do momento da ação verbal que não podem ser compreendidos apenas com base na divisão de presente, passado e futuro. Entre os acurativos, alguns servem para denotar o “término da ação verbal”, como é o caso, segundo ele, de *deixar de* em “deixei de escrever” (cf. seção 2.1). Embora trate-se de uma abordagem totalmente distinta, é possível perceber que Bechara (1976) já havia notado um aspecto que foi, posteriormente, constatado por Cezario (2001): em suas análises, a autora também verificou que *deixar de* + *infinitivo* (com o sentido de “parar/terminar”) indica aspecto terminativo. Esse, aliás, é o uso mais gramaticalizado de *deixar* detectado por Cezario (2001) (cf. subseção 2.2.2). Em nossos estudos, o resultado de Cezario (2001) se confirma: a



estrutura *deixar de* + *infinitivo* é a responsável pela classificação de *deixar* no Estágio D do contínuo *Verb-to-TAM*, o estágio mais avançado identificado para esse verbo.

Tratando da auxiliaridade verbal sob um viés formalista, Lobato (1975) conclui que *querer* é um “auxiliar *lato sensu*” ou “auxiliante”. Segundo admite Lobato (1975), esse verbo, independentemente de ser seguido de forma verbal ou nominal, mantém sempre toda a sua carga sêmica, ou seja, para ela, não há perda de conteúdo semântico para o verbo *querer*. Como exemplos, a autora cita as construções “quero partir/quero doce de coco”, nas quais *querer*, de fato, possui significado lexical completo.

No entanto, em nossas análises, observamos que o verbo *querer*, em certas estruturas, pode sim perder conteúdo semântico. Isso ocorre, por exemplo, nos usos de *quer dizer* como marcador discursivo ou com o sentido de *significar*, em que *querer* visivelmente não mantém seu sentido original. Do mesmo modo, nas construções do tipo *quem quer que tenha* e *o que quer que seja*, também encontradas em nosso *corpus*, o verbo *querer* parece sofrer certo esvaziamento semântico.

Lobato (1975) afirma, ainda, que o verbo *querer* apresenta restrição de sujeito, podendo relacionar-se apenas com sujeitos [animados], [potentes] e [humanos]. Porém, em nosso *corpus*, constatamos que o verbo *querer*, em muitos contextos, não oferece mais essa restrição. Prova disso é que em mais de 30% dos dados dos artigos de opinião e em mais de 10% dos dados das entrevistas o uso de *querer* é feito com sujeitos ou referentes-sujeitos não-humanos. Portanto, se comparada ao trabalho de Lobato (1975), nossa pesquisa apresenta algumas novidades com relação ao uso do verbo *querer*.

O trabalho de Lobato (1975) avança em relação às informações que encontramos nas gramáticas, no sentido de que aponta algumas características e testes para a identificação de auxiliares que não foram fornecidos pelos gramáticos. Entretanto, os critérios da autora são essencialmente formais e, ao final, os resultados que ela encontra se assemelham ao dos gramáticos: uma listagem fechada para os auxiliares “*stricto sensu*” (ser, estar, ter e haver) e uma listagem aberta para os auxiliares “*lato sensu*” ou “auxiliares” (começar a, continuar a, poder, dever, crer, querer, etc.).

Com base na teoria lingüística funcionalista, Cezario (2001), em sua tese de doutorado, teve como um dos objetivos observar os possíveis estágios de gramaticalização em que se

encontravam alguns itens verbais do português brasileiro, a saber: os cognitivos *achar*, *ver* e *saber* e os volitivos *mandar*, *querer* e *deixar*. Conquanto o trabalho de Cezario (2001) se diferencie do nosso em vários aspectos, algumas comparações podem ser feitas entre os resultados.

Com relação ao verbo *querer*, esse é o volitivo mais freqüente em nosso *corpus* e no da autora. Do mesmo modo, nas duas pesquisas, não foi possível identificar o sentido exato de *querer* em cada um dos dados, ou seja, predominantemente, um grupo de significados, e não apenas um, pode ser atribuído a uma mesma ocorrência desse verbo. Além disso, Cezario (2001, p. 202) constatou o uso de *querer* em processo de gramaticalização nas construções *quer dizer* e *quer saber*. Em nossas análises, o uso de *querer* nas construções *quer dizer* mostrou-se também bastante gramaticalizado: nesses casos, *querer* atingiu o Estágio E do contínuo *Verb-to-TAM*.

O verbo *mandar* foi o volitivo menos freqüente entre aqueles pesquisados por Cezario (2001). Em nossos dados, *mandar* também apresentou baixa freqüência, entretanto, entre os verbos que investigamos, há dois volitivos que são ainda menos freqüentes: *exigir* e *desejar*, nas entrevistas, e *desejar*, nos artigos de opinião.

Ainda no que se refere a *mandar*, identificamos em nosso *corpus* uma considerável variação de significados para esse verbo. Entre esses significados, o mais recorrente foi o de “enviar”, seguido, logo atrás, pelo grupo de sentidos “exigir que se faça, ordenar, determinar”. A prevalência do sentido de “enviar” sobre o de “ordenar” pode ser explicado por duas razões: a) os artigos são todos escritos por adultos com nível superior de escolaridade; as entrevistas são todas concedidas por adultos, também com nível superior de escolaridade ou com algum nível cultural. Em ambas as situações, os falantes reconhecem a idéia negativa associada a *mandar* quando o sentido é “ordenar” e podem, nessas ocasiões, substituí-lo por outro verbo que denote mais educação ou polidez como, por exemplo, *pedir* ou *solicitar*. O verbo *pedir*, inclusive, foi constatado como mais freqüente do que o verbo *mandar* em nosso *corpus*; b) em *mandar* com o sentido de “enviar” não estão presentes os valores de exigência, ordem, poder ou controle. Assim, ele pode ser usado mais freqüentemente pelos falantes sem o receio de incorrer em aparente arrogância.

Ademais, é preciso ter em mente que a revista *Veja*, de onde extraímos nossos dados, é escrita com vistas a uma audiência específica (cf. subseção 4.1.4). Portanto, é possível que os

autores, no caso dos artigos, prezem por um texto mais formal, como já dissemos, com o uso de outros verbos que traduzam maior polidez. No que tange às entrevistas, essas são editadas e, por isso, há a possibilidade de que a revista, ao editar o texto dos entrevistados, substitua *mandar* por outro verbo, também com vistas à audiência.

No que diz respeito ao verbo *deixar*, esse é o segundo volitivo mais freqüente em nosso *corpus* e no de Cezario (2001). Esse é também, entre os volitivos estudados, aquele para o qual verificamos a maior variedade de significados: cerca de quinze nos artigos de opinião e nas entrevistas.

Em consonância com os resultados de Cezario (2001), entre os sentidos mais presentes em nossos dados estão os de “parar/terminar” e de “permitir/consentir”. O uso de *deixar* com o sentido de “aguardar” é o terceiro em número de ocorrência nos dados investigados pela autora. Conforme afirma, em suas análises, os usos com esse sentido se concentram nos relatos de procedimento e se relacionam ao tempo ou etapa que alguém deve aguardar para, então, dar prosseguimento à ação como, por exemplo, em “deixar a água aquecer para despejar o fermento biológico”. O tipo textual, como se nota, contribui para o emprego de *deixar* com o significado de “aguardar”. Do mesmo modo, parece que os gêneros que estudamos – artigos de opinião e entrevistas – não favorecem esse uso. Aqui, percebe-se a interferência do gênero no uso do verbo: gêneros de outros domínios discursivos, como as receitas culinárias, por exemplo, podem ser mais propícios para realização de *deixar* com o sentido de “aguardar”.

No que tange ao contínuo *Verb-to-TAM*, além dos resultados que apresentamos ao longo de todo o capítulo 5, algumas constatações podem ser assim resumidas:

- (1) O verbo mais freqüente, *querer*, foi o único a ter dados classificados no Estágio E, nos dois gêneros. Esse foi o estágio mais avançado alcançado pelos volitivos estudados.
- (2) *Deixar* é o segundo verbo mais freqüente. Ele e o verbo *querer* foram os únicos a ter dados classificados no Estágio D, intermediário no contínuo. Isso aponta que a freqüência de uso está diretamente relacionada aos resultados: os verbos mais freqüentes são também os mais adiantados no contínuo *Verb-to-TAM*.

- (3) Por outro lado, os verbos menos freqüentes (*mandar, desejar, pedir e exigir*) estão concentrados nos Estágios A e B, nos quais os verbos são considerados plenos, ainda que em B eles apresentem alguns traços de auxiliaridade. Embora também apresentem alguns dados em C, esses verbos têm apenas uma ou duas características desse estágio, sendo a mais recorrente o uso com sujeitos ou referentes-sujeitos não-humanos.
- (4) O verbo *querer* é o único ao qual se aplicam todas as características dos Estágios de A a D, além de uma característica do Estágio E. O verbo *mandar* também apresentou uma característica de E, mas em um único dado.
- (5) Ao verbo *deixar*, segundo mais freqüente, se aplicam todas as características dos Estágios A e B e *quase* todas de C e D. Isso aponta que, quanto mais freqüente o verbo (como é o caso de *querer* se comparado a *deixar*), não só os estágios são mais avançados como também o verbo tende a adquirir mais características de cada um dos estágios.
- (6) Os verbos menos freqüentes, *mandar, desejar, pedir e exigir*, apresentam todas as características dos Estágios A e B, porém, apenas uma ou duas do Estágio C. Assim, não obstante alguns dados apontem para um estágio inicial de gramaticalização (Estágio C), ainda são poucos os traços de auxiliaridade verbal desses verbos se comparados a *querer* e *deixar*.
- (7) Ainda com relação às características, o verbo *exigir* destaca-se pelo seguinte motivo: nos dois gêneros, os dados com esse verbo estão concentrados nos Estágios A e B. Porém, entre os volitivos estudados, *exigir* é o que possui os menores percentuais das características de B, ou seja, ainda que em B os traços de auxiliaridade já comecem a aparecer, eles ainda são pouco recorrentes no verbo *exigir*. No entanto, esse é o verbo mais usado com sujeitos ou referentes-sujeitos não-humanos, que é uma característica do Estágio C. Cerca de 45% dos dados com *exigir* nos artigos de opinião e de 62,5% dos dados com esse verbo nas entrevistas possuem essa característica.
- (8) Nos artigos de opinião de Veja, os volitivos *querer* e *deixar* são os que mais exibem características de auxiliaridade verbal. Os demais volitivos, *mandar*,

*desejar, pedir e exigir*, nesse gênero, são usados predominantemente como verbos plenos e têm seus dados concentrados no Estágio B.

- (9) Nas entrevistas de *Veja*, esse resultado é reincidente: *querer* e *deixar* são novamente os que mais apresentam usos com características de auxiliaridade verbal e, logo, estão mais avançados no contínuo *Verb-to-TAM* quando se investiga esse gênero. Por sua vez, os verbos *mandar, desejar, pedir e exigir*, nas entrevistas, são predominantemente usados como verbos plenos e têm seus dados acumulados nos Estágios A e B.
- (10) Embora tanto no Estágio A como no Estágio B os verbos sejam considerados plenos, observamos que, nos artigos de opinião, os verbos menos frequentes têm seus dados concentrados em B e, nas entrevistas, com exceção de *pedir*, eles têm seus dados concentrados em A.
- (11) Comparados os dois gêneros, há diferenças entre os percentuais apresentados por cada verbo em cada um dos estágios, mas, de modo geral, nos artigos e nas entrevistas, os verbos possuem a mesma distribuição: o verbo *querer* teve dados classificados de B a E; o verbo *deixar* teve dados classificados de A a D; os verbos *pedir* e *exigir* tiveram dados classificados nos estágios de A a C. As exceções são os verbos *mandar* e *desejar*: *mandar* teve dados de A a C nos artigos e em A e B nas entrevistas; *desejar* teve dados em B e C nos artigos e em A e C nas entrevistas.
- (12) Nesse sentido, considerando o que expusemos em (11), os gêneros investigados parecem interferir mais diretamente no sentido com que os verbos são usados do que propriamente nos estágios do contínuo *Verb-to-TAM* em que eles podem ser classificados. Desse modo, por exemplo, o uso de *deixar* com o sentido de “aguardar” foi expressivo nos relatos de procedimento analisados por Cezario (2001), porém, foi pouco expressivo nos artigos e nas entrevistas, revelando a interferência dos gêneros nesse resultado.
- (13) Não parece suficiente observar apenas o estágio em que cada verbo foi classificado. Como afirmamos anteriormente, o estágio é importante, mas ele somente indica que o verbo começou ou não a mostrar traços que o aproximam

um pouco mais da auxiliaridade. *Quantos* e *quais* são esses traços também são informações essenciais para que possamos compreender melhor como o verbo tem se comportado e como tem sido empregado pelos falantes. Assim, por exemplo, conquanto o verbo *mandar* tenha tido dados classificados em C, ele apresenta apenas uma característica desse estágio. Por outro lado, o verbo *querer* também teve dados classificados em C, mas com uma diferença: ele exibe todas as características de C, ainda que não-simultaneamente.

Em nossas análises, foi possível observar, ainda, que tanto o artigo de opinião como a entrevista de Veja configuram-se como textos bastante opinativos. A razão, como tratamos no capítulo 4, é que as entrevistas de Veja possuem duas funções por vezes entrelaçadas: a de colher não somente a informação, mas também a opinião do entrevistado. Nesse sentido, portanto, a função da entrevista de Veja se confunde, em certos aspectos, com a função do artigo de opinião e ela pode ser caracterizada como um texto que transita constantemente entre a informação e a opinião. Isso talvez justifique algumas das semelhanças encontradas nos resultados dos dois gêneros.

Porém, como também destacamos ao longo deste trabalho, a carga opinativa das entrevistas de Veja pode não ser uma regra para as entrevistas jornalísticas de outras instituições, isto é, entrevistas concedidas a revistas direcionadas a públicos diferentes do público de Veja podem, por certo, se mostrar mais informativas ou, até mesmo, menos formais. Isso, possivelmente, nos levaria a resultados distintos dos que encontramos em nosso *corpus*.

Além da instituição (Veja) e do formato de entrevista por ela utilizado, outro fator poderia também interferir nos resultados para o gênero entrevista: o domínio discursivo. Entrevistas de outros domínios discursivos como, por exemplo, a entrevista médica, a de emprego etc., podem apresentar mais informação do que opinião.

Desse modo, é válido retomarmos a afirmação de que os resultados encontrados em nossas análises, a partir dos dados de Veja, não dizem respeito a todo e qualquer tipo de entrevista, mas se relacionam às especificidades que as entrevistas dessa instituição apresentam. O estudo dos verbos *querer*, *mandar*, *deixar*, *desejar*, *pedir* e *exigir* a partir de outros domínios discursivos, de outros gêneros ou, ainda, nos mesmos gêneros, mas a partir de outras instituições que não a revista Veja, pode revelar outros resultados que não encontramos aqui.

Por fim, com base nos resultados obtidos, podemos afirmar, como sugere o título deste trabalho, que os verbos volitivos do português brasileiro possuem caráter multifuncional, no sentido de que podem apresentar ora usos como verbos plenos ora usos com vários traços de auxiliaridade verbal.

Sem a pretensão de exaurir o tema, esperamos que este trabalho contribua para os estudos lingüísticos acerca de verbos, sobretudo para os do grupo semântico volitivo.

## 7 REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAZERMAN, Charles. *Gêneros Textuais, Tipificação e Interação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa: cursos de 1º e 2º graus*. 20. ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- BRINTON, Laurel J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Lexicalization and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 2003.
- BYBEE, Joan. Mechanisms of Change in Grammaticization: The Role of Frequency. In: JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
- BYBEE, Joan. *Frequency of use and organization of language*. New York: Oxford University Press, 2007.
- CEZARIO, Maria Maura. *Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- CEZARIO, Maria Maura. Graus de integração de cláusulas com verbos volitivos. In: VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura; MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.
- COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 113-126.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português do contemporâneo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.
- DIAS, Nilza Barrozo. Gramaticalização de construções. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (orgs.). *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélios: o minidicionário da língua portuguesa*. 6. ed. rev. amp. Curitiba: Posigraf, 2004.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; VOTRE, Sebastião. A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. *DELTA*, São Paulo, v. 15, n. 1, fev. 1999. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44501999000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000100004&lng=pt&nrm=iso). acesso em 29 abr. 2010.



FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 157-176.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001, v. 01.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (orgs.). *Introdução à Gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1983.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd. *Auxiliaries: Cognitive Forces and Grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 1993.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. Entrevista: uma conversa controlada. In: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 180-193.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à Lingüística Textual: trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KURY, Adriano da Gama. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa do Brasil*. São Paulo: LISA – Livros Irradiantes S.A., 1973.

LEITORES: para eles, com eles. *Veja*, São Paulo, set. 2008. Edição Especial de 40 anos. Disponível em: < [http://veja.abril.com.br/especiais/veja\\_40anos/p\\_260.html](http://veja.abril.com.br/especiais/veja_40anos/p_260.html)>. Acesso em: 28 fev. 2011.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. Os verbos auxiliares em português contemporâneo. Critérios de auxiliaridade. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro; POTTIER, Bernard; D'INTRONO, Francisco; LOFFLER-LAURIAN, Anne-Marie; VIDAL, Anne Marie. *Análises lingüísticas*. Petrópolis: Vozes, 1975.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. 9. ed. Porto Alegre: Globo, 1987.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Globo, 2002.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros Textuais & Ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (orgs.). *Gêneros textuais: reflexão e ensino*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008b.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.17-28.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; CEZARIO, Maria Maura; WILSON, Victória (orgs.). *Linguística: fundamentos*. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2006. p. 231-265.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Unidirecionalidade na gramaticalização. In: VITRAL, Lorenzo; COELHO, Sueli (orgs.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologia e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 139-171.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 35. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

SAID ALI, Manoel. *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

VOTRE, Sebastião Josué. Um paradigma para a linguística funcional. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

VOTRE, Sebastião Josué. Integração sintática e semântica na complementação verbal. In: VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura; MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.